

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DINÂMICA DAS ESPACIALIDADES RURAIS EM
TERRITÓRIOS COLONIAIS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Lisane Regina Vidal

Santa Maria, RS, Brasil

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

DINÂMICA DAS ESPACIALIDADES RURAIS EM TERRITÓRIOS COLONIAIS

por

Lisane Regina Vidal

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de concentração em Meio Ambiente e Sociedade, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Geografia

Orientador: Prof^a. Vera Maria Favila Miorin Dr^a.

Santa Maria, RS, Brasil

2008

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Naturais e Exatas
Programa de Pós-Graduação em Geografia**

A comissão examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**DINÂMICA DAS ESPACIALIDADES RURAIS EM
TERRITÓRIOS COLONIAIS**

Elaborada por
Lisane Regina Vidal

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Geografia

COMISSÃO EXAMINADORA:

Vera Maria Favila Miorin, Dr^a.
(Presidente/Orientador)

Glaucio José Marafon, Dr^o (UERJ)

Rógis Juarez Bernardy, Dr (UNOCHAPECO)

Santa Maria, 29 de fevereiro de 2008

**A minha família e aos demais
agricultores de Agudo.**

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela força que me acalora nas dificuldades e pelas bênçãos que me oferece, com humildade agradeço.

À meus pais Leoni e Neuza, meus irmãos Fábio, Leonice, Alessandra, Cibele e Camila, que sempre estiveram presentes ajudando a vencer os obstáculos da minha caminhada.

À Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em particular ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, pelos ensinamentos ao longo de mais uma etapa.

Um especial agradecimento, à minha amiga e Orientadora, Prof^a. Dr^a. Vera Maria Favila Miorin por sua orientação, dedicação, amizade, sugestões e confiança depositada, não medindo esforços para que esse trabalho fosse finalizado.

À Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e EMATER de Agudo, nas pessoas de Marciano Loureiro Filho e Gláudia Bernardini pela disponibilidade de tempo e de material, como também de veículos colocados a disposição para a realização do trabalho de campo e pesquisa de dados sobre o setor rural do Município.

Ao Instituto Cultural Alemão de Agudo, na pessoa do Professor Willian Werlang, cujo material auxiliou a pesquisa sobre a Colônia Santo Ângelo.

A Escola Estadual de Ensino Médio Professor Willy Roos pela colaboração no trabalho de campo.

As minhas amigas Angélica e Lizélia pela constância da amizade e convívio.

Aos colegas do Laboratório de Estudo e Pesquisa Regional, LEPeR, Ana Letícia, Bruno, Cristiane, Ediane, Neiva e Oni por estenderem a mão amiga naquelas horas em que a ajuda se faz necessária.

Ao Marcos pela companhia no decorrer deste trabalho e por me escutar nas alegrias e tristezas.

**"O que sabemos é uma gota,
o que ignoramos é um oceano."
(Isaac Newton)**

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Santa Maria

DINÂMICA DAS ESPACIALIDADES RURAIS EM TERRITÓRIOS COLONIAIS

AUTORA: LISANE REGINA VIDAL

ORIENTADOR (A): VERA MARIA FAVILA MIORIN

Data e Local da defesa: Santa Maria, 29 de fevereiro de 2008

O trabalho objetivou identificar e caracterizar do sistema colonial familiar e as dinâmicas que atuam sobre sua espacialidade rural alterando e se incorporando as suas relações de produção e de reprodução determinando um novo sistema de produção integrado ao mercado que se agrega ao velho sistema colonial. Os aportes metodológicos estruturam-se através da abordagem sistêmica, da revisão histórico-descritiva e da análise crítica. Os procedimentos metodológicos se constituem pelas técnicas, coleta de dados e as ferramentas de auxílio a investigação. A reterritorialização dos imigrantes germânicos no extremo-sul brasileiro atendia a interesses políticos estratégicos, de povoamento e de abastecimento ao Império brasileiro. Assim, a Colônia Santo Ângelo recebeu imigrantes de cultura germânica, os quais inseriram no espaço seu modo de vida, costumes e cultura, formando territórios coloniais. No início da colonização, as atividades coloniais estavam voltadas para a sobrevivência do grupo social, permitindo o desenvolvimento da policultura que passou a atender localidades, vilas e cidades que se desenvolviam. Desta maneira, surgiram as primeiras formas de comercialização respeitando o modelo colonial, único até então no Brasil. As relações externas destes grupos abriram caminho para a entrada de novas atividades nas colônias, as quais incorporam, lentamente, novos sistemas de produção até a fase da modernização da agricultura. A seguir, foi adotado o sistema dos CAIs e a especialização de culturas resultando na transformação dos agricultores em produtores familiares modernos. Entretanto, a insignificante dimensão da terra disponível e a ausência de capital levaram ao esgotamento das relações de produção devido à maximização dos recursos naturais, marginalizando os pequenos estabelecimentos familiares e provocando êxodo rural. Esta situação de inércia no rural de Agudo fez com que os produtores familiares agregassem novas alternativas (agroindústria artesanal familiar) geradoras de renda e provenientes da cultura germânica transportada através de seus códigos, por ocasião de sua reterritorialização. Atualmente, estas inovações possibilitam a permanência do grupo social no campo mantendo sua cultura colonial, mas sob um novo sistema de produção integrado ao mercado.

Palavras – chave: Dinâmicas socioeconômicas; Espacialidades rurais; Territórios coloniais; Sistema Colonial Familiar; Reterritorialidade.

ABSTRACT

Master's Degree Dissertation
Post Graduation Program in Geography
Federal University of Santa Maria

RURAL SPATIALITY DYNAMICS IN COLONIAL TERRITORIES

AUTHOR: LISANE REGINA VIDAL
ADVISOR: VERA MARIA FAVILA MIORIN

Date and Local of Defense: Santa Maria, February 29th, 2008

The work had as an objective to identify and characterize not only the family colonial system but also the dynamics that act upon the rural spatiality altering and integrating its production and reproduction relations determining a new system of production integrated to the market that is aggregated to the old colonial system. The methodological ways were structured through a systematic approach, a historical-descriptive review and of critical analysis. The methodological procedures were constituted by techniques, data collection and auxiliary tools of investigation. The German immigrants' reterritorialization in the far South of Brazil attended to strategic politics interests, both of settlement and supplement to the Brazilian Empire. In this way, Santo Ângelo colony received immigrants of Germanic culture who inserted in that space their ways of life, habits and culture, forming colonial territories. In the beginning of the colonization, the colonial activities were based on the social group survival, permitting the development of polycultivations that started to attend places, villages and cities that were being developed. In this way, the first forms of commercialization emerged in accordance with the colonial model, singular until now in Brazil. The external relations of these groups opened way to the entrance of new activities in the colonies that incorporate slowly new systems of production until the agriculture modernization phase. Then, the CAls system and growth specialization were adopted resulting in the changing of agriculturists into modern familiar producers. However, an insignificant dimension of the available land besides its absence of capital guided to the production relations' exhaustion due to the maximization of natural resources, marginalizing small rural establishments and provoking rural emigration. This situation of inertia in Agudo's rural areas guided the familiar producers to aggregate new alternatives (familiar craftsmanship agro-industry) generators of incomes and caterings of Germanic cultures transported through their codes, due to their reterritorialization. Nowadays, these novelties make possible the social group's permanence in the countryside keeping their colonial culture, but under a new production system integrated to the market.

Key-Words: Socioeconomic dynamics; Rural spatialities; Colonial territories; Familiar colonial system; reterritorialization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 1 - Localização do município de Agudo no Estado do Rio Grande do Sul	23
MAPA 2 – Tipos de relevo do município de Agudo, RS	25
MAPA 3 – Tipos de vegetação do município de Agudo, RS	27
MAPA 4 – Tipos de solos do município de Agudo.....	30
MAPA 5 – Temperatura Média Anual no Estado do Rio Grande do Sul, 2002	31
MAPA 6 – Precipitação Média Anual no Estado do Rio Grande do Sul, 2002	32
MAPA 7 – Mapa do povoamento do Rio Grande do Sul, a partir de 1890	65
MAPA 8 – Planta da Colônia Santo Ângelo, 1888.....	68
FIGURA 1 – Modelo do Sistema Colonial Familiar na Colônia Santo Ângelo	104
FIGURA 2– Organograma do Primeiro Estágio do Sistema Colonial Familiar na Colônia Santo Ângelo (1855-1860)	106
FIGURA 3 – Organograma do Segundo Estágio do Sistema Colonial Familiar na Colônia Santo Ângelo (1861-1938)	107
FIGURA 4 – Organograma do Terceiro Estágio do Sistema Colonial Familiar (1938-1960).....	109
FIGURA 5 - Modelo do Sistema de Produção Integrado ao Mercado vigente no setor econômico nacional.....	110
FOTOGRAFIA 1 - Lavoura de arroz em Agudo.....	117
FOTOGRAFIA 2 - Lavoura de fumo em Agudo.....	118
MAPA 9 – Produção Agrícola e Não-agrícola do município de Agudo	120
GRÁFICO 1 - Tempo de residência dos produtores familiares na espacialidade rural, município Agudo, RS.....	122
GRÁFICO 2 - Destino dos recursos da aposentadoria rural nos estabelecimentos familiares, município de Agudo, RS	124

FOTOGRAFIA 3 - Produção de morango em Agudo	127
FOTOGRAFIA 4 - Instalações da Agroindústria de Cana-de-açúcar em Agudo	128
FOTOGRAFIA 5 - Instalações da Agroindústria Irmãos Prade em Agudo	129
FOTOGRAFIA 6 - Produção de flores em Agudo.....	130
GRÁFICO 3 - Proveniência dos financiamentos nos estabelecimentos familiares, município de Agudo, RS.....	135
GRÁFICO 4 - Produtos que recebem adubação orgânica nos estabelecimentos familiares, município de Agudo, RS	142
GRÁFICO 5 – Destino da irrigação nos estabelecimentos familiares, município de Agudo, RS.....	143
GRÁFICO 6 - Tempo de aplicação de agrotóxicos nos estabelecimentos familiares com as respectivas produções, município de Agudo, RS	145
GRÁFICO 7 - Produtos derivados da transformação artesanal da cana-de-açúcar nos estabelecimentos familiares, município de Agudo, RS.....	150
GRÁFICO 8 - Produtos derivados da transformação artesanal da horticultura nos estabelecimentos familiares, município de Agudo, RS.....	151
GRÁFICO 9 - Produtos derivados da transformação artesanal do leite nos estabelecimentos familiares, município de Agudo, RS.....	153
GRÁFICO 10 - Produtos derivados da transformação artesanal da suinocultura nos estabelecimentos familiares, município de Agudo, RS.....	154
GRÁFICO 11 - Formas de comercialização dos produtos nos estabelecimentos familiares, município de Agudo, RS	156
GRÁFICO 12 - Produtos e derivados dos estabelecimentos familiares com melhor aceitação no mercado, município de Agudo, RS.....	157
GRÁFICO 13 – Problemas enfrentados na comercialização nos estabelecimentos familiares com melhor aceitação no mercado, município de Agudo, RS.....	158
GRÁFICO 14 – Contribuição advinda das agroindústrias nos estabelecimentos familiares, município de Agudo, RS	159
FIGURA 6 - Sistema de Produção Integrado ao Mercado de Agudo, RS	163

FIGURA 7 - Organograma do Sistema de Produção Integrado ao mercado de Agudo	172
FIGURA 8 - Organograma das Atividades Agrícolas no município de Agudo.....	174
FIGURA 9 - Organograma das Atividades Não-Agrícolas no município de Agudo ...	176

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Evolução da população, município de Agudo, RS, período 1960 a 2000	34
TABELA 2 – Distribuição por sexo da população, município de Agudo, RS, período 1970 a 2000.	35
TABELA 3 – Distribuição dos estabelecimentos por categoria em número, área e percentuais e valor bruto da produção em reais e percentuais do município de Agudo, RS, período 1995-1996.....	36
TABELA 4 – Distribuição e percentual dos principais produtos entre os meios de comercialização, município de Agudo, RS, em 1996	40
<i>TABELA 5 – A diversidade de produção em estabelecimentos familiares especializados no município de Agudo, 2006</i>	<i>131</i>
<i>TABELA 6 – Formas topográficas e localização das lavouras dos estabelecimentos familiares especializados no município de Agudo, RS</i>	<i>133</i>
<i>TABELA 7 - Benfeitorias utilizadas pelas atividades nos estabelecimentos familiares especializados no município de Agudo, RS.....</i>	<i>137</i>
TABELA 8 - Máquinas e equipamentos utilizados pelas atividades dos estabelecimentos familiares especializados, no município de Agudo, RS	137
TABELA 9 - Tipo de equipamentos de proteção usados na aplicação de agrotóxicos em culturas especializadas pelos produtores familiares, no município de Agudo, RS.....	146
TABELA 10 – Número de estabelecimentos familiares e transformação artesanal de produtos, município de Agudo, RS.....	149

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Instrumento de investigação	185
APÊNDICE B – Fotografias da Colônia Santo Ângelo e do município de Agudo.....	194

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. A ESPACIALIDADE GEOGRÁFICA DO TERRITÓRIO DE AGUDO, RS	22
1.1 A instância natural e a formação da espacialidade geográfica	23
1.2 A instância social e econômica e as relações de produção na espacialidade geográfica	33
1.3 As relações campo-cidade da espacialidade do município de Agudo	42
2. A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO COLONIAL E A FORMAÇÃO DA ESPACIALIDADE RURAL	44
2.1 O processo de desterritorialização na Alemanha	44
2.2 A imigração germânica no Brasil como reterritorialização	56
2.3 A colonização germânica e a nova formação social no Rio Grande do Sul	62
2.4 A construção do território colonial à Colônia Santo Ângelo.....	68
3 TRANSFORMAÇÕES DO MEIO RURAL NACIONAL E DINÂMICAS ADOTADAS NAS ESPACIALIDADES RURAIS DE TERRITÓRIOS COLONIAIS	80
3.1 Anexando territórios coloniais a proposta da reestruturação de economia capitalista	80
3.2 Globalização e valorização “das coisas existentes” nas espacialidades rurais	91
4 APORTES METODOLÓGICOS, INDICADORES DO COMPORTAMENTO E CENÁRIOS PARA A ESPACIALIDADE RURAL FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE AGUDO	97
4.1 Procedimentos da pesquisa e técnicas	111
4.2 Coleta de dados	112
4.3 Ferramentas de auxílio na investigação	115

4.4 Indicadores do comportamento da espacialidade rural familiar: município de Agudo	115
4.4.1 Identificação do estabelecimento	116
4.4.2 Estrutura do estabelecimento	125
4.4.3 Funcionalidade do estabelecimento.....	138
4.4.4 Operacionalização e transformação dos produtivos agropecuários.....	148
4.4.5 Armazenamento, comercialização e mercado da produção	155
4.4.6 As atividades não-agrícolas.....	159
4.4.7 Perspectivas futuras do estabelecimento.....	160
4.5 Cenários para a espacialidade rural familiar do município de Agudo	161
4.5.1 Identificação da área e seu problema	161
4.5.2 Definição do sistema (componentes e potencialidades)	162
4.5.3 Definição dos indicadores do estágio do sistema.....	164
4.5.4 Cenários qualitativos	164
4.5.5 Quantificação dos cenários	166
4.5.6 Avaliação dos cenários.....	166
CONCLUSÃO	170
REFERÊNCIAS	180
APÊNDICES	185

INTRODUÇÃO

Ao apresentar este trabalho de dissertação entende-se ser necessário introduzir o leitor no contexto da temática de estudo, que inicia pelas antigas áreas coloniais como é o caso do município de Agudo. Estas áreas tinham como objetivo a diversificação da produção destinada à subsistência interna do estabelecimento⁴ e do grupo familiar colonial, cujo excedente era trocado (escambo)⁵ com vizinhos ou vendido no mercado local e/ou regional. Esta prática permitiu que se desenvolvesse a especialização, a partir da eleição de algumas culturas, que depois foram denominadas de “carro chefe” das atividades de produção, devido à facilidade de sua colocação no mercado e do valor em preço, o que se traduziu em maior lucro, promovendo retornos com ganhos.

Desta forma se explicam as razões que levaram a economia do município de Agudo a estar centrada no desenvolvimento da cultura do fumo, arroz e morango e, recentemente, acrescentada flores e agroindústria. A busca da alta produtividade, devido à possibilidade de retorno financeiro, estimulou a aplicação de mais capital na produção, acelerada quando da instalação do modelo produtivista no campo, acompanhado da modernização com uso de tecnologia de manejo, maquinaria e também com a aplicação de insumos bioquímicos. Tal comportamento foi decorrente da adequação às exigências do mercado quanto ao volume de produção para entrar em circulação e da motivação por maior retorno financeiro, promotor do processo de transformação de uma economia de subsistência familiar. Os antigos colonos carentes de “capital de giro”, pela ausência de poupança, passaram a utilizar ao

⁴ Considerou-se como estabelecimento agropecuário todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processasse uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes e temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de animais de grande e médio porte; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais. (IBGE, 95/96).

Os estabelecimentos agropecuários foram discriminados, segundo a propriedade das terras que os constituíam, nas seguintes categorias: Individual, Condomínio ou Sociedade de Pessoas, Sociedade Anônima, Sociedade Limitada, Cooperativa, Entidade Pública e Instituição Pia ou Religiosa. Investigou-se a constituição dos estabelecimentos, segundo a condição legal das terras, de acordo com a seguinte discriminação: próprias (inclusive por usufruto, foro e enfiteuse); arrendadas (mediante pagamento em quantia fixa em dinheiro ou cota-parte da produção); parceiros (mediante pagamento de parte da produção obtida - meia, terça, quarta, etc.); ocupadas (ocupadas a título gratuito, com ou sem consentimento do proprietário). (IBGE, 95/96).

⁵ De acordo com o Dicionário Aurélio, Escambo é a troca direta de mercadorias, sem interveniência da moeda. Troca, permuta; câmbio.

máximo os recursos naturais disponíveis, como o solo e a água de seu lote colonial, e os recursos humanos, através do trabalho da força familiar, e também se integraram ao capital industrial (no caso dos produtores de fumo) ou passaram a contrair empréstimos bancários (no caso dos produtores de arroz). Isto veio a contribuir para o esgotamento das relações de produção, no momento em que os agricultores familiares não conseguiam mais reproduzir satisfatoriamente suas necessidades, dada a degradação dos recursos naturais disponíveis, como a exaustão da fertilidade do solo. As dificuldades de produção repercutiram sobre o processo existente, revelando um elevado e crescente endividamento junto ao sistema financeiro.

Tais condições permitiram o esgotamento das relações de produção em áreas de pouca disponibilidade de terra e com uso intensivo, ocupadas por famílias de tamanho médio a grande, com limitado capital para investimento na produção e que obtinham baixo preço dos produtos agrícolas no mercado. Este conjunto tornou impossível a sobrevivência do grupo familiar apenas com a renda advinda dessas relações de produção agrícola. O agravante estado a que chegaram as relações de produção identificava a existência de um impasse gerado no campo, levando à saturação do modo de produção colonial familiar e indicando a necessidade de se buscar alternativas, que não deveriam estar apenas centradas em atividades agrícolas consumidoras dos recursos naturais, mas na diversificação de produção capaz de promover a renda alternativa, agregando outras relações produtivas, por decisão da família em se manter no meio rural e preservar seu estabelecimento.

A busca por novas formas de produção fez com que o agricultor familiar do município de Agudo evocasse as práticas já conhecidas e tradicionalmente utilizadas. Assim, o agricultor recorreu à transformação artesanal realizada por seus antepassados, objetivando suprir as demandas internas do grupo familiar, cujas técnicas eram passadas de geração em geração, constituindo-se em uma alternativa de auferir renda familiar. O agricultor buscou, ao mesmo tempo, gerar renda e continuar preservando sua cultura, através da reprodução do modo colonial familiar de viver, ainda que um pouco alterado pelas dinâmicas que o adequaram a um modo de produção integrado ao mercado. A partir de então, associa a reprodução do modo colonial familiar de viver ao (modo) de produção integrada ao mercado, atendendo à circulação das mercadorias do modelo produtivista. Esta associação de

modelos assume no rural de Agudo a responsabilidade de garantir a permanência do grupo social no meio rural, a produção e reprodução sociocultural e econômica.

A inserção de novas alternativas de sobrevivência e de permanência no rural do município de Agudo aponta para o desenvolvimento da chamada pluriatividade, a qual vem sendo promovida basicamente pelo resgate de técnicas conhecidas e transmitidas por gerações de um modo de sobrevivência e de produção da agricultura familiar que são discutidas entre os acadêmicos como necessidade de produção socioeconômica e de manutenção dos grupos populacionais no campo. Os estudos a respeito da pluriatividade envolvem a presença de atividades alternativas no meio rural e, até mesmo complementar, valendo-se do mais trabalho, ao utilizar as horas de ócio e incorporando novos produtores do meio rural, ou seja, outros membros da família. Atividades desta natureza permitem questionar as condições de vida a que se submete o homem do campo em nome de sua sobrevivência e permanência no lugar.

No Brasil, alguns pesquisadores têm chamado a atenção para a relevância do tema e dirigido suas investigações nesta direção. Os estudos sobre a categoria rural do espaço geográfico, também conhecida como espaço rural quando trabalha especialmente esta temática, promovem reflexões, controvérsias e debates entre os geógrafos, como entre os sociólogos e os economistas. Alguns estudiosos justificam seu desinteresse pelo tema, respaldados em argumentos de que a combinação de múltiplas atividades do sistema de produção da agricultura familiar seria uma característica antiga, praticada pelo modo de produção familiar camponês e que foi assimilada pelo sistema feudalista, que reconheceu as diversas classes de artesões e estimulou o seu desenvolvimento, promovendo as formas de trabalho autônomas, nascidas na produção familiar. (SCHNEIDER, 2003).

Outra corrente de estudiosos defende a pluriatividade em todas as suas formas e originada em atividades não-agrícolas. Sendo considerada também uma representação característica do processo de desenvolvimento local resultante da integração dos setores da produção e da divisão social do trabalho. Por outro lado a pluriatividade pode ocorrer não mais exclusivamente, senão através de sua inserção nos circuitos mercantis, bem como do processo de produção agropecuário ou pelas relações de trabalho assalariado nas atividades agrícolas. Os estudiosos do assunto também entendem que o “vir a ser rural” (o ser rural) não necessariamente precisa estar envolvido com atividades relacionadas diretamente ao agropecuário, ou seja,

se aceita e se considera inerente e pertinente a condição de rural a presença de atividades não agropecuárias em seu *locus*.

Assim, as discussões acadêmicas apontam na direção de que a pluriatividade tende a se desenvolver como uma estratégia de reprodução das famílias de agricultores, que residem em áreas possíveis e de fácil inserção no mercado, por meio de atividades não-agrícolas, bem como pela interação das atividades agrícolas e não-agrícolas, que tendem a ser mais intensas na medida em que a complexidade e a diversificação forem dominantes no conjunto das relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que se inserem, entendido como o lugar.

Nesse sentido, a pluriatividade é vista como um fenômeno heterogêneo e diversificado, que depende de estratégias sociais e produtivas adotadas pelo contingente familiar e também do contexto onde se situa (lugar) e se desenvolve. Isto permite compreender que a pluriatividade se caracteriza como uma estratégia de ação de sobrevivência e de permanência de grupos rurais no campo e da expansão das atividades urbanas, relacionando-se com as atividades rurais. Por sua vez, elas são permeadas de amplas e diversas atividades não-agrícolas, em um local historicamente organizado por relações de primeira natureza e que em um dado momento abre-se para estabelecer múltiplas relações com uma das categorias de análise em geografia, o espaço urbano.

Esta nova idéia de rural é abordada neste trabalho como elemento de análise, descrição e explicação de uma realidade que vem se inserindo na categoria rural do espaço geográfico, acrescentando novos significados. Considera-se que os elementos de análise da categoria rural, ainda que em permanente evolução, têm conhecido, nas últimas décadas, importantes processos que lhes conferem novas inclusões neste momento de aceleração técnico-científico. Apesar das inegáveis mudanças sociais, econômicas e culturais, que permitem os saltos de qualidade nas relações espaciais, as quais são decorrentes dos processos de alteração que se incluem nas categorias: rural e urbano, elas não deixaram nem deixarão de existir. Apenas irão se alterando por assimilação das transformações. O que se enfrenta é a dificuldade de definir os novos significados que se incorporam a estas duas categorias geográficas, em especial à categoria rural. Por isto, questiona-se a proposição de ela ser uma nova ruralidade, como Silva e Campanhola (2000) colocam ou outra ruralidade, como Veiga (2006) apresenta. Acredita-se que os geógrafos têm outro entendimento.

Desta maneira, discute-se o curso das alterações advindas de processos atuantes na transformação do meio rural, incluindo-lhe mudanças capazes de gerar novas formas visíveis, no que se denomina de território colonial familiar, seguindo o “modo de produção familiar”, que passa a acrescentar sua criatividade e diversidade de atividades de produção, para suprir necessidades do grupo familiar, ocupando a força de trabalho disponível e assim garantindo a reprodução social e econômica do conjunto social familiar. Deve-se aceitar que a criatividade humana e suas possibilidades de diversificar não podem ser mensuráveis, de acordo com Shanin (2007).

Nesse sentido, o presente trabalho se justifica por perseguir os processos de transformação que o modelo de desenvolvimento da agricultura provocou no ambiente de produção familiar colonial de um território de colonização, considerando o estudo no município de Agudo. As análises procuraram contabilizar e contrapor as atividades agrícolas e não-agrícolas na formação e transformação da espacialidade rural, determinada por temporalidades distintas do processo de territorialização e afirmação deste território colonial familiar, que vêm permitindo a reprodução do grupo socioeconômico. Para isto, é necessário analisar o que teria determinado esse surgimento, suas possibilidades de manutenção e de desenvolvimento desta forma pluriativa.

Na seqüência desta introdução, deseja-se informar o leitor sobre a estruturação do trabalho de dissertação decorrente da linha da temática proposta que também permite diagnosticar a espacialidade rural, servindo para que o poder público municipal repense e formule diretrizes e políticas administrativas capazes de atender as necessidades, potencialidades, especificidades e particularidades de suas realidades locais. Considera-se, ainda, que a autora é originária do meio rural colonial do município de Agudo e herdeira destas raízes histórico-culturais. Assim, optou-se, neste estudo, pela seleção do município de Agudo como referencial empírico.

Neste referencial destacam-se as conjunturas políticas, sociais e econômicas brasileiras, que atuando em seu histórico colonial regional, marcaram diferentes fases do processo produtivo e de diversificação da produção, da colonização estrangeira no sul do Brasil, iniciando a fase da territorialização dos imigrantes germânicos.

Em prosseguimento e concordante com esta conjuntura o trabalho de investigação teve por **objetivo geral** analisar o velho sistema colonial familiar e as dinâmicas que atuam sobre a sua espacialidade rural alterando e incorporando relações de produção e de reprodução, determinadas pelo novo sistema de produção integrado ao mercado.

Além disso, objetivou-se especificamente:

- Analisar as atividades agrícolas e os condicionantes da nova territorialidade ocorrida e determinada pelas relações de produção e de reprodução, bem como as diferentes formas de ocupação e as mutações ocorridas na espacialidade rural;
- Estabelecer a cronologia dos estágios históricos, através da presença dos processos que provocaram mudanças no território colonial, que serviram de base socioeconômica ao município de Agudo;
- identificar a inserção de novas atividades que se formaram provenientes das dinâmicas sobre os processos produtivos incluídos no sistema de produção;
- Verificar os estágios de evolução e desenvolvimento que se impuseram no rural, para conhecer a direção em que se encaminha sua espacialidade através de cenários futuros.

Estes objetivos foram alcançados através do uso de um aporte metodológico que reconheceu os vários elementos que compõem as dinâmicas, alcançando os processos que marcam os estágios de evolução da espacialidade rural. A teoria Sistema, aliada a uma análise crítica e a uma abordagem histórico-descritiva, tornou-se capaz de desenvolver os objetivos propostos, alcançando os resultados esperados.

Aos objetivos propostos no trabalho de investigação, se fez necessário ordenar a estrutura do estudo em partes denominadas de capítulos, de modo que o estudo apresenta uma Introdução dedicada à apresentação do problema que norteou o objetivo de investigação, sua Justificativa e Metodologia adotada, bem como os procedimentos seguidos na organização do trabalho de dissertação.

No primeiro capítulo é apresentada a caracterização da área em estudo e a espacialidade rural do município de Agudo. Procurando explicitar o espaço geográfico resultante do processo colonial e cujo território, hoje dinâmico em seus elementos naturais (aspectos físicos), sociais e econômicos, desvenda suas funções através das formas que são criados e recriados tais elementos e de suas relações

rural-urbano, promovendo o desenvolvimento local e contribuindo para o aprofundamento das relações regionais.

O segundo capítulo contém o referencial teórico, que permeia a revisão da literatura, e a conceituação da terminologia básica, que enfatiza e orienta o desenvolvimento do trabalho quanto ao entendimento dos processos sobre os antecedentes da realidade em estudo. As análises de des-re-territorialidade na formação da espacialidade rural e de seus elementos construtores são tidas em sua dinâmica. A abordagem segue o procedimento metodológico da cronologia histórico descritiva, para tratar do processo de desterritorialização na Alemanha.

O terceiro capítulo analisa os processos e suas dinâmicas em nível macro e meso regional e sua atuação sobre a reprodução da agricultura familiar do município de Agudo, procurando identificar transformações na espacialidade rural, decorrentes do processo de modernização da agricultura brasileira e de sua inter-relação com a industrialização em crescimento no País. Igualmente são tecidas as análises sobre o processo de globalização includente e excludente de áreas, de acordo com suas potencialidades, que levou a inserção das atividades não-agrícolas àqueles que por razões diversas foram excluídos total ou parcialmente dos processos políticos econômicos (agroindústria artesanal familiar) como forma de reprodução do grupo social.

O quarto capítulo contém o aporte metodológico e seus procedimentos que nortearam o desenvolvimento do trabalho, destacando como referencial teórico - metodológico a Teoria Sistêmica, que esclarece a compreensão do todo em suas partes, apresentando os indicadores do comportamento da espacialidade rural familiar de Agudo e tecendo os cenários futuros para este território de cultura germânica.

Por último, tem-se a conclusão, na qual é abordado brevemente o conteúdo de cada capítulo que alimentou a investigação e contribuiu no andamento do trabalho. Na conclusão são discutidas as dinâmicas e as transformações impostas à espacialidade rural, enfatizam-se seus sistemas de produção e sua evolução chegando ao momento atual, para demonstrar o modelo que contém as relações que se processam em Agudo.

1 A ESPACIALIDADE GEOGRÁFICA DO TERRITÓRIO DE AGUDO, RS

Abordando o referencial empírico, o capítulo trata da espacialidade geográfica do território de Agudo e tem como alicerce as instâncias naturais, sociais e econômicas dos grupos socioculturais que organizam este território.

O espaço geográfico e seus recursos físicos existentes são influenciados por processos naturais e, sobretudo, pelas ações e contradições da sociedade que com ele interage. Isto porque, geralmente são os interesses socioeconômicos, em suas diferentes formas de apropriação e de exploração, os que provocam maiores modificações no meio natural. Promover a preservação dos recursos naturais e a reprodução dos grupos sociais depende de uma variada gama de elementos a serem considerados: desde a própria distribuição destes recursos até a questão humana, em termos de número, de estágio cultural e de nível tecnológico.

É importante o reconhecimento das relações que os grupos sociais estabelecem com o ambiente físico de seu lugar (relevo, vegetação, solo, clima e água). Elas revelam o estágio cultural e tecnológico em um dado momento histórico da interação homem-natureza, permitindo se reconhecer a influência de outros elementos nestas relações, como a disponibilidade de área para o uso de vida, para a produção e para o contato com outros grupos sociais.

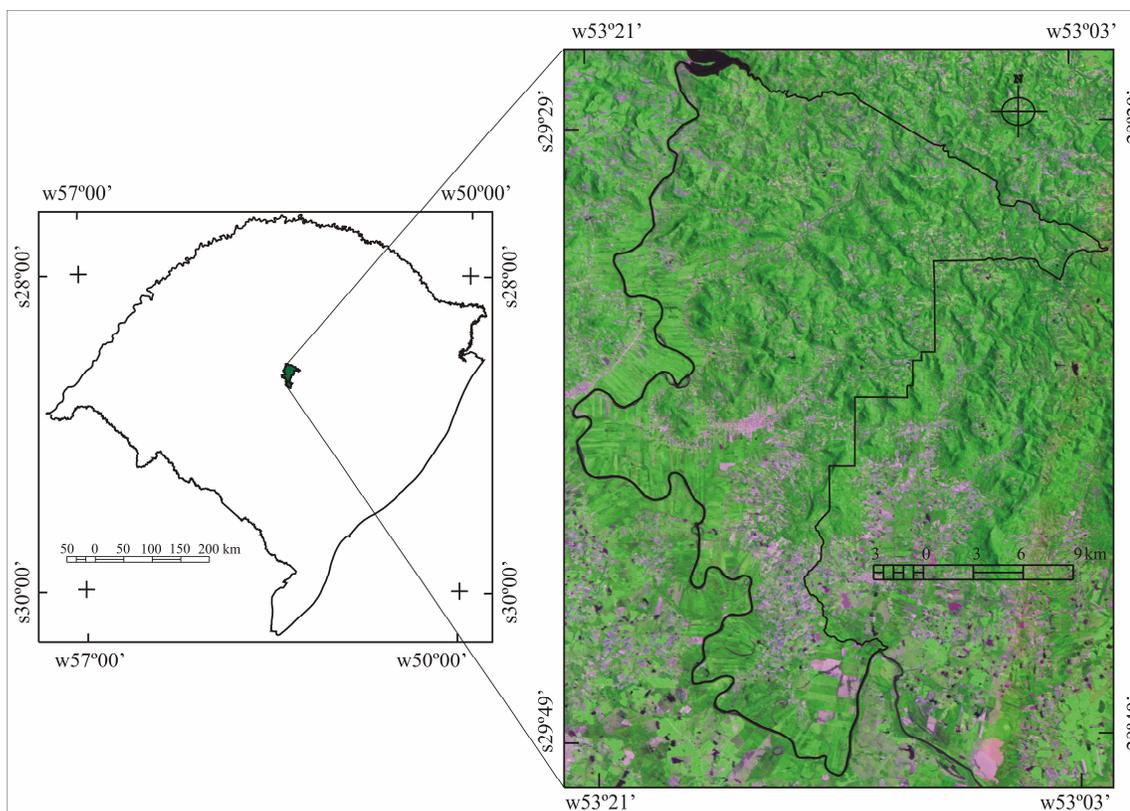
Na medida em que os povos se desenvolvem em criatividade e mantendo-se em liberdade, compreendem melhor as forças que os arrastam e aprendem a agir e reagir sobre o mundo exterior, como a apropriar-se gradativamente dos recursos solo e água. Devido à força das relações sócio-ambientais, promovendo esta associação com os recursos, tem-se a instância natural e a instância social. Os recursos naturais se tornam verdadeiros agentes ambientais que são usados de várias maneiras transformando, paulatinamente, a superfície terrestre a cada novo estágio da criatividade humana que, por sua vez, determina nos estágios no progresso humano. E assim, os povos crescem em sabedoria e experiência. (RECLUS,1985).

Neste contexto, Reclus (1985, p.45) coloca que “muito antes de se apropriar do solo pela ciência, o homem começara a fazê-lo pela cultura”. Desde que as famílias aprenderam a plantar árvores, a semear grãos e frutos, a obra da transformação foi inaugurada. Cada ponto da superfície terrestre, em que plantas

úteis ao homem substituíram os vegetais derrubados pelo machado e pelo fogo, se tornou o centro. Em sua volta, as culturas se estenderam cada vez mais, formando imensos territórios, que perderam completamente sua fisionomia original e assumiram as características dos povos que os habitaram.

1.1 A Instância natural e a formação da espacialidade geográfica

De acordo com as grandes unidades do relevo brasileiro, o município de Agudo se localiza na Depressão Periférica Sul-rio-grandense³, entre as coordenadas geográficas 29°19'24" e 29°43'13" latitude sul e entre as longitudes 53°01'58' e 53°21'38" oeste (Mapa 1).



Mapa 1 - Localização do município de Agudo no Estado do Rio Grande do Sul.

Fonte: Atlas do Rio Grande do Sul, 1998.

Org: Lisane Regina Vidal.

³ A Depressão Periférica no Rio Grande do Sul, em termos de relevo, também se nomeia Depressão Central do Rio Grande do Sul.

Ross (1998) coloca que a Depressão Periférica Sul-rio-grandense se apresenta esculpida, principalmente por sedimentos, junto à borda da Bacia Sedimentar do Paraná. Encontra-se entre o Planalto Sul-rio-grandense e a escarpa da borda da Bacia Sedimentar, cuja posição altimétrica situa-se em torno de 200m, sendo drenada pelas bacias do Rio Jacui (para leste) e do Rio Ibicui (para oeste).

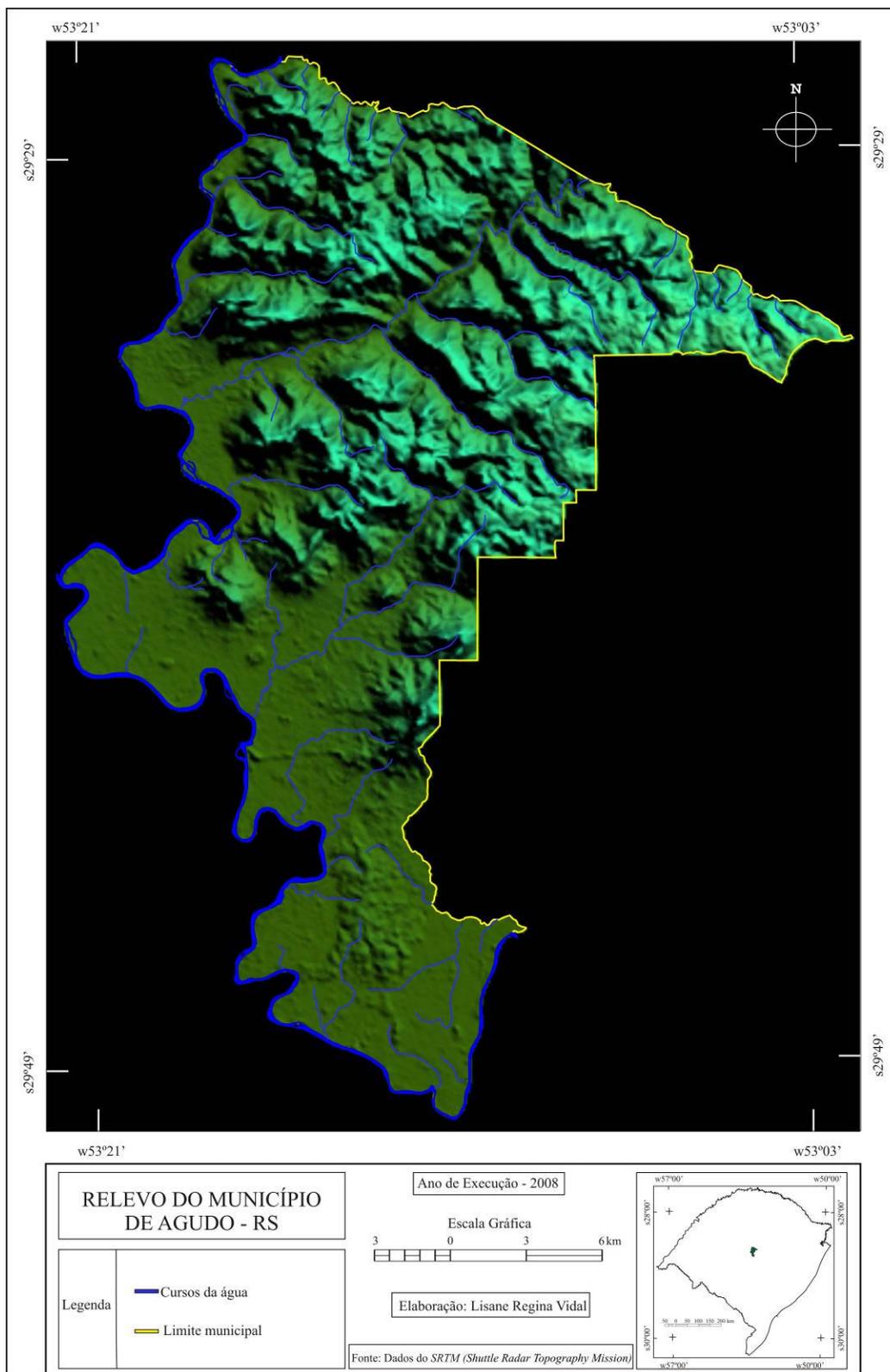
Bernardes (1997) mostra que, na sua quase totalidade, a área da Depressão Periférica compreende os terrenos permo-carboníferos e triássicos subjacentes à forte capa de rochas efusivas. As rochas facilmente modeláveis do permo-carbonífero e os arenitos Botucatu foram recortados em colinas suaves ou em largos tabuleiros que moldam as margens da grande área fluvial do Rio Jacui e o baixo curso de seus afluentes. As planícies, que constituem um elemento comum na paisagem da Depressão Periférica, margeiam o baixo leito do Rio Jacui e o curso inferior de seus afluentes. (Mapa 2).

Neste ambiente, os primeiros núcleos de população que se fixaram na Depressão Central foram atraídos, principalmente, pelas vias de acesso e de penetração no sentido do “coração do continente”⁶, bem como pelas planícies fluviais cujas rochas matrizes exerceram importância em sua ocupação. (*Ibid*, 1997).

De acordo com o Macrozoneamento Agroecológico e Econômico do Estado do Rio Grande do Sul (1994)⁷, o município de Agudo encontra-se na Região 1 – Depressão Central e Sub-região 1C – Santa Maria.

⁶ Quando Bernardes (1997) coloca a expressão “coração do continente”, ele se refere ao continente São Pedro, como também era chamado o Rio Grande do Sul.

⁷ O Macrozoneamento Agroecológico e Econômico do Estado do Rio Grande do Sul, realizado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Rio Grande do Sul e Embrapa, em 1994, teve como objetivo criar Regiões Agroecológicas do Rio Grande do Sul, reunindo municípios que apresentam características climáticas (especialmente em relação ao regime térmico-pluviométrico), geomorfológicas, de capacidade de uso dos solos, uso atual, e em nível de macroclima mais homogêneas possíveis, já que foram obedecidos os limites municipais. Este procedimento foi adotado, com vistas ao estabelecimento de programas de desenvolvimento agrícola e para permitir as recomendações emanadas da pesquisa, independentemente de cultura, para os agroecossistemas regionais. Sendo assim, o Estado ficou dividido em 12 grandes regiões agroecológicas: Região 1 – Depressão Central; Região 2 – Litoral; Região 3 – Planalto Superior; Região 4 – Serra do Nordeste; Região 5 – Planalto Médio; Região 6- Encosta Inferior da Serra do Nordeste; Região 7 – Alto do Vale do Uruguai; Região 8 – Missioneira de Santo Ângelo – São Luiz; Região 9 – São Borja - Itaqui; Região 10- Campanha; Região 11 – Serra do Sudeste; Região 12 – Região dos Grandes Lagos. Destaca-se que a Região Agroecológica de nosso interesse é a Região 1 – Depressão Central, a qual apresenta 3 Sub-regiões: 1 a – Grande Porto Alegre; 1 b – Rio Pardo – Taquari; 1 c – Santa Maria, onde está localizado o município de Agudo (município em estudo).



Mapa 2 – Tipos de relevo do município de Agudo, RS.

Fonte: Dados do SRTM (Shuttle Radar Topography Mission). Execução 2008.

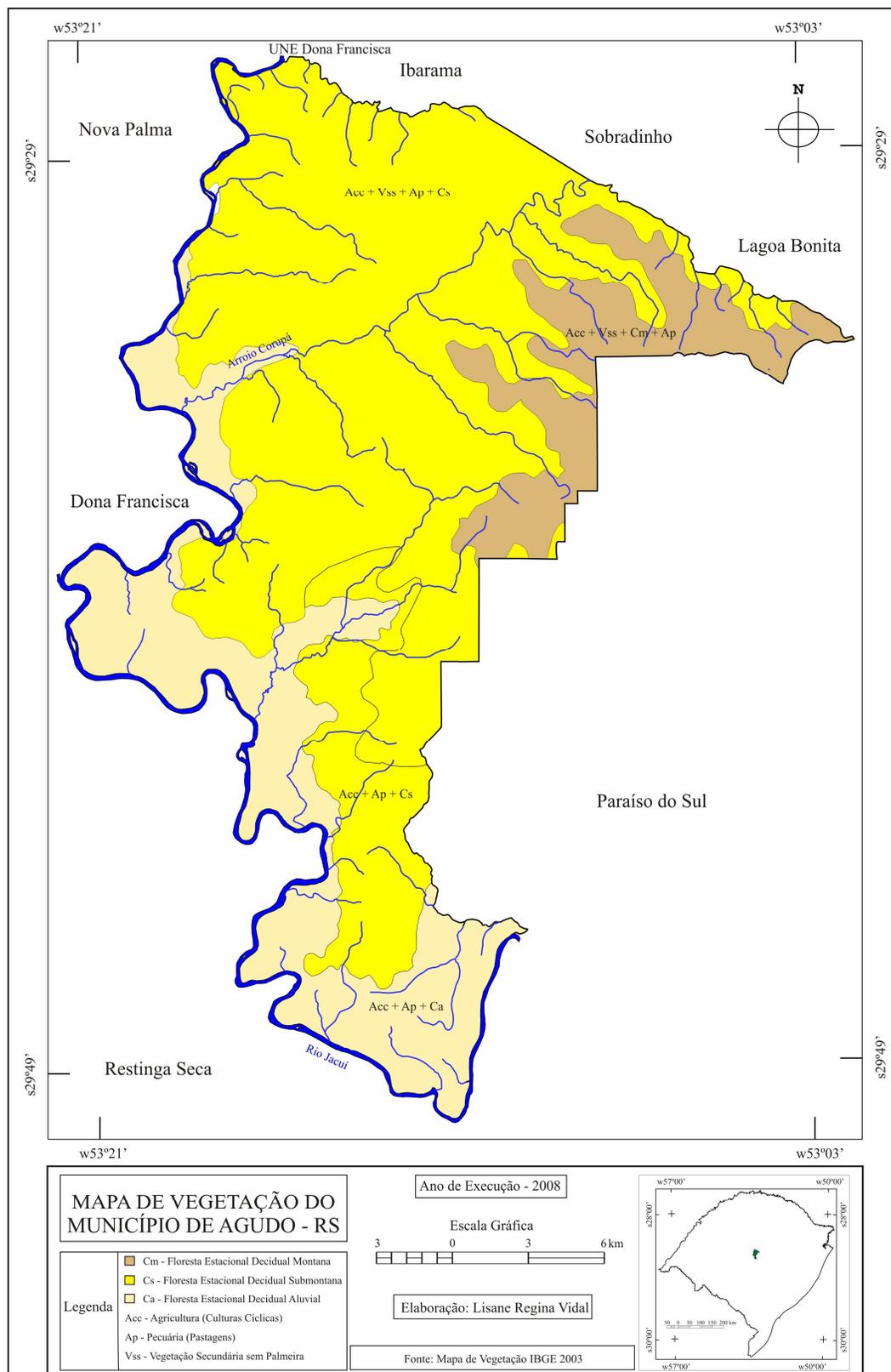
Org: Lisane Regina Vidal.

Desta forma, a vegetação original da Região Central do Rio Grande do Sul, onde se localiza o município de Agudo, é caracterizada pela *Floresta Estacional Decidual*, cuja formação é constituída, basicamente, por cinco degraus de vegetação e por três subformações básicas (Floresta Aluvial, Floresta Submontana e Floresta Montana). (Mapa 3).

A formação Floresta Aluvial (parte oeste e sul do município de Agudo) reveste os terraços aluviais na Depressão Central do Rio Grande do Sul, que se constitui ao longo dos Rios Jacui, Ibicui e Santa Maria e de seus respectivos afluentes. Esta formação apresenta pequenas variações estruturais e florísticas, em função das condições locais de drenagem. Desta forma, nas áreas freqüentemente inundáveis e de drenagem lenta, o estrato arbóreo é aberto, sendo dominado por corticeira, salgueiro, ingá, branquinho, jerivá, toropi entre outros. Já nos locais de solos drenados e esporadicamente inundáveis, a cobertura arbórea é densa, sendo formada, principalmente, pelas espécies de açoita-cavalo, guajuvira, angico, farinha seca e camboatá. (*Ibid*, 1994).

A formação Floresta Submontana (parte norte, centro-leste e sudeste de Agudo) ocorre na vertente sul da Serra Geral, a oeste do Vale do rio Cai, estendendo-se sobre a borda do Planalto das Araucárias, sobre relevo ondulado, além da bacia do rio Ijuí, no Planalto das Missões. Caracteriza-se por apresentar estrato arbóreo emergente, predominando grapia, angico, cabriúva, louro, umbu, guajuvira, açoita-cavalo, canela-preta, batinga, canela-guaicá, mata-olho, laranjeira-do-mato, cincho e catiguá. Os agrupamentos remanescentes da cobertura florestal original situam-se nas partes altas das encostas, recobrando os locais íngremes e impróprios para a atividade agrícola. As áreas de culturas permanentes encontram-se na parte norte da Depressão Central do Rio Grande do Sul, no limite com a Serra Geral. (*Ibid*, 1994).

A formação Floresta Montana (parte nordeste de Agudo) é composta por um pequeno número de espécies, com acentuada adaptação à estacionalidade, destacando-se angico, cedro, canjerana, cabriúva, guajuvira e açoita-cavalo. As condições de solo e relevo, desfavoráveis à agricultura, não impediram a devastação da cobertura florestal primitiva. Com o progressivo abandono das áreas utilizadas para a agricultura, passou a predominar a vegetação secundária nos diversos estágios. Os agrupamentos florestais remanescentes ocupam as encostas íngremes e de difícil acesso. (*Ibid*, 1994).



Mapa 3 – Tipos de vegetação do município de Agudo, RS.

Fonte: Mapa de Vegetação do IBGE, 2003.

Org: Elisane Regina Vidal.

Quando se analisa a vegetação do Rio Grande do Sul, chama a atenção a possibilidade de se traçar um limite linear entre paisagens a qualquer momento em pontos diversos do território. As repentinas mudanças de paisagens culturais que se assinalam coincidem com os limites da zona da mata com os dos campos, pois é a borda da mata que separa áreas tão diferentes, como bem analisa Bernardes (1997). Portanto, esta diversidade de paisagens revela a existência de áreas mais favorecidas que outras para determinados tipos de plantação ou criação, demarcando, desde logo, seus reflexos econômicos.

No que tange as grandes regiões dos solos do Rio Grande do Sul, segundo uso manejo e conservação⁸, o município de Agudo se insere na Região de Encostas Basálticas e outras áreas declivosas (região II), cujos solos são originados do basalto, ou seja, solos Litólicos, Cambissolos, Brunizens, Terras Brunas e afloramento de rochas. No município de Agudo, por estar localizado na Depressão Central, também se encontram solos dos tipos Planossolos e Podzólicos, nos quais o uso predominante é em pastagens nativas e em arroz irrigado. Deste modo, os solos destas regiões são bastante suscetíveis à erosão. Por isso, recomenda-se na cultura do arroz o plantio direto. (*Op.cit*, 1994).

De maneira geral, as características comuns nos solos oriundos de rochas basálticas são a acentuada declividade, a pequena profundidade (solos raros), os afloramentos de rochas e a presença de pedras na superfície, ocupando áreas em relevos bastante acentuados, normalmente forte ondulado a montanhoso. Constituem exceção as áreas planas das várzeas ao longo dos rios, normalmente de pequena extensão, com solos mais profundos, geralmente sem pedras na superfície, mas esporadicamente sujeitos à inundações temporárias. (*Ibid*, 1994).

Na Região de Encostas Basálticas e outras áreas declivosas, é comum usar o solo em culturas anuais diversificadas, como milho, feijão, batatinha, mandioca, arroz e fumo, normalmente, em áreas pequenas e muitas vezes em lavouras de subsistência. Assim, a extensão dos problemas de erosão de solo, nestas áreas utilizadas com culturas anuais, não se torna mais grave porque a elevada

⁸ De acordo com o Macrozoneamento Agroecológico e Econômico do Estado do Rio Grande do Sul (1994), o Rio Grande do Sul é dividido em cinco (5) grandes regiões de solos, de acordo com uso, manejo e conservação: Região I – Região de agricultura intensiva com culturas anuais em sucessão de lavouras mecanizadas; Região II – Região de encostas basálticas e outras áreas declivosas; Região III – Região dos solos originados do arenito; Região IV – Região de solos rasos, escuros, planos, derivados do Basalto; Região V – Outras regiões (a - litoral e depressão central; sul e encosta do sudeste; c – campos de cima da serra; d – vertissolos e planossolos vérticos da campanha).

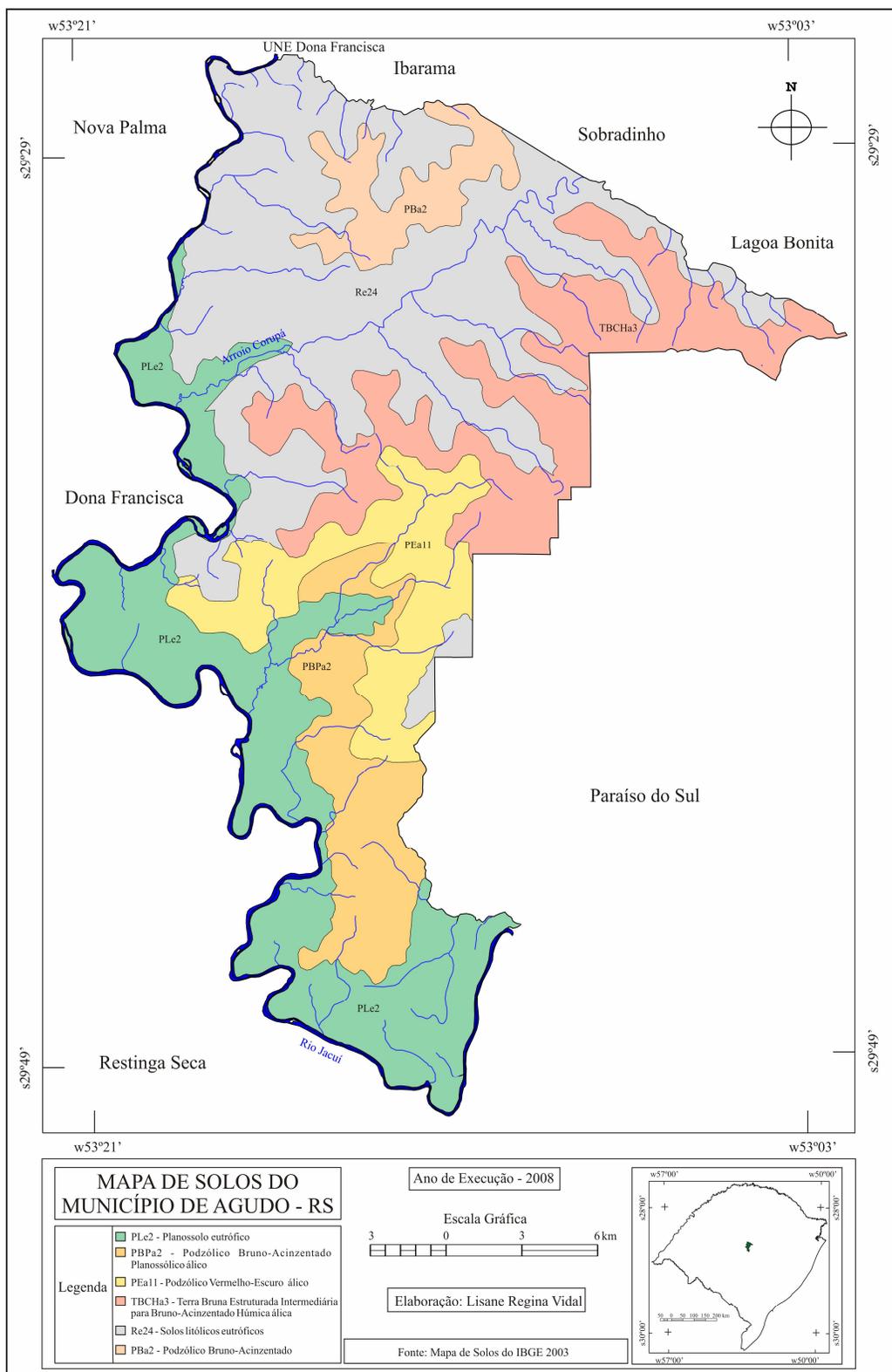
declividade não permite a utilização intensa da mecanização agrícola e também pelo fato de que normalmente as áreas ocupadas com culturas anuais são pouco extensas. A utilização da tração animal, a capina com enxada e a colheita manual não constituem maiores problemas no manejo dos solos. O grande problema se refere ao uso agrícola adequado ao tipo de solo, devido à grande declividade e pouca profundidade. Neste caso, os solos não podem ser intensamente cultivados com culturas anuais, por sofrerem rápidos desgaste e empobrecimento, principalmente ocasionados pela erosão do solo. (*Ibid*, 1994), (Mapa 4).

A produção de culturas anuais pode ser indicada somente com uma série de recomendações adicionais, por exemplo, que as áreas não sejam de grande extensão, que seja utilizada a rotação de culturas com preparo mínimo e plantio direto. Nesse sentido, os estabelecimentos necessitam de melhor planejamento de uso do solo e que sejam destinadas as áreas mais planas para culturas anuais e as mais declivosas para culturas perenes. (*Ibid*, 1994).

No que se refere à capacidade do uso dos solos do Rio Grande do Sul⁹, o município de Agudo se insere: na *Categoria A - Cultiváveis regularmente com culturas anuais, Classe III* – que são cultiváveis segura e continuamente com culturas anuais adaptadas, exigindo o emprego de práticas intensivas de consumo dos solos; na *Categoria B – Cultiváveis esporadicamente com culturas anuais, Classe IV*, que são cultiváveis durante parte do ano com culturas anuais adaptadas de verão, apresentando limitações no tempo de uso, devido a inundações periódicas ou má drenagem e que exigem práticas de controle de umidade; na *Categoria C – só permitem o uso de culturas permanentes, Classe VI af*, que são próprias para a fruticultura, pastagem nativa e silvicultura intensiva, apresentando limitações sérias devido à distribuição e ocorrência intensivas de afloramentos de rocha, exigindo práticas de conservação dos solos. (*Ibid*, 1994).

No processo de ocupação de uma área a importância do solo advém do tipo de formação florestal que se instalou no seu passado e permitindo recomendar as culturas para serem exploradas no presente. Desta maneira, os elementos naturais alicerçados no solo, clima, relevo e vegetação influenciam diretamente na diversificação econômica da área, bem como da população. (Bernardes, 1997).

⁹ De acordo com o Macrozoneamento Agroecológico e Econômico do Estado do Rio Grande do Sul (1994), o Rio Grande do Sul apresenta quatro categorias: Categoria A – Cultiváveis regularmente com culturas anuais; Categoria B – Cultiváveis esporadicamente com culturas anuais; Categoria C – Só permitem o uso de culturas permanentes; Categoria D – Sem utilização agrícola.



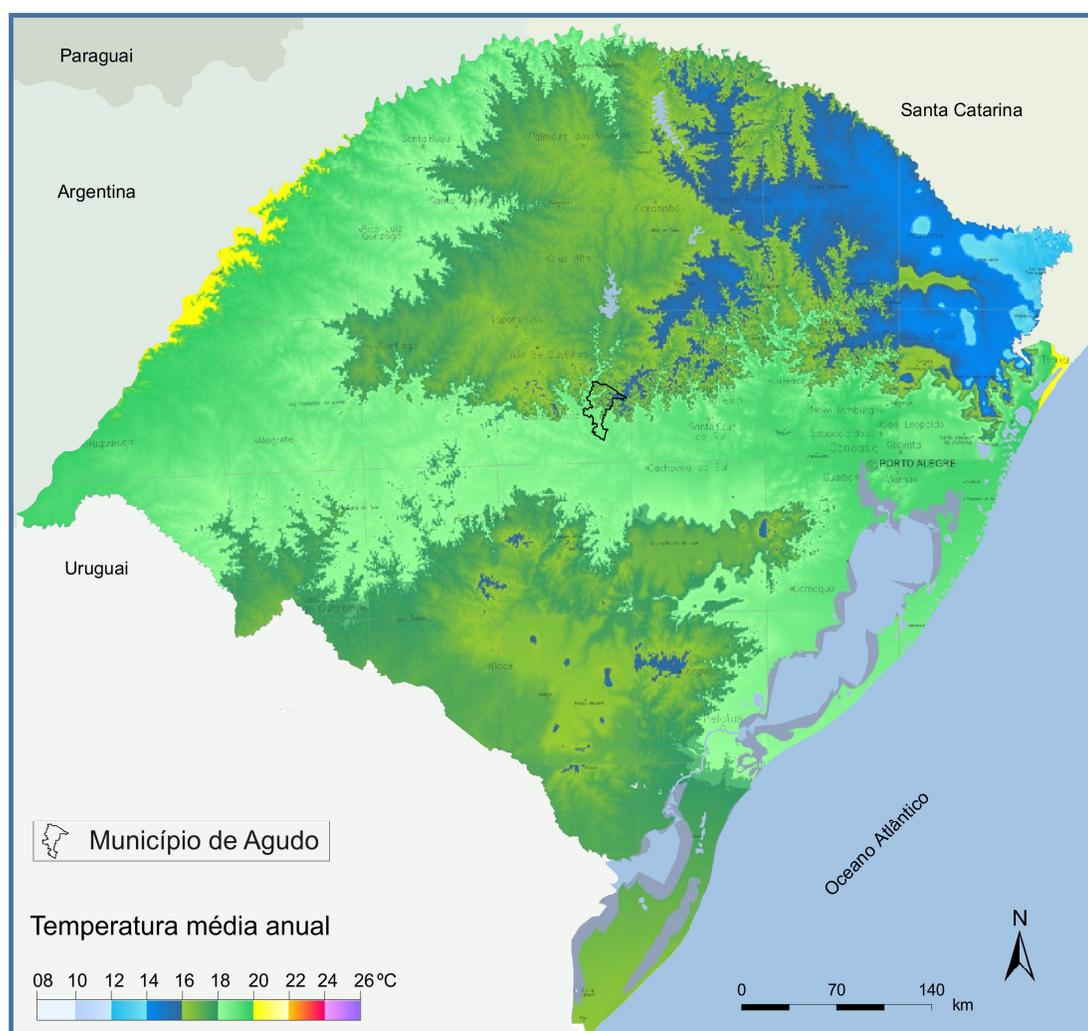
Mapa 4 – Tipos de solos do município de Agudo, RS.

Fonte: Mapa de Solos do IBGE, 2003.

Org: Lisane Regina Vidal.

O Rio Grande do Sul apresenta clima do tipo Temperado Mesotérmico Brando, que predomina na maior parte do Estado e abrange cerca de 82,7% do espaço geográfico da Região Sul. (IBGE, 1990).

Azevedo et al (1968) colocam que na classificação de Köppen, o Estado contém as classes *Cfa* e *Cfb*. O *Cfa* caracteriza-se por identificar um clima mesotérmico úmido, com chuvas bem distribuídas durante o ano, verão quente, em que a temperatura média do mês mais quente é superior a 22º C (Mapa 5), ocorrendo principalmente nos campos Sul-rio-grandenses.

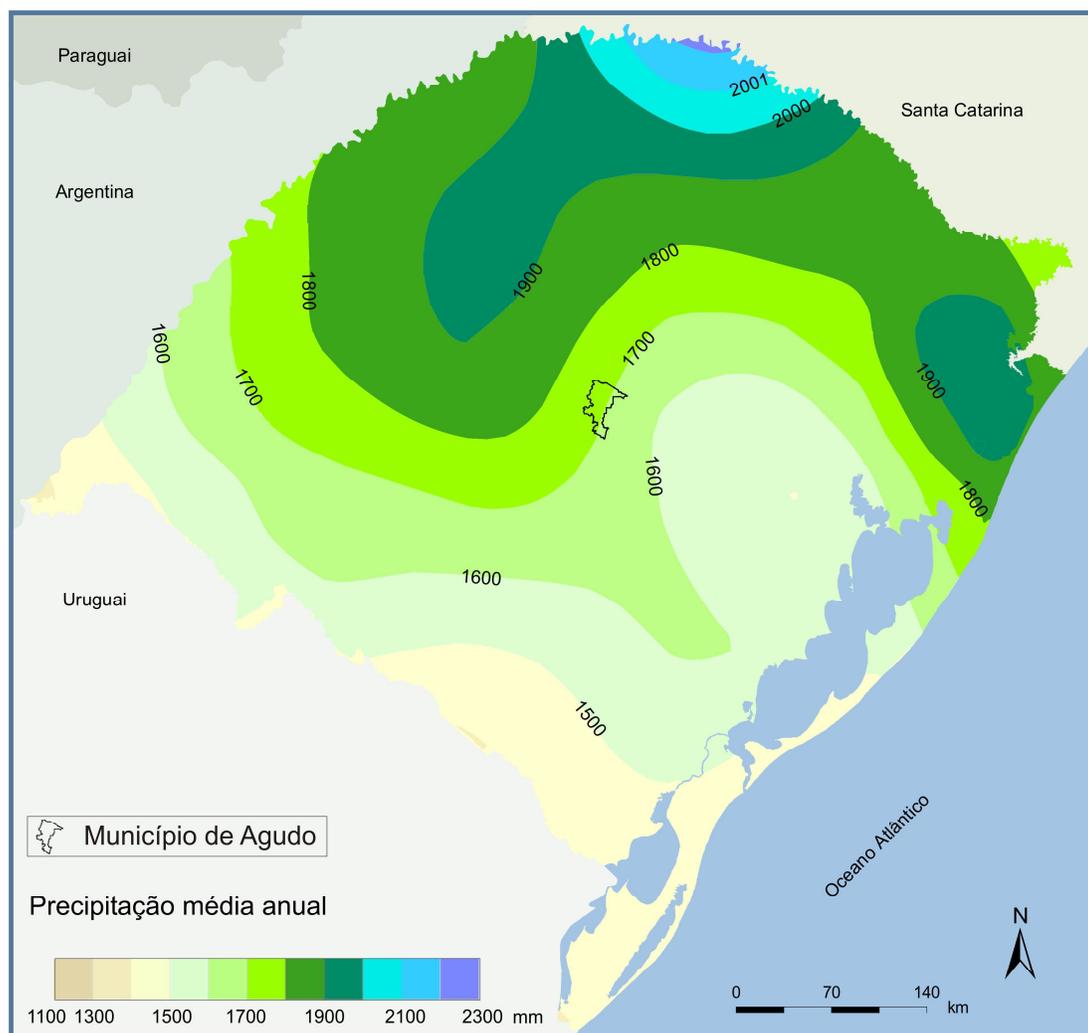


Mapa 5 – Temperatura Média Anual no Estado do Rio Grande do Sul, 2002.

Fonte: SEMC – Atlas Eólico do Rio Grande do Sul, 2002.

Org: Lisane Regina Vidal.

Em contrapartida, o Cfb caracteriza o clima mesotérmico úmido com chuvas bem distribuídas durante o ano (Mapa 6) e verão brando, em que a temperatura mais quente é inferior a 22°C, abrangendo o Planalto Meridional Sul-rio-grandense.



Mapa 6 – Precipitação Média Anual no Estado do Rio Grande do Sul, 2002.

Fonte: SEMC – Atlas Eólico do Rio Grande do Sul, 2002.

Org: Lisane Regina Vidal.

Esse clima destaca-se não apenas pelo regime de chuva e temperatura, mas também pela homogeneidade na ocorrência de certos fenômenos, como geadas, que é característica, e precipitação de neve, as quais são praticamente exclusivas desse clima no Brasil. (IBGE, 1962).

Ao clima temperado (ameno) do Rio Grande do Sul é com freqüência atribuído o êxito do povoamento de origem européia (como os alemães) em suas terras, destacando, em maior ou menor grau, o caráter laborioso de sua população, seu espírito empresarial, etc. Entretanto, as condições climáticas não parecem ter exercido influência direta sobre o povoamento, como o relevo, limitando-o ou facilitando-o, nesta ou naquela região. Observa-se significativa variedade de condições climáticas e se reconhece seu reflexo geral na economia e na população, e deve-se convir que não há uma correspondência entre as mesmas e os contrastes demográficos no Estado. (Bernardes, 1997).

No que diz respeito à água, destaca-se que esta é um importante recurso de vida, principalmente a potável, responsável pela biodiversidade da terra. Nesse sentido, cabe ressaltar que no município de Agudo, especialmente no meio rural, a água utilizada para o abastecimento interno dos estabelecimentos é oriunda de poços, cacimbas e poços artesianos. Entretanto, algumas comunidades/localidades possuem distribuição coletiva de água, que normalmente é utilizada para o uso doméstico e dos animais. Em períodos de seca, muitos estabelecimentos, especialmente os localizados nas áreas mais declivosas e de difícil acesso, sofrem em função da escassez de água como também, às vezes, devido a sua falta.

Quanto ao recurso utilizado para a produção, destaca-se o Rio Jacui em importância, por assinalar a divisa natural do município na porção oeste e ser responsável pela maior parte da irrigação das lavouras de arroz, bem como as de outras culturas. Não se pode ignorar que o Rio Jacui vem sofrendo com problemas decorrentes da intensidade do uso, principalmente da erosão derivada das atividades agrícolas ao longo de suas margens e a conseqüente falta e/ou escassez da mata ciliar, a presença de barragens para o abastecimento de hidroelétricas, bem como pela contaminação das águas por agrotóxicos carregados pela chuva e arroios que atravessam lavouras sob sistemas convencionais de cultivo.

1.2 A Instância social e econômica e as relações de produção na espacialidade geográfica

O município de Agudo possui uma área de 536,1 km², que era ocupada por uma população estimada em 2005, de 17.981 habitantes, revelando um potencial

disponível às relações de produção. Em dados de 2000, a densidade demográfica alcançava 33,5 hab/km² e se distribuía em 67,6% da população no meio rural e 32,4% no meio urbano. (IBGE, 2000).

A evolução da população, desde a emancipação do município, a qual pode ser observada na Tabela 1, apresenta ritmo crescente no total, revelando a dinâmica de suas relações de produção no contexto municipal. Entretanto, ao considerar-se a população rural, ela oscilou em um período de 40 anos (1960-2000). Em 1960, 11.510 habitantes povoam o meio rural e respondiam pela economia rural. Mas 20 anos depois, atingia 13.226 habitantes e, mais 20 anos após, recuou para 11.789 habitantes. A população urbana respondia com crescimento contínuo durante este intervalo de tempo, de forma mais significativa no período de 1970 a 1996.

Tabela 1 – Evolução da população, município de Agudo, RS, período 1960 a 2000.

Distribuição Demográfica	1960	1970	1980	1991	1996	2000
População Urbana	1226	1681	2432	4206	5025	5655
População Rural	11510	12505	13226	12512	11223	11789
População Total	12636	14186	15658	16718	16248	17444

Fonte: Censo demográfico do IBGE, 2000.

Org: Lisane Regina Vidal.

O Relatório Anual da Situação do Município realizado pela EMATER em 2005 apontava que a presença do êxodo rural estava sendo impulsionada, especialmente, pela estrutura fundiária: a) o tamanho dos estabelecimentos rurais, que oferece pouca alternativa de renda no meio rural; b) as políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e o crescente endividamento dos produtores de fumo e arroz, decorrente do alto valor de produção e baixo preço de seus produtos no mercado.

Outro aspecto importante, sobre a composição da população rural no município de Agudo é a sua distribuição por sexo, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000): a população masculina, no meio rural, representava 51,32%; enquanto que a feminina, 48,68% (Tabela 2). O mesmo Relatório Anual da Situação do Município, da EMATER em 2005, também revelou que nos últimos anos

era notória a saída de jovens rurais em busca de estudo e melhores condições de vida e que, normalmente, não regressavam a sua área de moradia e ao município, devido à estabilização financeira adquirida por empregos na zona urbana de outras localidades.

Tabela 2 – Distribuição por sexo da população rural do município de Agudo, RS, período 1970 a 2000.

POPULAÇÃO RURAL	PERIODO			
	1970	1980	1991	2000
Feminina	6178	6405	6154	5743
Masculina	6327	6821	6358	6046
TOTAL	12505	13226	12512	11789

Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2000.

Org: Lisane Regina Vidal.

Como a maior parte da população municipal está localizada no meio rural, desenvolvendo atividades agropecuárias a estrutura econômica do município tem como base a produção rural familiar, ou seja, suas relações de produção se concentram na agropecuária, no trabalho familiar e na produção diversificada dos estabelecimentos, predominantemente constituídos de pequena e média dimensão de área. Assim, de acordo com o Relatório Anual da Situação do Município realizado pela EMATER (2005), Agudo se caracteriza por um modelo pluriativo de produção. O modo de produção familiar corresponde a cerca de 92% dos agricultores familiares, que possuem área nos estratos de 0 a 50 hectares, para uma região onde o módulo rural destinado à atividade rural é de 20 hectares. Porém, apresenta uma divisão na qual ocorre o predomínio da agricultura familiar na composição dos estabelecimentos rurais municipais e que são decorrentes do próprio tipo de colonização que teve como base a formação de propriedade de pequena dimensão de área (colônias com 74 hectares em média) e da conseqüente partilha da terra entre os filhos do proprietário que, em sua falta, recebiam a sua parte por herança. (Tabela 3).

Tabela 3 – Distribuição dos estabelecimentos por categoria em número, área e percentuais e valor bruto da produção em reais e percentuais do município de Agudo, RS, período 1995-1996.

Categorias	Estabelecimentos		Área Total		Valor Bruto da Produção	
	Número	%	Hectares	%	1000 reais	%
Familiar	2.279	96,9	39.286	92,2	24.729	90,7
Patronal	70	3,0	3.258	7,6	2.494	9,1
Outras instituições	03	0,1	59	0,2	47	0,2
TOTAL	2.352	100,0	42.607	100,0	27.271	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE.

Org: Lisane Regina Vidal.

Procurando trazer a realidade do Município e com o apoio do Censo Agropecuário de 1995-96, destaca-se que a maior parte dos estabelecimentos familiares totalizava 49,6% e possuíam entre 5 e 20 ha, cuja renda média era de 4.834 reais anuais e, na maioria das vezes, suficiente para garantir a reprodução dos agricultores familiares.

Por se tratar de um município essencialmente agropecuarista, tendo como sua principal fonte de renda estas atividade, sua matriz produtiva, ainda hoje, se baseia nas culturas do arroz irrigado, fumo, milho, feijão e morango. A área ocupada com estas culturas identifica a importância que elas assumem no contexto do processo produtivo, devido ao volume de produtividade e a facilidade de comercialização, trazendo segurança financeira ao agricultor familiar.

Segundo o Relatório Anual da Situação do Município (2005), o arroz ocupava uma área de 8100 hectares e apresenta produtividade equivalente a 7500 kg/ha. O milho ocupava uma área de 6000 hectares, permitindo que a produtividade alcançasse 2400 kg/ha. O fumo, revezando área com o milho (6000 hectares)¹⁰, oferecia uma produtividade de 150 arrobas/ha. Ocupando posição secundária no conjunto das atividades agrícolas, aparecia o feijão ocupando uma área de 500 hectares no município e permitindo uma produtividade de 1200 kg/ha. O morango ocupava 02 hectares e permitia alcançar uma produtividade de 41000 kg/ha. A cultura do milho, na maior parte dos estabelecimentos familiares, sempre teve como

¹⁰ Salienta-se que o cultivo de fumo e milho se realiza em consórcio contínuo, no qual, normalmente, no término da colheita do fumo, a terra é preparada para o cultivo do milho, seguindo o sistema de alteração de culturas, no caso fumo/milho.

destino a subsistência da unidade de produção familiar e só ocorrendo comercialização quando há excedente de produção.

Hoje, outro aspecto a ser salientado refere-se ao cultivo de feijão, que nos estabelecimentos também se destina à subsistência familiar, ao contrário do cultivo do fumo, arroz irrigado e morango que tem como objetivo a comercialização. A produção agropecuária municipal está concentrada em estabelecimentos familiares de até 20 hectares, pois nesta classe de dimensão de área a presença da lavoura de morango, feijão e milho ocupa mais de 60% destes estabelecimentos familiares. A cultura do morango chega a dominar em 100% da área destes estabelecimentos familiares, cuja dimensão de área na atualidade alcança até 20 hectares. Nos estabelecimentos da classe de dimensão de área de 21 a 50 hectares, destaca-se a produção de arroz irrigado, ocupando 50% da área dos estabelecimentos de produção familiar, pois se trata de uma cultura que normalmente necessita de maior área para alcançar rendimento satisfatório.

As demais culturas como feijão, fumo e milho não ultrapassam 45% da área destes estabelecimentos. Chama a atenção à inexistência da cultura do morango em estabelecimentos familiares de área superior a 20 hectares. Por outro lado, é pouco significativa a produção destas culturas em estabelecimentos com dimensão de área acima de 50 hectares, como é o caso do feijão e do morango.

Determina-se que a economia do Município está centrada em atividades típicas resultantes da produção da agricultura familiar nas propriedades de pequena dimensão de área, desenvolvendo-se a diversificação de culturas produzidas, especialmente para o abastecimento interno. Entretanto, o Município não foge à regra dos demais, que elegem determinadas culturas denominadas “carro-chefe”, decorrente, especialmente, da economia produtivista do modelo capitalista vigente, que estimula, no meio rural, a inserção no mercado e a especialização de cultivos, bem como a tecnificação nas atividades de produção.

As atividades produtivas da agricultura familiar do Município se caracterizam, especialmente, pela presença da cultura do fumo de estufa e do arroz irrigado. A presença da produção de morango ocorre principalmente em estabelecimentos em que as culturas mais significativas em valor de mercado (fumo e arroz irrigado) têm sua produção limitada e, devido a isto, o morango seguido do milho e do feijão, ganha importância. Junto a estas atividades agrícolas existem as não-agrícolas, colaborando com a reprodução familiar. O sistema de produção familiar do município

de Agudo se caracteriza pela alta especialização em duas atividades dominantes: o arroz, cultivado em sistemas intensivos junto às várzeas e o fumo de estufa, na região serrana. As unidades de produção que cultivam o fumo e o arroz são altamente especializadas nestas culturas, possuem comercialização garantida e dependem da renda auferida com atividades agrícolas.

Com referência ao sistema de produção de arroz, ele tem amplo predomínio entre os estabelecimentos maiores que 25 hectares, principalmente naqueles com área maior e que empregam mão-de-obra contratada e, por isso, são chamados de estabelecimentos patronais (ver Tabela 3). Estão presentes em algumas localidades, as quais são remanescentes de antigas áreas de fazendas, que não foram loteadas na época da colonização como a localidade de Porto Alves.

A cultura do arroz, por ser altamente produtiva, traz resultados favoráveis, mesmo aos estabelecimentos de produção familiar. O município de Agudo, de acordo com o Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA), no ano de 2000, possuía 323 estabelecimentos produtores de arroz e ocupava uma área de 8019 hectares, o que correspondia a 14,2% do número dos estabelecimentos municipais e a 18,8% da área dos estabelecimentos existentes, ou seja, uma pequena parcela deles. Contudo, deve-se considerar que 40% da lavoura de arroz se desenvolvem sobre terras arrendadas, constituindo a categoria dos estabelecimentos arrendados. Por outro lado é preocupante o sistema de produção do arroz irrigado, pois somente 75 estabelecimentos possuem água própria, significando que os demais utilizam os rios, as nascentes e os arroios de domínio público e de abastecimento social.

Os agricultores de Agudo, em geral, não têm problema com épocas de estiagem, pois a maioria das lavouras é abastecida com as águas do Rio Jacuí. Entretanto, destaca-se que uma parcela significativa de estabelecimentos (25% do total) que não pertencem a “sociedades de águas”¹¹ ou por não confrontarem as lavouras com o Rio Jacuí, tem água fornecida por terceiros, com uma cobrança significativa de 15% da produção em alguns lugares. Além disso, destaca-se que o sistema de produção de arroz é amplamente difundido como sistema monocultor intensivo.

¹¹ “Sociedade das águas” é formada por 10 a 15 unidades de produção, que participam da gestão coletiva da água em suas lavouras, onde a água é recalçada para o estabelecimento mais elevado e ao descer vai passando de uma lavoura a outra.

Nas atividades dos estabelecimentos do município também se inclui a criação animal. Ainda que detenha um rebanho numericamente pouco significativo, ele complementa o processo produtivo. Na produção da pecuária em 2006 destaca-se a presença de bovinos (16168 cabeças), suínos (9849 cabeças) e aves (65970 cabeças), sendo que este último tem como principal destino à subsistência das famílias dos agricultores. Outras espécies de animais também são encontradas, como ovinos (723 cabeças), eqüinos (160 cabeças) e em menor quantidade os caprinos (44 cabeças).

Os estabelecimentos familiares com até 20 hectares, de acordo com o Relatório Anual da Situação do Município – EMATER, em 1996 concentravam parte do rebanho municipal, destacando-se a pecuária leiteira e com 70% deste rebanho, concentrado nestes estabelecimentos, o que determina a sua importância na formação da renda na unidade de produção. A presença de aves (65%) se localiza nesta classe de dimensão de estabelecimento e sinaliza o consumo interno e o comércio de aves e ovos. Os suínos representam 45% do rebanho nesta classe de dimensão de área e se destinam ao comércio e consumo. Nos estabelecimentos com até 50 hectares, se localiza a maior parte dos ovinos (60%), seguidos dos suínos (50%) e de bovinos (45%). Já os estabelecimentos com área superior a 50 hectares não se identificam pela presença significativa de animais.

As atividades no meio rural contam com a força de produção familiar existentes nos estabelecimentos, contrariando a aplicação de tecnologia poupadora de mão-de-obra que não alcança níveis elevados de difusão e adoção. O predomínio do emprego da força humana e animal se impõem sobre a força mecânica. Considerando a dimensão dos estabelecimentos e o baixo grau de capitalização de recursos, observa-se que a força familiar é adequada à realidade, mantendo o equilíbrio e sustentação das relações sociais de produção. O uso de energia elétrica e o apoio da assistência técnica, no que se refere à aplicação de adubos e corretivos, se relacionam com o tipo de produção, área plantada e capital disponível do produtor. A infraestrutura disponível no meio rural do Município, de acordo com o Relatório Anual da Situação do Município – EMATER (1996) contabiliza a presença de: fornos de estufa para o fumo (2300), tratores (654), colheitadeiras (119), engenhos de arroz (14) alambiques (10) e olarias (2).

A produção do município de Agudo encontra ampla circulação entre os meios de comercialização e de empresas, fazendo com que os produtores alcancem os

mercados locais, regionais, nacionais e internacionais, como é o caso do fumo, provocando o aumento da motivação dos produtores no campo e dos setores industrial, comercial e da prestação de serviços, sediados, especialmente, no meio urbano. A conjugação destes setores da economia e as relações de produção no campo desencadeiam os dinamizadores dos processos de desenvolvimento local.

A distribuição dos principais produtos nos meios de comercialização da circulação local, regional e nacional, bem como das cooperativas e indústrias, faz com que a produção alcance o mercado internacional de forma semi-processada e processada. (Tabela 4).

Tabela 4 – Distribuição percentual dos principais produtos entre os meios de comercialização, município de Agudo, RS, 1996.

Produto	Cooperativa	Indústria	Intermediário	Outros
Arroz	25	45	15	9
Fumo	—	100	—	—
Milho	3	—	6	26
Feijão	30	—	40	13
Morango	—	—	35	65
Suínos	—	10	75	—
Leite	30	70	—	—

Fonte: Relatório Anual da Situação do Município – EMATER (1996).

Org: Lisane Regina Vidal.

Quanto ao destino da produção no município de Agudo, deve-se considerar a importância do consumo nos próprios estabelecimentos, em que cerca de 6% da produção de arroz, 65% da produção de milho, 17% da produção de feijão e 15% da produção de suínos têm como finalidade o uso interno dos estabelecimentos familiares. Isto mostra que os agricultores familiares, ao mesmo tempo em que destinam seu produto ao mercado, também consomem o excedente.

As atividades do setor industrial totalizam 62 empresas registradas, destacando-se as indústrias de calçados, beneficiamento de cereais e de madeiras. Também são expressivas as de confecção, de alimentos, de artefatos de cimento e de couro, além das metalúrgicas e olarias. O comércio municipal conta com mais de

250 estabelecimentos, permitindo que se destaque em importância e em influência regional, principalmente no ramo do comércio de móveis, de eletrodomésticos e de material de construção.

O município de Agudo ainda é assistido por estabelecimentos de ensino municipais, estaduais e particulares, abrangendo o Ensino Fundamental, Médio e Superior à distância. No que se refere aos estabelecimentos de saúde, possui dois estabelecimentos no meio urbano: Associação Hospital Agudo e Centro de Saúde; três no meio rural: Unidade Sanitária de Nova Boêmia, Linha dos Pomeranos e Picada do Rio. Além disso, a cidade possui farmácias, laboratórios particulares e unidades Odontológicas.

O município também conta com quatro estabelecimentos financeiros: Banco do Brasil, Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Barrisul), Caixa Econômica Federal e o Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi). Entre os Sistemas de Crédito Rural disponíveis, destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Crédito Fundiário, RS Rural e o FUNDERA. Eles recebem verbas para o desenvolvimento do setor rural através de agências financeiras, em nível federal, estadual ou municipal, cujos valores financeiros provêm do Banco da Terra.

No que se refere aos meios de comunicação, o município possui uma rádio local, a Rádio Agudo Ltda. e o Jornal Deutsche Integration (integração alemã) que circula em todo o Município. Além disso, é servido por outras rádios dos municípios de Restinga Seca, Faxinal do Soturno, Santa Maria, Sobradinho e Cachoeira do Sul. Entre os outros meios de comunicação, o Município é servido pelos jornais: Integração de Restinga Seca, Zero Hora e Correio do Povo da capital gaúcha, Jornal do Povo de Cachoeira do Sul e A Razão e Diário de Santa Maria, de Santa Maria.

De acordo com o Relatório Anual da Situação do município de Agudo realizado pela EMATER em 2005, a cerca de 98% dos estabelecimentos rurais possuem eletrificação rural e o abastecimento de água provem da Estação de Tratamento da CORSAN, que capta água do Arroio Hermes e, em períodos de estiagem, capta água de açudes presentes na localidade de Linha Branca (interior de Agudo). Já no meio rural, a água para consumo humano provém de poços comuns e poços artesianos. Nas áreas mais elevadas do município (norte e nordeste) é comum, no verão, haver escassez e até falta d'água. No que tange o saneamento básico, a sede do município possui rede de esgoto para o escoamento

dos dejetos cloacais e das águas servidas. No meio rural grande parte dos estabelecimentos fazem uso do poço negro para a decantação dos dejetos.

A descendência germânica mantém em seu meio a presença de segmentos da Igreja Católica Romana e da Igreja Evangélica Luterana, decorrente da reforma de Martin Lutero, juntamente com o crescimento significativo de Igrejas Pentecostais. Além disso, é mister salientar que o Município continua preservando os hábitos e as tradições da cultura dos colonizadores, como: o dialeto alemão (da Pomerânia), a culinária típica e as danças do folclore germânico.

1.3 As relações campo-cidade da espacialidade do município de Agudo

O Município de Agudo é marcado pelas relações campo-cidade, as quais são de extrema importância para o desenvolvimento local. Pode-se dizer que o setor urbano se desenvolveu em função das necessidades do setor rural, sendo, atualmente, referência por suprir as necessidades não só dos agricultores, mas também de municípios da Quarta Colônia de Imigração Italiana, com os quais faz divisa (Dona Francisca, Nova Palma e Restinga Seca) e municípios próximos, como: Paraíso do Sul e Cerro Branco, especialmente em relação à prestação de serviços de saúde, comércio de insumos e gêneros alimentícios.

A importância regional que assume se torna evidente quando se observa a diversificação de indústrias instaladas no Município, as quais, normalmente, são fundadas por membros da sociedade local com o objetivo de abastecer múltiplas necessidades do mercado local, mas que também abrange o mercado regional. Entre elas, pode-se citar: COOPAL – Cooperativa Mista Agudense Ltda (arroz), E.B. Mulher (arroz), Dickow e Filhos (arroz), Olaria Goltz (cerâmica), Metalúrgica Tiradentes, Confecções Daniere (roupas), Mauro Pötter (carpintaria, esquadrias), Emilio Souza (carpintaria, esquadrias, móveis), Móveis Farias (carpintaria, esquadrias, móveis), Batista (carpintaria, esquadrias, móveis), Ki-Delícia (alimentação), Pão & Doce (alimentação), ARTENE (artefatos de cimento), GRANIMAR (artefatos de granitos e mármore).

O número expressivo de empresas existentes, comparado ao total municipal da população, que era de 17444 habitantes, segundo o Censo Demográfico do IBGE

de 2000, revela que esta diversidade empresarial abastece significativa parte da região de Agudo, de Restinga Seca e da Quarta Colônia de Imigração Italiana.

Entre os fornecedores de insumos agrícolas, destacam-se: a Cooperativa Agrícola Médio Jacui Ltda (adubos, sementes, produtos veterinários e equipamentos); Cooperativa Mista Agudense Ltda – COOPAL (adubos, sementes, produtos veterinários e equipamentos); Armindo O. Friedrich; (adubos, sementes, máquinas agrícolas); Agropecuária Fick (rações, produtos veterinários); Agropecuária Campo & Lavoura (rações e produtos veterinários). A presença destas empresas caracteriza o equilíbrio entre as relações campo-cidade.

No que se refere aos fornecedores de matérias de construção destacam-se: ARTENE, PROMACO, Rui Milbradt, Comercial Zimmer e Cooperativa Médio Jacui Ltda. No caso dos fornecedores de produtos agrícolas, tem-se a Cooperativa de Laticínios de Agudo, E. B. Mülher, Dickow e Filhos Ltda, COOPAL e os Supermercados Dona Irene, Cooperativa Médio Jacui Ltda, COOPAL e SUPERLIS, entre outros de menor tamanho e importância no atendimento local.

A relação campo-cidade se evidencia quando o setor de prestação de serviços e de comércio no urbano se torna mais ativa sinalizando que as relações de produção com o campo vão bem, pois se trata de cidade mercado rural. Isto acontece quando a produção rural alcança preço lucrativo para seus produtos permitindo poder aquisitivo maior. Isto se reflete no meio urbano, pois também se dinamizam as relações inter setores do urbano, ou seja, as indústrias, os estabelecimentos comerciais e o financeiro. Os investimentos crescem se tornam mais ativos e trazem em consequência a criação de novos postos de trabalho.

Por sua vez, o produtor rural estabelecendo relação direta com o meio urbano, seu centro de mercado que lhe garante o suprimento das necessidades, não precisa se deslocar para outras áreas. Assim fortalece o seu urbano e o transforma em um importante mercado de abastecimento. Portanto, a cidade de Agudo é um mercado consumidor da produção do meio rural e um mercado abastecedor de uma dinâmica área rural suprindo suas necessidades e lhe emprestando total apoio. Esta relação também se estende aos municípios vizinhos, pois muitos produtores da circunvizinhança suprem parte de suas necessidades na cidade de Agudo. A dinâmica do mercado urbano conta ainda com a colaboração dos agricultores do Município e vizinhos que comercializam seus produtos em feiras, supermercados, quiosques, etc., caracterizando a presença de um intercâmbio regional.

2. A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO COLONIAL E A FORMAÇÃO DA ESPACIALIDADE RURAL

A abordagem do referencial teórico empresta elementos necessários para a reconstrução dos processos de des-re-territorialidade, através da cronologia histórica, que marcaram a trajetória da imigração germânica¹⁸ e a construção da espacialidade rural no município de Agudo.

Ao analisar o processo de imigração no Brasil, é importante destacar as razões do deslocamento populacional europeu para o País e, desta maneira, esclarecer o processo de desterritorialização na Alemanha, que contribuiu para o traslado de um significativo contingente humano. A imigração europeia no Brasil ocorreu devido à necessidade de mão-de-obra e de afirmação de uma produção para o consumo interno do País, durante o seu processo de formação. Também teve um caráter de ocupação de espaços ainda vazios no extremo - sul do País, próximos a uma fronteira em litígio, garantindo a formação de espacialidades rurais e o surgimento de um abastecimento interno auto-suficiente. A formação da antiga Colônia Santo Ângelo expressou, em um primeiro momento, o atendimento dos objetivos da Política Nacional de Imigração promovida pelo Império Brasileiro e, em segundo momento, a territorialidade do grupo sociocultural e a formação de um território colonial de origem germânica no Brasil Imperial.

2.1 O processo de desterritorialização na Alemanha

Para entender os processos pelos quais passou a Europa, especialmente a Alemanha, faz-se necessário destacar os principais acontecimentos históricos que contribuíram para a situação em que se encontravam os imigrantes de cultura germânica no período da emigração para o “Novo Mundo”.

¹⁸ No trabalho se deu preferência para a terminologia germânica, devido ao fato de que na época da imigração a Alemanha não existia como Estado e, os imigrantes eram provenientes de vários estados germânicos em fase de unificação.

Por muitos séculos, as cidades foram uma extensão do domínio do campo e a agricultura, como atividade dominante, fez com que o campo fosse o “senhor” das cidades. O período final da Antiguidade foi marcado pela interligação das atividades agrícolas e extra-agrícolas, sendo que um dos primeiros sintomas da decadência do Império Romano havia sido a redução das trocas comerciais entre as províncias, resultando na retração das atividades urbanas e no empobrecimento das cidades. Desta maneira, as explorações rurais, que se abasteciam nesses centros, começaram a converter-se, lentamente, em unidades auto-suficientes. Assim, instalaram-se nas propriedades rurais forjas, olarias, teares e outras oficinas artesanais. (GUIMARÃES, 1979).

Essa reversão acentuou-se até o final do Império Romano e, posteriormente, a Primeira Idade Feudal ou Alta Idade Média, caracterizada pelo auto-abastecimento, pelo menos no que diz respeito ao suprimento das classes mais pobres, adstritas às terras senhoriais. Entretanto, as trocas não deixaram de existir e nem a moeda de circular, pois o consumo dos nobres e dos senhores não se satisfazia com produtos grosseiros dentro de suas unidades territoriais. Desta forma, a produção artesanal aparecia nos limites da propriedade agrária como atividade complementar, o que era explicável devido à diminuição da rentabilidade da agricultura.

Já na Segunda Idade Feudal ou Baixa Idade Média, período de 1000 a 1100, o comércio novamente reorganizado retomou o ritmo de crescimento, contribuindo para a intensificação das atividades urbanas e da atividade artesanal. O mercador tornou-se um fabricante, iniciando-se no uso do trabalho do camponês a domicílio, dentro da propriedade senhorial, que mais tarde se transferiu para a cidade. Assim, os novos surtos comerciais que se sucederam no final da Idade Média aceleraram a separação entre o campo e a cidade (agricultura e indústria). (*Ibid*, 1979).

A indústria, nessa época, era representada pela atividade incipiente de tecelões, fiandeiras, carpinteiros e outros artesões, os quais trabalhavam para comerciantes-fabricantes (trabalho a domicílio), recebiam as matérias-primas e, com seus próprios instrumentos, as transformavam em produtos acabados (produção dispersa). Mais tarde, evoluíram para a produção concentrada, com matérias-primas e instrumentos fornecidos pelos patrões, caracterizando a fase da manufatura. Entretanto, apesar do deslocamento dos artesãos para a cidade, a agricultura

continuava a ser a atividade mais importante, isto é a principal fonte de riqueza social e o setor dominante da economia e da sociedade. (*Ibid*, 1979).

Posteriormente, com o advento da Revolução Agrícola, que iniciou entre os anos de 1700 e 1750 na Inglaterra (primeiro país a romper as barreiras do feudalismo). Neste Reino, a servidão foi abolida no final do século XIV, dando lugar a uma classe de camponeses livres (*free-holders*), e que foi predominante no século XV. E, a partir do século XVII, operam-se grandes modificações no que diz respeito à forma da propriedade, ao modo de ocupação e de utilização das terras. Além disso, a entrada de grande quantidade de metais preciosos, vindos de áreas descobertas em novos continentes encontrados e visitados, revolucionou os preços, estimulando a produção e o comércio dos produtos agrícolas, cujas cotações se valorizaram mais que a dos produtos manufaturados. (*Ibid*, 1979).

Ainda, referindo-se a Revolução Agrícola, Guimarães (1979) coloca que a população havia crescido e, conseqüentemente, o consumo de cereais duplicou. Houve também o aproveitamento de áreas até então incultas e grandes extensões de terras passaram as mãos de uma categoria de novos proprietários, os quais não pertenciam nem a velha classe da grande ou da pequena nobreza. Por outro lado, o direito à terra não foi estendido a antigos rendeiros e camponeses livres, a menos que pudessem exhibir títulos legais escritos. Assim, eliminaram-se os obstáculos para que prosseguisse sem maior dificuldade a exclusão dos campos abertos ou pastos comuns, os quais passaram a ser cercados e anexados às propriedades dos latifúndios ingleses, cujo movimento ficou conhecido como *enclosures* (cercados).

Com a substituição dos pastos comuns por vastas explorações individuais e com o fortalecimento da propriedade privada, grandes contingentes de ocupantes e moradores que desenvolviam culturas de subsistência nas terras comunais, delas foram expulsos, sendo deslocados para as novas atividades que surgiam – as manufaturas. Já os pequenos proprietários independentes, por volta de 1750, não existiam como classe e foram transformados em operários agrícolas ou em rendeiros. Entretanto, a acumulação de capital e a concentração da propriedade da terra possibilitaram um impulso renovador na agricultura, na qual foram empregadas novas técnicas (rotação de culturas, sementes selecionadas, drenagem, etc) que contribuiriam para o crescimento acelerado da produção.

Assim, por volta de 1750 estava implantada na Inglaterra a agricultura moderna, que abriu caminhos para o florescimento da Revolução Industrial. Este

período foi caracterizado pela concentração da propriedade agrária e a acumulação de capital, o que, por outro lado, contribuiu também para o desenvolvimento da indústria, para acentuar o movimento dos *enclosures* e o despovoamento do campo. (*Ibid*, 1979).

Entretanto, estas transformações provocadas pela Revolução Agrícola, até o penúltimo terço do século XVIII, não tinham chegado à Europa Continental. O primeiro movimento renovador ocorreu na França, através das classes cultas, por volta de ano de 1760, que foi crescendo até os anos revolucionários de 1789 a 1792, quando a servidão, os direitos feudais e senhoriais foram abolidos. Nos demais países Europeus, os aspectos que caracterizaram a agricultura moderna aparecem mais tarde. Por exemplo, na Alemanha e demais países da Europa Ocidental, os últimos vestígios da coação feudal representavam entraves à Revolução Agrícola e somente foram removidos na primeira metade do Século XIX. (*Ibid*, 1979).

Os estados germânicos vivenciaram períodos de grandes crises sob o regime da Prússia em 1771 que antecedeu a sua unificação. O panorama do atual estado da Alemanha, no início do século XIX mostrava um amontoado de pequenos Estados pobres e com uma economia baseada na agricultura. A maior parte da população alemã (em torno de três quartos) vivia em aldeias e pequenas cidades ligadas entre si por precárias vias de comunicação. Essa população estava dividida em três classes: a nobreza, a classe média educada e o povo. Sendo que esta última incluía todos os que a classe média considerava como seus inferiores (camponeses, artesãos, lojistas, servos e proletariado). Além disso, destaca-se que o comércio e a indústria eram regulados por velhas leis medievais, como colocam Snyder (1957 *apud* SEYFERTH, 1973, p. 12).

As condições dos camponeses, nesta época, eram bastante heterogêneas, uma vez que cada Estado tinha suas próprias características e que variavam desde uma total sujeição de servos (Prússia) até o campesinato chamado “livre” (ausência de laços feudais) das regiões ao sul e a oeste do estado da Alemanha. Não se pode esquecer que a servidão feudal persistiu na Prússia e na Pomerânia até o século XIX, período em que o camponês estava ligado à gleba e não podia deixá-la, nem mesmo quando a terra era vendida. Já em Hesse, o servo não tinha o direito à propriedade da terra e sua obrigação era prestar serviços ao seu senhor (proprietário das terras). Além disso, acrescentava-se o regime do Bauernlegen,

segundo o qual o camponês podia ser expulso, dependendo da vontade do Junker¹⁹ de sua casa e da terra que explorava, passando à condição de nômade no campo. (SEYFERTH, 1973).

A vida do camponês alemão por volta da época romântica (1830) era:

A vida cotidiana era dura e frugal em quase toda à parte. O camponês vivia de produtos de sua terra, muito raramente comia carne, alimentava-se de pão escuro, de queijo grosseiro, de papas de cevada ou de aveia, de ervilhas e de feijões secos e de algumas raízes> cenouras, rábanos, nabos, rabanetes pretos... A introdução da batata desde 1770... atenuou muito os riscos da fome. O camponês produzia tudo o que consumia, não só na alimentação mais os têxteis: lã, cânhamo e linho, que as mulheres fiavam e teciam. (BIANQUIS, 1956 *apud* SEYFERTH, 1973, p. 14).

A agricultura ainda estava no sistema do afolhamento trienal, vigente desde a Idade Média, e somente foi mudado no século XIX, quando os holandeses introduziram o sistema agrícola que alterna a cultura dos cereais e de forragens, suprimindo o sistema de pousio anual.

O ano de 1798 assinalou significativas atitudes em favor dos camponeses, trazendo a emancipação dos servos. Mas como a iniciativa desta emancipação dependia dos Junkers, o sistema continuou. Porém, em 1807, o Ministro Stein, com o Edito de Confirmação, garantiu a emancipação, abolindo definitivamente a servidão na Prússia. Além disso, foi anulado o sistema de Fideicomisso²⁰, permitindo que os Junkers vendessem ou alienassem suas propriedades, bem como as vendessem aos camponeses que nelas viviam. Estas reformas acabaram agravando mais a situação dos camponeses, pois provocaram o endividamento extorsivo e a perda total ou parcial da terra que cultivavam.

Kautsky (1968) coloca que nesta época, 1798, o servo, para poder resgatar sua casa e suas terras, tinha que abandonar um quarto delas e, às vezes, até a metade da superfície em favor do senhor. Deste modo, as propriedades dos camponeses tornavam-se tão pequenas que não garantiam mais o sustento familiar,

¹⁹ Junkers (Jovem Senhor): nobres grandes proprietários de terras que dominavam a política e o exército na Prússia. Foi dessa classe que surgiram os generais, estadistas e comerciantes que se apoderaram do comércio alemão no século XIX.

²⁰ No Fideicomisso, somente o filho mais velho do Junker herdava a propriedade. Podia desfrutar da terra e dos demais bens existentes nela, mas não podia aliená-la ou vender uma parte dela a quem quer que fosse, mesmo um parente. Os demais filhos não tinham direito à terra, mas podiam desfrutar com o irmão mais velho os direitos sobre a fortuna móvel da família. Entretanto, esse regime, vigente na classe nobre, não deixava os filhos mais novos desamparados. Geralmente garantiam para si um cargo no exército ou mesmo como funcionários burocráticos do Estado.

promovendo a venda da terra. Assim, para o camponês restava tornar-se proletário na cidade ou trabalhador nômade no campo, ambos caracterizado por um labor precário e mal pago.

O êxodo rural na primeira metade do século XIX foi tão violento que a cidade de Berlim duplicou sua população entre 1815 e 1850. Além desses problemas causados pela crise no sistema feudal e por todas estas reformas, acrescenta-se, na segunda metade do século, a mecanização da lavoura, responsável pelo êxodo em massa dos camponeses. As máquinas diminuíram as tarefas dos trabalhadores rurais, principalmente no que diz respeito à colheita e à debulha de cereais (atividade desenvolvida durante o inverno e que ocupava cada vez menos pessoas). Por outro lado, o início da industrialização em território da Alemanha veio a competir com o trabalho artesanal do camponês, resultado na diminuição da renda familiar. (SEYFERTH, 1973).

Além disso, a atomização das propriedades rurais tornou improdutivo a pequena exploração camponesa, chegando ao ponto de o camponês ter de adquirir seu próprio alimento. Alicerçado a isso, prevalece entre os camponeses o sistema de herança "in natura", pelo qual os bens eram igualmente divididos entre os filhos com a morte do progenitor. Esta situação promoveu o êxodo rural e o aumento de lavradores sem-terra que buscavam trabalho nas fazendas ou se dirigiam para as cidades. Além disso, ocorreu a diminuição do tamanho das propriedades. Por exemplo, na Prússia, em meados do século XIX, era grande a quantidade de propriedades agrícolas com menos de um (1) hectare.

Esta realidade fez com que os proprietários dos minúsculos lotes de terra começassem a sair em busca de empregos e o mais comum era o trabalho assalariado agrícola, que para Kautsky (1968):

O mais desejável para o camponês, naturalmente, é conseguir esse trabalho assalariado no momento em que a faina agrícola se interrompe no inverno. Isto se verifica mais facilmente nas proximidades das grandes florestas, que reclamam, no inverno, numerosos operários para o corte e transporte da lenha. (KAUTSKY, 1968, p. 194).

Entretanto, na maioria das vezes, o camponês somente encontrava trabalho acessório quando em épocas de plantio ou colheita na sua própria terra. Desta

forma, muitos camponeses decidiam pelo trabalho acessório, deixando os afazeres de sua propriedade nas mãos de sua família, mulher e filhos.

A vida dos artífices e artesãos das aldeias e cidades não era muito diferente, pois na medida em que a Revolução Industrial aparecia no cenário econômico Alemão, eles não tinham condições de concorrer com os produtos manufaturados das fábricas e tampouco queriam a proletarização. Assim, a industrialização, ao mesmo tempo em que absorveu grande contingente de mão-de-obra, ocasionou a ruína de artesões e trabalhadores da indústria doméstica, que não tiveram condições de resistir à concorrência das grandes empresas organizadas e detentoras de capital. Restava, pois, o recurso da imigração, no qual tanto os camponeses como os artífices foram compelidos a emigrar, motivados pela possibilidade de se tornarem proprietários de terras no Novo Mundo.

Isto vem a confirmar as causas da emigração:

Nas regiões do sul e sudoeste da Alemanha, depois de cada colheita má, principalmente na Badênia e no Paletinado, a fome forçava milhares de sítiantes alemães a emigrar, tornando-os presas fácil de agentes estrangeiros. Independentemente desses fatos intermitentes, os sítios e chácaras eram de tal maneira retalhada, que mesmo em épocas boas não comportavam mais o número de pessoas que deles procuravam manter-se. Para ter uma idéia do grau de divisão da propriedade, basta dizer que, por vezes, o dote cedido à filha casadeira era constituído por uma única árvore frutífera. (WILLEMS, 1940 apud LANDO e BARROS, 1980, p. 14).

Portanto, a acumulação do capital, a concentração fundiária e a emergência da indústria promoveram a expulsão dos camponeses da terra e a desarticulação do trabalho artesanal. Isto ocorreu, principalmente, em função do estágio do desenvolvimento industrial (estágio manufatureiro) que não conseguiu absorver a mão-de-obra excedente. Concomitante a isso, os Estados vinham experimentando conturbações políticas internas, que resultaram no processo de unificação dos 39 Estados Alemães, em 1871.

Neste contexto, segundo Pesavento (1985), a presença de massa populacional excedente em termos de ocupação, de certa forma, poderia ameaçar a estabilidade interna das nações. Em função disso, o envio deste contingente de imigrantes para “países novos” tornou-se um negócio vantajoso, por representar perspectivas de retorno de capitais, através da formação de núcleos nacionais no exterior, que se vinculariam pelos laços comerciais à pátria de origem.

Boa parte dos fluxos migratórios era formada por camponeses e artífices, mas havia também as pessoas forçadas por razões estritamente políticas. Após a “guerra de libertação”, em 1815, os liberais entraram em luta contra as monarquias conservadoras e a nobreza, provocando sucessivas revoltas, as quais envolviam tanto gente da cidade como camponeses. A primeira reação da Confederação Alemã contra os liberais foram os Acordos de Karlsbad em 1819, nos quais os dirigentes dos principais Estados se comprometeram em combater os liberais generalizadamente. Após o Acordo, houve uma fuga em massa dos liberais para países vizinhos e daí para a América. E os que ficaram na Alemanha, passaram a agir clandestinamente. Em 1830 e 1831, iniciaram-se vários motins populares inspirados pelos liberais, em consequência dos sucessos revolucionários que levaram Luiz Felipe a ocupar o trono Francês. Tais revoltas atingiram todos os Estados Alemães, com o proletariado tomando parte ativa nos protestos, resultando no aparecimento dos líderes políticos. (SEYFERTH, 1973).

Com a afirmação da Revolução Industrial, a partir da década de 1830, alcançando seu auge em meados do século XIX, as indústrias se instalaram em certas regiões (Aquisgrão, Colônia, Düsseldorf e no Ruhr), onde se concentrou o proletariado e o comércio se desenvolveu rapidamente, graças à União Aduaneira que forjou os laços de unidade econômica entre os vários Estados Alemães. Isto resultou na acumulação de grandes capitais e na sujeição da classe operária a um capitalismo de ferro, no qual os adultos trabalhavam até 14 horas diárias e havia nítida preferência pela mão-de-obra feminina e infantil (mais barata). Neste momento, deu-se a revolução de 1848. (*Ibid*, 1973).

A Revolução começou como proletária e acabou com a adesão da burguesia, cujos resultados foram favoráveis à burguesia e não ao proletariado ou mesmo ao campesinato. Além dessa Revolução, se destaca as disputas da Dinamarca e Prússia com relação aos territórios do Ducado de Schleswig-Holstein em 1848, da Prússia e Áustria em 1866 e, da Franco-Prussiana em 1870.

Assim, analisando a situação do espaço geográfico denominado hoje como Alemanha, durante o século XIX, até 1871, tem-se um emaranhado de pequenos Estados conturbados por sucessivas revoluções. Desta forma, os camponeses formaram a maior parte do contingente de emigrantes, juntamente com os liberais fugidos das lutas internas. De acordo com algumas estimativas, cerca de cinco milhões de alemães deixaram sua pátria durante o século XIX. (*Ibid*, 1973).

Portanto, é nesse momento que se criam as condições de desterritorialização do espaço geográfico em que viviam os emigrantes, uma vez que não conseguindo mais se reproduzir ou forçados pelas questões políticas, abandonam o seu território.

Com relação à exclusão ou inclusão precária de indivíduos ou grupos sociais no sistema capitalista, Haesbaert (2004, p. 251) coloca que o termo adequado a ser utilizado é “desterritorializado”, uma vez que esse sistema aponta para a exclusão de um número significativo de indivíduos em busca de melhores condições de vida fora de seu lugar de origem. Assim, o processo de desterritorialização está intimamente relacionado com o processo de reterritorialização e se aplica, segundo o autor (*Ibid*, 2004):

Há fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente, entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, de fato impossibilitando de construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios, seja no sentido de dominação político-econômica, seja no sentido de apropriação simbólicocultural. (HAESBAERT, 2004, p.312).

Pode-se questionar sobre o que leva as pessoas a emigrar? Responde-se citando muitas razões. Mas, no caso dos camponeses germânicos, é possível dizer que foram especialmente as econômicas e as políticas, uma vez que os mesmos não viam nenhuma perspectiva favorável a sua classe, permanecendo em um território identificado apenas pela língua, pois a Alemanha, nesta época, não existia como unidade nacional.

Vontade de progredir, de poder dar sustentar sua família, de visualizar novos horizontes, de fugir de revoluções e guerras, das lavouras destruídas, da fome que assolava as famílias. Enfim, sair da situação de caos que os cercavam. Somada a isso, havia a propaganda emigratória em direção a América, no caso específico, emigração para o Brasil destacando as vantagens da vinda ao “Novo Mundo” (terras, oportunidades, etc). Este conjunto de informações levou os camponeses a fazerem filas em lugares de inscrição para emigrar. Nesse momento é que ocorre o processo de desterritorialização, pois estes emigrantes abandonavam seu território, suas propriedades, seus parentes, suas relações, seu modo de vida e partiam em busca de novas e melhores condições de vida.

Assim, o entendimento de desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, ou seja, “é a operação da linha de fuga”, pela qual os agenciamentos desterritorializam. Concomitante e indissociável a esse processo, ocorre a reterritorialização que nada mais é do que o movimento de construção do território como explica Deleuze e Guattari (1997 *apud* HAESBAERT, 2004).

Deste modo, o movimento concomitante e indissociável entre desterritorialização e reterritorialização está expresso no primeiro teorema da desterritorialização ou proposição maquínica. Assim, jamais os indivíduos se desterritorializam sozinhos, pois para ocorrer tal processo é necessário que, independente da causa, ocorra a mudança, a destruição ou a ausência das relações que lhes eram comuns, intrínsecas. Além disso, na medida em que se constroem novas relações, elas são materializadas no espaço. Normalmente, tendem a obedecer ao conhecimento, à cultura, enfim, àquilo que é próprio dos indivíduos, indicando a reterritorialização. Entretanto, não se deve confundir reterritorialização com o retorno a uma territorialidade primitiva ou mais antiga. Desta maneira, implica necessariamente em um conjunto de artifícios pelos quais um elemento, ele mesmo desterritorializado, serve de territorialidade nova ao outro que também perdeu a sua, de acordo com Deleuze e Guattari (1996 *apud* HAESBAERT, 2004).

No processo de desterritorialização, não se pode confundir sua intensidade com sua velocidade de movimento ou de desenvolvimento de forma, em que o mais rápido conecta sua intensidade a do mais lento, o qual, enquanto intensidade, não o sucede, mas trabalha simultaneamente sobre outro plano. Essa idéia é analisada como sendo o segundo teorema da desterritorialização, como coloca Deleuze e Guattari (1996 *apud* HAESBAERT, 2004).

Portanto, não é simplesmente a velocidade do movimento que provoca ou intensifica a desterritorialização, mas também se deve levar em conta a conjuntura social, econômica e política dos indivíduos (imigrantes germânicos), isto é, as suas particularidades frente ao sistema em que estão inseridos.

Assim, pode-se admitir não apenas uma desterritorialização na mobilidade, mas também uma territorialidade na mobilidade. Além disso, cabe lembrar que mesmo a “figura desterritorializada”, ela própria, em suas trajetórias costumeiras, possui um território. Desta maneira, ao mesmo tempo em que o emigrante sai de sua terra de origem passa a agregar as experiências vivenciadas durante a viagem a sua vida na nova morada. Ainda que na condição de emigrante desterritorializado de

sua pátria ele tem, consigo o seu território, por reter a imagem e as formas que caracterizam seu território, agora abandonado. De certo modo os imigrantes germânicos que se agenciaram para o “Novo Mundo” podem ser caracterizados como “figuras desterritorializadas”, e que tem consigo o seu território em pensamento.

No terceiro teorema, de Deleuze e Guattari (1996 *apud* HAESBAERT, 2004), os autores relacionam as intensidades dentro do processo de desterritorialização e propõem a distinção de dois tipos: a desterritorialização relativa e a desterritorialização absoluta. Além disso, pode-se concluir que os menos desterritorializados se reterritorializam, impondo-se sobre os mais reterritorializados, resultando em um segundo sistema de reterritorialização, vertical, de baixo para cima, porque eles, os desterritorializados relativamente, possuem as transcódificações, se reterritorializando sobre a desterritorialização absoluta.

A desterritorialização relativa é vista como o abandono de territórios criados nas sociedades e sua concomitante reterritorialização, ou seja, diz respeito ao próprio *socius*. Enquanto que a desterritorialização absoluta remete-se ao próprio pensamento, à virtualidade do devir e do imprevisível. Assim, a desterritorialização absoluta de acordo com Deleuze e Guattari (1996, p. 136 *apud* HAESBAERT, 2004, p. 130), seria “uma reserva de liberdade ou movimento na realidade ou na terra, que é ativada onde quer que a desterritorialização relativa tenha lugar”.

Interpretando a idéia dos autores, a desterritorialização absoluta refere-se ao pensamento e à criação. Desse modo, o pensamento se faz no processo de desterritorialização; portanto, pensar é desterritorializar. Isto quer dizer que o pensamento só é possível na criação, e para se criar algo novo é necessário romper com o território existente, criando outro. É nesse momento do processo de desterritorialização em que os indivíduos do grupo social se dão conta de que, para mudar sua situação, necessitam romper com a situação em que se encontram, ou seja, é nesse momento que eles rompem com seu território em busca de um novo.

Portanto, por mais que se criem as condições de desterritorialização, coube aos indivíduos, como seres sociais, responder a essa nova conjuntura que o cerca. Desta forma, eles se vêem obrigados a buscar novos espaços em que possam se reproduzir, recriando sua identidade e imprimindo no espaço geográfico suas formas de vida, alteradas pelas novas adaptações que o novo meio ambiente oferece, com o equilíbrio exigido pelas relações socioeconômicas.

Para efetivar o processo de reterritorialização, é necessário acontecer novos agenciamentos, novas funções, novos arranjos. Cabe ressaltar que a desterritorialização absoluta não existe sem a reterritorialização, pois a reterritorialização vem a ser a obra criada, significa um novo conceito que se introduz na abordagem desta temática, como bem se referem Deleuze e Guattari (1992 *apud* HAESBAERT, 2004).

Desta forma, o que impulsionou a desterritorialização na Alemanha foi o sistema capitalista, trazido pela Revolução Industrial e que passou a dominar todo o sistema econômico mundial. Enquanto que as sociedades pré-capitalistas possuem certa flexibilidade, na medida em que não existe um aparelho de poder transcendente que delimita de forma rígida e despótica a organização social, as sociedades modernas capitalistas possuem uma segmentariedade dura, na qual a organização social é sobrecodificada²¹ por um aparelho despótico e transcendente do poder, uma máquina que desterritorializa e disciplina os corpos, como bem colocam Deleuze e Guattari (1996 *apud* HAESBAERT, 2004).

Nas sociedades estatais, a terra se transforma gradativamente num simples mediador das relações sociais, onde muitas vezes o “fim” último caberá ao Estado. Isto significa dizer que o Estado e o capital irão impor um intenso processo de desterritorialização nas sociedades pré-capitalistas, permitindo que se perceba o poder desterritorializador do capital, seja no sentido extremamente negativo – para o trabalhador livre e nu, reduzido à força de trabalho para a produção – ou no sentido positivo – para o capitalista, que encontra as condições e os mecanismos agilizadores do processo de mais-valia para a acumulação. Desta maneira, ao contrário da maioria das interpretações, que vêem o Estado como fundador da territorialização, pelo menos do ponto de vista moderno, o surgimento do Estado representa o primeiro grande movimento desterritorializador de grupos sociais e seus espaços geográficos, como bem analisam Deleuze e Guattari (1996 *apud* HAESBAERT, 2004).

A territorialidade do Estado se faz segundo o processo de desterritorialização e, o Estado se reterritorializa criando novos códigos de valores sociais, econômicos e culturais, isto é, promovendo o processo de sobrecodificação, ou seja, constroem

²¹ A noção de sobrecodificação está associada à noção de código, que é empregada numa acepção bem ampla, podendo dizer respeito aos sistemas semióticos quanto aos fluxos sociais e aos materiais. O termo “sobrecodificação” corresponde a uma codificação de segundo “grau”. Guattari e Rolnik (1986 *apud* HAESBAERT, 2004. p. 134).

novos agenciamentos, sobrecodifica os agenciamentos territoriais que constituíram os grupos sociais anteriormente, configurando novos agenciamentos maquínicos de corpos e agenciamentos coletivos de acumulação. A este processo, o Estado chama de “modernização da sociedade” e do próprio “Estado”.

Portanto, para que todo esse processo se efetivasse, foi necessário destruir territórios (o território dos emigrantes germânicos na Alemanha) para que o novo se constituísse e se reconstruísse em novos territórios de colonização além-mar, obedecendo senão plenamente, em parte a um Estado que se organizava social e econômica sob as concepções do capital.

Neste sentido, o processo de emigração das distintas regiões da Alemanha ocorreu em função do seu atraso quanto à Revolução Industrial e, em segundo, devido ao excedente populacional resultante da instalação industrial, do crescimento demográfico e das crises de conjuntura econômica e, conseqüentemente, sociais.

Desta maneira, entende-se que a vinda de imigrantes estrangeiros para o Brasil no século XIX se constitui em um movimento que se inseriu no processo mais amplo de expansão do capitalismo em nível mundial. Na Europa, o desenvolvimento do capitalismo, em países como a Alemanha e Itália, gerou o excedente populacional dos sem-terra e sem-trabalho, convertendo-os em foco de tensão social. (PESAVENTO, 1985).

Portanto, em função das crises e de grandes transformações políticas e sociais ocorridas no Velho Continente, o imigrante europeu teve significativa atuação nos locais onde se estabeleceu, devido as suas aspirações de vida, a sua experiência cultural e às condições que ele assume no “Novo Mundo”. Ele se torna dono da terra, força produtiva, meio de produção e senhor do produto. Por sua vez, os fatores estruturais favoráveis permitiram o arranjo de condições para desempenhar relevante papel, cuja importância se faria sentir com o passar dos anos.

2.2 A Imigração Germânica no Brasil como reterritorialização

A história da imigração de europeus para o Brasil inicia-se em princípios do século XIX, sendo que, até então, o povoamento brasileiro se realizava através da

vinda espontânea de colonos brancos (maior parte portugueses), da importação de escravos e da incorporação dos nativos (indígenas autóctones).

Existiam estrangeiros no Brasil, mas não havia correntes propriamente imigratórias, considerando as oriundas de uma política internacional entre governos. Os poucos casos em que se registraram correntes de povoamento foram provocadas por uma política Oficial, que ocorreu no do século XVIII. O objetivo era a ocupação de regiões de valor estratégico do território brasileiro, por exemplo, a vinda dos açorianos para o sul do Brasil. Estas áreas não propiciavam a produção de gêneros tropicais e de grande valor comercial, como foi o ciclo do açúcar e de café, mas garantiam a presença portuguesa em terras conquistadas, nas vizinhanças do Rio da Prata e aproximavam os portugueses do Cone sul-americano.

O povoamento a seguir foi iniciativa Oficial da Corte Portuguesa no Brasil. Caracterizou-se pelo tipo de ocupação com levas de povoamento em zonas fronteiriças e expostas à ocupação espanhola, como as províncias que deram origem aos estados de Santa Catarina e de Rio Grande do Sul, e que aguçavam ao Rei manter a posse assegurando seus domínios, via ocupação de área. Esta política, de acordo com o modelo “Uti Possidetis”, tinha como estratégia justificar a posse através do uso, consagrando atividades, das quais decorria a criação de territórios. Ora, uma vez o espaço moldado por um grupo humano que nele e dele vive e a ele se afeiçoa, estão criadas as barreiras que dificultarão os processos diplomáticos de reconversão, senão pela guerra.

De acordo com os estudos de Lando e Barros (1980) foi necessário buscar povoadores nas camadas mais pobres da população portuguesa, auxiliando-os, através de pagamento de transporte, demarcação prévia das terras e fornecimento gratuito de instrumentos agrícolas, sementes e animais. Exceto estes casos, alguns historiadores entendem que a colonização dirigida atendeu a objetivos políticos e militares e que, o processo colonizador e imigratório dirigido teria iniciado com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil e da conseqüente Abertura dos Portos às “Nações Amigas”, em 1808.

Este ato deve ser encarado como parte do processo de expansão mercantil britânica e, em especial, da conquista do mercado da colônia portuguesa na América (Brasil), pois isto ocorreu durante a fase de decadência da hegemonia mercantilista inglesa. Deve-se lembrar que Portugal, não tendo mais condições de resistir aos contínuos ataques da França, aceitou a oferta de proteção e auxílio da Inglaterra,

pensando em se livrar da situação difícil em que se encontrava. Por outro lado, a Inglaterra, ao prestar este “favor”, garantia sua política de monopólio do comércio, agora estendido oficialmente à Colônia Portuguesa nos trópicos e, seguramente, atingia os objetivos de garantir uma série de tratados com Portugal, entre eles, a própria Abertura dos Portos, uma exigência da Inglaterra.

O sistema escravista vigente na Colônia Portuguesa, e que se estende pelo Império do Brasil, apresentava sério obstáculo à expansão capitalista portuguesa, pois o trabalho escravo, não sendo remunerado, inibia o poder aquisitivo, limitando a expansão do mercado inglês. Por outro lado, o interesse da Inglaterra em aumentar seu mercado consumidor era evidente e, para isso, era imprescindível a abolição da escravidão no Brasil. Novamente, a Inglaterra, movida por interesses, continuou pressionando a Corte Portuguesa, através de vários tratados, a comprometer-se em abolir o sistema de trabalho escravo. Até que, em 1850, ocorreu a extinção do tráfico negreiro para o Brasil, mas não do sistema escravocrata. (*Ibid*, 1980).

Além disso, ressalta-se que, concomitante a esses fatores, havia o interesse da Corte Portuguesa em “esbranquiçar” a Colônia, pois devido à presença de escravos, os descendentes dos colonizadores apresentavam tom de pele escuro, o que não era bem visto pela Corte, imbuída do pensamento de superioridade étnico – racial de indivíduos de pele branca.

Quando por ocasião da Independência em 1822 e da criação do Império Brasileiro, a Corte Imperial julgou necessário dar ênfase à colonização das duas províncias mais meridionais, que estavam recebendo ataques dos argentinos, pelo lado sul, e dos índios Botocudos, pelo interior. O governo Imperial resolveu colonizar as matas do sul do Brasil, a fim de proteger as fronteiras como também retroceder ou eliminar os nativos. (WAIBEL, 1949).

Para atender aos interesses de abolir a escravidão, pois já havia dado os primeiros passos nesta direção, ao extinguir o Tráfico Nегreiro, faltava substituir a mão-de-obra por trabalhadores livres e também “esbranquiçar” a população do Império Brasileiro nos trópicos. O governo teve de buscar em estados europeus indivíduos que desejassem se desterritorializar e criar novos territórios em novas terras. Na visão de Waibel (1949):

O Brasil precisava de novo tipo de colonos, pequenos, proprietários livres que cultivassem as terras de matas com o auxílio das respectivas famílias e que não estivessem interessados nem no trabalho escravo, nem na

criação de gado. O novo colono deveria ser tanto um soldado, como um agricultor, para poder tanto defender sua terra como cultivá-la. Onde poderia ser encontrado esse novo colono? Na Europa, naturalmente; e especialmente na Europa Central, onde soldados desengajados dos exércitos de Napoleão e camponeses pobres oprimidos estavam prontos a emigrar para qualquer país do mundo. (WAIBEL, 1949, p. 166):

D. Pedro I era casado com Dona Leopoldina, Imperatriz do Brasil, princesa descendente da Casa de Hansburg do Império Austríaco – Húngaro - Germânico. Conforme as descrições, era simpática, atenciosa, inteligente e cativante, o que a levou a conquistar o povo. Os brasileiros a consideravam uma “mãe” e, quanto mais ficavam conhecendo o Imperador, mais a Imperatriz crescia no conceito do povo. O fato de uma princesa germânica ser a Imperatriz do Brasil deu ênfase à imigração. Ela sabia que sua antepassada, Imperatriz Maria Teresia, havia colonizado terras ao longo do Danúbio, para impedir o avanço dos Turcos em direção ao centro da Europa, com ameaça ao território Austríaco. O Brasil vivia uma situação parecida no sul e uma colonização mais intensa naquela parte do Império podia conter as constantes invasões e garantir o equilíbrio geopolítico, mantendo as fronteiras Imperiais. (MULLER, 2005).

Deve-se considerar também a situação social e política vivenciada pelos países europeus, que atuou positivamente na determinação do estabelecimento do processo de imigração européia para o Brasil. Portanto, de acordo com Ianni (1972), o processo imigratório estava diretamente ligado às mudanças estruturais, tanto nos países de emigração, como nas nações de imigração.

Desse modo, o processo de imigração passou a ser a solução à ocupação das fronteiras, à mão-de-obra desejada, à colonização branca e à formação de uma economia voltada para o abastecimento interno. Em geral, deve-se considerar a conjuntura econômica mundial da época, que estimulava o processo de desterritorialização e de formação de novos territórios em outras terras, pois as mudanças no sistema econômico dos Estados europeus excluía significativos contingentes populacionais. O Império brasileiro teve de criar novas medidas para estimular a imigração de europeus, como: (1) através do exame de leis do governo Central e das Províncias, já existentes, em que se proibia a existência de escravos e estrangeiros em uma mesma colônia; (2) nas Províncias, em áreas de terras destinadas exclusivamente à colonização, elas não poderiam ser ocupadas

por escravos. Com mudança na lei, a fixação dos imigrantes ocorreu em regiões onde a mão-de-obra escrava era pouco significativa, no caso do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e em regiões onde se fazia necessário o trabalho livre, substituindo o trabalho escravo, como aconteceu nas fazendas de café em São Paulo. (LANDO E BARROS, 1980).

Entre as principais razões que efetivaram o processo de imigração, destacam-se as leis promulgadas durante o Império, facilitando a vinda e o estabelecimento de estrangeiros no País. Estas leis dispunham sobre a doação de terras para não-portugueses, com a exigência de que se dedicassem à atividade agrícola, povoassem o território e estabelecessem relações (comércio) com os povos já existentes. Além disso, em 1848, o Artigo 16, da Lei 514, atribuía ao governo Provincial o direito de colonizar, cedendo a cada Província seis léguas²² em quadras de terras devolutas, que deveriam ser colonizadas por imigrantes e não por escravos, apresentando, assim, a possibilidade dos imigrantes de se tornarem, depois de cinco anos, seus proprietários.

Além disso, outro fato que contribuiu para a efetivação da imigração no Brasil foi a mudança da hegemonia econômica e política dos senhores de engenho para os fazendeiros de café. Isso representou uma transformação na forma de utilização do imigrante europeu no sistema econômico, embora muitos vissem na imigração o substituto da mão-de-obra escrava e não o trabalhador livre e assalariado, o que somente aos poucos foi sendo assimilado.

Todos esses fatores contribuíram para que houvesse certa tolerância quanto à imigração de estrangeiros no Brasil. Eles se distribuíram sobre as terras do sul, ocupando pequenos lotes, construindo territórios, se reterritorializando e produzindo gêneros para si e para o mercado interno e, nas terras do sudeste brasileiro, serviram como mão-de-obra assalariada nas fazendas de café.

A imigração deveria trazer conseqüências que, em curto prazo, seriam onerosas, mas no futuro representariam uma alternativa vantajosa para resolver o problema da mão-de-obra e do abastecimento interno do País. É importante destacar que a imigração no sul do Brasil se constituiu em um caso à parte, o que levou Caio Prado Júnior a denominá-la de “povoamento sui-generis” em sua obra, *Historia Econômica do Brasil* (1976). O contexto do processo imigratório nacional

²² Uma légua em quadra equivale a 3600 hectares.

estava intimamente relacionado à estrutura de produção vigente, ou seja, produção voltada para o mercado externo e baseada na monocultura de produtos tropicais. Isto explica o interesse do governo e das classes dominantes, reconhecendo o imigrante europeu como mais apto a realizar as atividades agrícolas.

Considera-se, também, que o papel do Estado brasileiro foi determinante ao favorecer as condições de imigração para o Brasil. O Estado, ao facilitar a imigração, tornou-se responsável também pelo processo de territorialização dos grupos desterritorializados, oferecendo e criando novos agenciamentos e mecanismos para que se efetivasse a formação de novos territórios. Além disso, é importante destacar o concomitante processo de expansão capitalista, que esteve ligado à política do Estado, à produção e efetivação de novas espacialidades capazes de construir novos territórios.

Em suma, o processo de imigração no Brasil esteve pautado, especialmente, na apropriação e ocupação do espaço, transformando-o em espacialidades geográficas de categoria rural, ainda que ocupadas por grupos culturais de identidade própria e que haveriam de constituí-las como paisagens culturais únicas. Isto porque, nestes espaços, marcou-se identidade, cultura, modo de vida e meios de produção próprios, dando origem a novos territórios. Contudo, eles estiveram o tempo todo ligados a uma política econômica (muito própria da sabedoria do português), que soube trazê-los, assimilá-los e afeiçoá-los à nova nacionalidade, criando o conjunto nacional.

A entrada destes imigrantes no Brasil, além de provocar aumento na sua população, promoveu a substituição da mão-de-obra escrava pela nova modalidade de mão-de-obra, sob a condição do trabalho livre e assalariado, ajudando a construir a classe média. Esta nova camada socioeconômica se inseriu na pirâmide social brasileira que estava formada, até então, por duas classes: a classe alta, que dominava a economia e deliberava a política, constituída pelos Senhores do Engenho e os Barões do Café; e classe baixa, definida pelos dominados, escravos. A partir de então, a pirâmide social passou a apresentar uma terceira classe, aproximando sua divisão a de outros países. (LANDO E BARROS, 1980).

2.3 A Colonização germânica e a nova formação social no Rio Grande do Sul

A nova formação social, que a chegada e a instalação dos imigrantes provocaram no conjunto da sociedade brasileira, também influenciou, de modo mais acentuado, na composição da economia das áreas que estavam sendo ocupadas por esta nova classe de indivíduos, como foi o caso do Rio Grande do Sul. Uma província periférica em relação ao centro hegemônico, econômico e político, de caráter mercantil primário-exportador, cujo eixo estava locado geograficamente no sudeste do País.

Era evidente que se estabeleceriam relações de intercâmbio e dependência entre a região central e as demais regiões periféricas. No tocante ao interno-regional, o Rio Grande do Sul se destacava na repartição das atividades econômicas entre as classes formadoras de sua sociedade que, por sua vez, se constituía sobre o tripé de uma divisão social em equilíbrio, que era até mesmo invejado pelo centro do País. (LANDO E BARROS, 1980).

A política de imigração dirigida para o Rio Grande do Sul teve, entre outras características, a de evitar a concentração da propriedade, proibindo a concessão de mais de um lote de colônia de terra a mesma pessoa e da transferência de glebas antes de seu pagamento. Por outro lado, as áreas cedidas deveriam ser efetivamente exploradas pelo imigrante-colono, o qual deveria morar no seu lote (colônia ou gleba) de terra, explorando-o pessoalmente, através da produção e utilizando o trabalho dos familiares. (*Ibid*, 1980).

Este conjunto de obrigações e proibições explica a formação das colônias e a produção de gêneros alimentícios necessários para si e para o consumo interno. Na efetivação desta política, havia uma ação governamental voltada ao atendimento do imigrante-colono, referente à condição de trabalho, dos meios de produção e da terra. Desta forma, o governo Imperial se propunha inicialmente a:

...dar a cada colono e a cada chefe de família, uma propriedade de terreno livre e desembaraçada, medido e demarcado, com uma área superficial de 160000 braças quadradas (77,44 hectares), parte em campo, terras de lavoura e parte mata virgem. (PELLANDA, 1925 *apud* BERNARDES, 1997, p. 68).

Neste contexto, de acordo com Muller (2005, p. 14) o Governo oferecia “passagem paga, concessão de lotes de terra livres e desimpedidos, suprimentos com primeiras necessidades, materiais de trabalho e animais, isenção de impostos por alguns anos, liberdade de culto”. Portanto, os imigrantes que se dirigiam ao Rio Grande do Sul eram atraídos por uma política governamental que pretendia, fixando-os a terra, formar colônias que produzissem gêneros alimentícios necessários ao consumo interno regional e nacional.

Assim, pode ser reconhecida a imigração para o Rio Grande do Sul como a maior colonização oficial já estabelecida. O início se deu com a fundação da Colônia de São Leopoldo, às margens do Rio dos Sinos, poucos quilômetros em direção norte da cidade de Porto Alegre, visando garantir a posse de regiões despovoadas e a produção de gêneros alimentícios. Dos cinco núcleos criados no sul do Brasil entre 1824 e 1829, São Leopoldo foi o único a prosperar. A sua vantagem em relação às demais colônias não estava no solo, relevo, diferença étnica ou cultural dos povoadores, mas na localização, proximidade de Porto Alegre, na facilidade de comunicação que a via fluvial oferecia, permitindo contato, assistência aos produtores rurais e acesso ao mercado consumidor. (BERNARDES, 1997).

Esperava-se que a vinda dos imigrantes germânicos para o Rio Grande do Sul amenizasse os interesses relacionados ao povoamento e à colonização de áreas ainda naturais, e criasse as possibilidades de que núcleos de pequenos proprietários agrícolas pudessem vir a neutralizar, através de seu peso, a oligarquia regional, formada pelos charqueadores. Além disso, deve-se considerar a perspectiva da diversificação da estrutura produtiva, contribuindo para o abastecimento interno do país e amenizando o desnível da balança comercial causado pelo peso significativo das importações de alimentos. (PESAVENTO, 1985).

Assim, os imigrantes contratados, por conta do Governo Brasileiro, por Jorge Antônio von Schäffer na Alemanha e componentes da primeira leva, depois de passarem pelo Rio de Janeiro, chegaram a Porto Alegre em 18 de julho de 1824. Este ano se constitui no marco do início da imigração germânica, com a chegada e instalação de trinta e oito imigrantes para as terras da Real Feitoria do Linho e Cânhamo, mais tarde denominada de São Leopoldo. Destaca-se que até o ano de 1850 a chegada de levas de imigrantes alemães foi irregular no Estado, apresentando oscilações numéricas. (MULLER, 2005).

Na medida em que os imigrantes alemães chegavam, se estabeleciam em pequenos lotes de terra, anteriormente planejados e organizados para constituir as colônias. Os lotes coloniais, em um primeiro momento, eram doados pelo governo Imperial e, posteriormente as levas de imigrantes que seguiram, deveriam comprá-los com pagamento em longo prazo e obedecendo as leis da distribuição dos lotes e da exploração da terra. Também, com o passar do tempo, as novas colônias que surgiram tiveram o tamanho de seus lotes diminuídos. Assim, a média de tamanho dos lotes para as primeiras colônias formadas era de 74 a 77 hectares, a seguir, nas colônias posteriores, chamadas de novas colônias de imigração germânica os lotes mediam em média 48 a 50 hectares, em 1848. (PESAVENTO, 1985).

A ocupação ocorria cada vez mais interiorizada, como descreveu Roche (1969) e Bernardes (1997):

[...] os povoadores iam penetrando pelas “picadas” e ocupando seus lotes. O progresso do povoamento acompanhava o progresso das demarcações, que só terminavam onde terminava a mata. Atacando a mata, derrubando-a e cultivando ao máximo os lotes, seja em relevo suave, seja nas vertentes íngremes, o resultado final do trabalho desses pequenos agricultores é aquela paisagem [...] que nos diz dar a impressão da mais completa posse da terra pelo homem. (BERNARDES, 1997, p. 93).

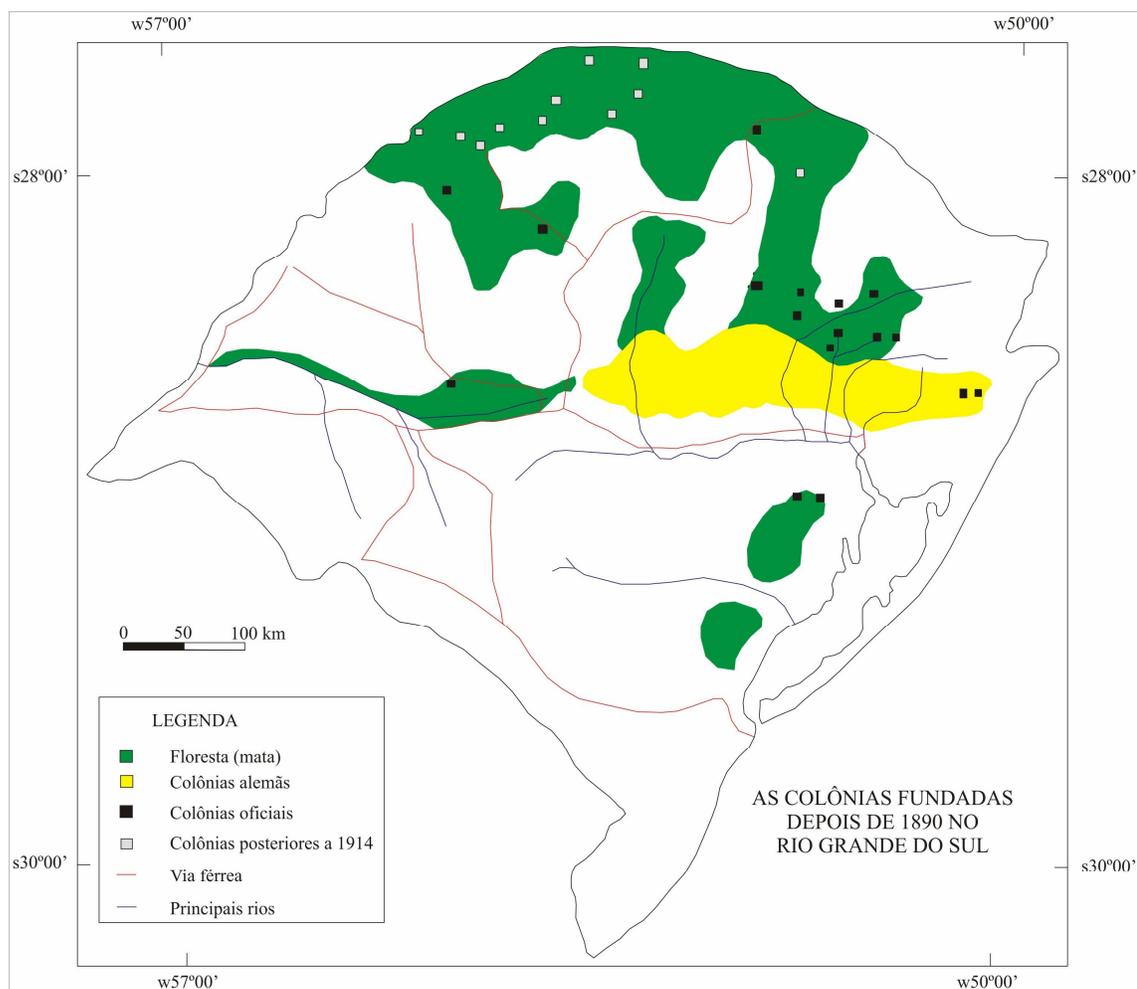
Neste contexto, Roche (1969) explica que a atividade de toda a colônia e de todos os seus habitantes, pelo menos em um primeiro momento, era a cultura de subsistência, em que os colonos cultivavam, sobretudo, o milho, o feijão-preto e a batata.

O autor (op. cit, 1997) salienta que devido à facilidade de comunicação e à proximidade entre as colônias²³ e entre os lotes, era possível realizar o comércio de troca e de ajuda mútua, aproximando pessoas e integrando imigrantes, agora colonos e agricultores que desenvolviam um sistema de produção alimentar e de uso de força do trabalho familiar. Eles se tornaram, devido ao pequeno excedente que produziam abastecedores dos centros urbanos e até de outras regiões do Brasil, principalmente daquelas antigas áreas de plantio monocultor e de origem escravocrata. Portanto, a periferia do conjunto nacional passava a se integrar pelo

²³ O município de Agudo faz divisa com outra colônia que é composta pela etnia italiana, a Quarta Colônia de Imigração Italiana.

abastecimento local e regional interno e regional externo ao restante do território nacional, em processo contínuo de crescimento e desenvolvimento.

Além disso, as colônias se localizavam geralmente próximas de um centro urbano (Mapa 7), mas distantes das áreas das grandes propriedades, de modo a não representar uma ameaça à hegemonia da política estratégica regional e de sua política econômica. Os imigrantes recebiam terras do governo Imperial, explorando-as de forma independente e se dedicando à prática da agricultura e da criação de pequenos animais, suínos e aves. E a partir de um determinado momento, cuidando para produzir um pequeno excedente destinado à comercialização. (LANDO E BARROS, 1980).



Mapa 7 – Mapa do povoamento do Rio Grande do Sul, a partir de 1890.

Fonte: A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul, de Jean Roche (1969).

Org: Lisane Regina Vidal.

No momento de instalação e de ocupação do espaço por parte dos imigrantes, iniciava-se a construção de novas espacialidades geográficas no Rio Grande do Sul. A formação da espacialidade rural, através da efetiva ocupação do meio natural sobre terras demarcadas, devolutas e sujeitas às disputas internas por sua posse, marca a transformação de um espaço natural em espaço humanizado, sinalizando a formação de um território²⁴ a partir da instalação de um novo grupo sociocultural sobre uma determinada espacialidade. Na medida em que ocorreu a apropriação do espaço, agora designado espaço geográfico, constituía-se a base da espacialidade rural, sob a ação do grupo social que lhe “imprimia suas marcas” através do tempo dando início à formação de um território próprio. Ratzel (1891 *apud* BLACHE, 1921).

Cabe lembrar que a chegada dos imigrantes no Rio Grande do Sul veio a se somar a outros territórios, como os dos nativos, dos luso-brasileiros, dos criadores de gado e tropeiros, grupos socioculturais em processo de formação, que se fixavam em áreas, cujas espacialidades já estavam constituídas. Aos imigrantes europeus, coube a tarefa de construir novos territórios, se reterritorializando de forma relativa e absoluta e se adaptando a esse novo espaço, criando identidades sociais, econômicas e culturais em sua morada, enfim, imprimindo suas características, seu modo de vida, de pensar e agir.

Desde o momento da instalação até meados de 1840, os imigrantes viveram à custa de uma atividade agrícola de subsistência, praticamente sem receber auxílios governamentais. Eles cultivavam várias culturas, utilizando mão-de-obra familiar, mas às vezes se socorriam de vizinhos em momentos de necessidade. De acordo com as reflexões de Bernardes (1997) prosperaram aquelas colônias que se encontravam mais bem localizadas, junto a vias de acesso, que permitiam o escoamento dos produtos coloniais por vias de comunicação e de meios de

²⁴ O termo território é originário do latim *territorium* que, por sua vez, deriva de terra e significa pedaço de terra apropriado. Na língua francesa, *territorium* deu origem as palavras *terroir* e *territoire*, este último representando o prolongamento do corpo do príncipe, ou seja, aquilo sobre o qual o príncipe reina (terra e seus habitantes). Neste sentido, os franceses procuraram esclarecer a diferença de como eles entendiam território. Além disso, a conceituação do termo território assume distintos significados de acordo com a formação sócio-espacial em que se insere. Por exemplo, na sociedade ocidental, o termo território, inicialmente, esteve centrado na base física dos Estados, incluindo o solo, o espaço aéreo e as águas territoriais. Outro exemplo diz respeito à noção de território nas sociedades indígenas, cujo termo está fundamentado no sentimento de identidade com a Terra Mãe, baseado no conhecimento, na cultura e nas relações sociais e religiosas destes povos com o espaço de vida. (ALBAGLI, 2002).

transporte. Estas vias garantiram o desenvolvimento de uma rede numerosa de caminhos vicinais e estradas de rodagem que, inicialmente, eram implantadas pelo próprio colono.

Das décadas de 1840 até 1870, ocorreu o desenvolvimento de atividades agrícolas de caráter comercial, em que os gêneros alimentícios se destinavam a capital da Província. Nos anos 1870, as atividades desenvolvidas nas colônias de origem germânica atingiram a fase de exportadoras de alimentos para o centro do País, abastecendo o mercado gerador do café. Paralelamente ao abastecimento de gêneros alimentícios, como: milho, feijão, batata, mandioca e trigo, as colônias também se especializaram na produção de toucinho e banha, considerados artigos de valor diante da precariedade de transporte da época. (PESAVENTO, 1985).

Os colonos produziam e comercializavam, se destacando, neste período da colonização, pois lucravam sobre a produção, o transporte e o comércio, como também sobre as operações financeiras de empréstimos e guarda de dinheiro, oportunizando a formação de capital. Esta pequena acumulação de capital ocasionou a importação de produtos do exterior, contribuindo para desestimular o artesanato de base familiar realizado nos núcleos coloniais e a suprir as necessidades essenciais. Também é fruto desta pequena acumulação de capital via comércio, o surgimento da indústria. O comerciante enriquecido diversificou suas atividades, aplicando seu capital na indústria, empresas de navegação, bancos, companhias de seguro, loteamentos e hotéis. (*Ibid*, 1985).

Em uma discussão sobre o poder do espaço, segundo as idéias de Claval (1979) a atuação política dos imigrantes, enquanto constituintes da classe média na Província, era quase nula frente ao poder regional, exercido pelos latifundiários pecuaristas, formadores da classe alta. Entretanto, em 1881, a Lei Saraiva estende o direito de votar aos católicos e estrangeiros naturalizados, permitindo que os indivíduos mais bem sucedidos, germânicos, compondo uma classe médio-alta, devido a seu poder aquisitivo, atuassem como intermediários entre a massa de pequenos proprietários, classe média de pouco poder, e a oligarquia pecuarista, tornando possível o atendimento das necessidades dos imigrantes. (PESAVENTO, 1985).

A estrutura fundiária da Colônia localizada neste rebordo da Serra Geral sugeria frente às especificidades físicas do local poucas chances de viabilização das propriedades e permitem considerar que este modelo imigratório teve como suas vítimas a primeira geração de imigrantes.

Em 1847, o Presidente da Província oficiou a Câmara Municipal da Vila (Cachoeira do Sul), pedindo informações se existia no município lugar apropriado para estabelecer uma colônia de indivíduos germânicos. Segundo Werlang (1995), para dar parecer sobre este assunto, foi nomeada uma comissão presidida pelo brigadeiro José Gomes Portinho, que deu ciência à municipalidade que havia na margem esquerda do Rio Jacui, no lugar denominado Agudo, terras devolutas e apropriadas para o desenvolvimento da agricultura.

Os primeiros quarenta e seis (46) imigrantes chegaram ao Rio Grande do Sul no vapor "Irene", procedentes de Hamburgo (Alemanha). A maior parte dos que se estabeleceram na colônia eram originários da cidade de Lubow, Província da Pomerânia (região de Naustettin/Alemanha) e exerciam as mais variadas profissões em sua Pátria de origem. Mas, seguindo a Lei da Imigração, o governo Provincial destinou-os para os lotes rurais, onde deveriam desenvolver a agricultura. (WERLANG, 1995).

Deve-se levar em conta o desconhecimento do passado desta gente, pois havia indivíduos provenientes do meio rural e indivíduos não advindos deste meio. Desta maneira, os que provinham de cidades eram urbanos ou estavam no urbano. A mesma questão se coloca para os rurais. Isto permite entender que se formou uma espacialidade rural complexa, constituindo a Colônia Santo Ângelo.

A prerrogativa dada pelo governo Imperial para o desenvolvimento da agricultura através da concessão de lotes coloniais aos imigrantes, atendendo a interesses de produção de alimentos para o abastecimento interno, deu início à reestruturação do espaço, com a inserção de novas formas advindas dos conhecimentos técnicos, como a de lavrar a terra e produzir alimentos. O isolamento do grupo social contribuiu para o desenvolvimento das atividades esperadas pelo Governo e para que ele se mantivesse inalterado em seus hábitos e costumes, língua, religião e culinária, entre outras manifestações socioculturais, permitindo a inserção de valor ao espaço.

Esta origem diversa revela que a Colônia Santo Ângelo recebeu imigrantes germânicos, que construíram um território com características rurais, embora nem

todos fossem portadores de suas transcódificações, referidas no terceiro teorema de Deleuze e Guattari (1996 apud HAESBAERT, 2004). Acredita-se que tenha ocorrido uma correlação entre experiências já vividas e a criação de novas, livres e inovadoras, moldando um novo território que, embora detenha o germe do passado (velho), se apresenta sob uma nova roupagem.

Neste caso, se dá prioridade à discussão da reterritorialização e formação de território²⁵ como primeira formação sociocultural em novas terras. Isto deve ser visto como gerador de raízes e identidades, isto é, o indivíduo ou o grupo de indivíduos compreendidos em seu território. Na medida em que os imigrantes incorporavam sua cultura e modo de vida a esta espacialidade rural, eles passavam a serem também colonos, o que permite a utilização da terminologia “colono”, pois o território, neste caso, estaria demarcando um espaço de vida, permitindo ser entendido como substrato à efetivação da vida humana, também visto como sinônimo de solo/terra, ou seja, das condições naturais que são fundamentais a todos os povos sob o domínio de um Estado constituído.

Do ponto de vista geopolítico, o território é compreendido como Estado-Nação, a partir do momento em que há uma organização em sua defesa, e o Estado e o território possuem limites e fronteiras maleáveis. Por sua vez, a ocupação de novas áreas tem relação com a dependência entre o homem e o território, na qual a guerra assume caráter natural e necessário para a conquista de novos territórios. (RIBAS et al, 2003).

Nesta linha de entendimento, se recorre à Geografia Política, que teve em Friedrich Ratzel (1844 - 1904) seu primeiro grande autor. Por meio de sua obra *Politische Geographie*, colocou o discurso de território fixado no referencial político do Estado, no pensamento de Ratzel (1974) analisado por Souza (1995):

O Estado não é, para nós, um organismo meramente porque ele representa uma união do povo vivo com o solo [Bode] imóvel, mas porque essa união se consolida tão intensamente através da interação que ambos se tornam um só e não podem mais ser pensados separadamente sem que a vida venha a se evadir. (RATZEL, 1974, p. 4 *apud* SOUZA, 1995, p. 85).

²⁵ O entendimento de território surge, inicialmente, na Geografia durante a tradicional Geografia Política, com entendimento de espaço concreto em si (atributos naturais e sociais constituídos) e que é apropriado por um grupo social.

O termo território também abrange o sentido de não apenas uma redução material ou concreta, mas também como um campo de forças ou uma rede de relações sociais, econômicas, culturais e políticas, que se projetam no espaço. Portanto, é moldado a partir de combinações de condições e forças internas e externas, que devem ser compreendidas e entendidas na sua totalidade espacial. Porém, deve-se ter a clareza de que as noções de espaço e território são distintas, uma vez que o espaço representa um nível elevado de abstração, enquanto que o território é a espacialidade apropriada por um grupo sociocultural, que a transforma em espaço de vida, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder, sejam elas jurídicas, políticas ou econômicas, como coloca Raffestin (1993). Enfim, no território se inclui a interação entre duas categorias - base da Geografia: sociedade – natureza e onde se projetou trabalho, seja por meio de energia, informação, conhecimento ou técnica, e que, devido a isso, revela relações de poder.

Contudo, na formação do território assumem importância as relações culturais entre um grupo ou lugares particulares, ou seja, apropriação de uma porção do espaço por um grupo, definindo-se como elemento constitutivo de sua identidade. Portanto, as diferenças e/ou desigualdades dos territórios são resultantes das características físicas, humanas e culturais, moldadas a partir da combinação e das forças internas e externas (relações de poder) de uma espacialidade.

A influência cultural e histórica do grupo social moldou no espaço uma feição distinta, como que o personalizando, tornando-o sua propriedade, na qual o espaço se revela como a identidade deste tipo humano (o grupo sociocultural) que sobre ele se movimenta, atua e se perpetua, reproduzindo o próprio espaço, agora transformado em sua morada de vida, o seu território. Assim, revelava La Blache (1921) em sua obra, *Principes de Géographie Humaine*.

Procurando interpretar a formação do território dos colonos à luz das definições e das explicações apresentadas com o apoio dos autores citados, entende-se que os imigrantes que se tornaram colonos eram detentores de uma cultura própria, advinda de sua história e construída ao longo de sua formação social em seus distintos Estados de cultura germânica. Isto significa dizer que o território constituído contém um grupo social e cuja cultura atua determinando suas demais relações, que se somam às de produção. Porém, deve-se considerar que as

relações dependem do grau de transferência dos “códigos” originais identitários contidos nos indivíduos.

Estas observações permitem entender que os territórios podem ser dinâmicos a cada momento, podendo ser reconstruídos em si mesmo ou construídos novos territórios em “novos” espaços, atendendo às identitárias contidas no grupo sociocultural.

Considerando esse entendimento, tem-se a realidade dos imigrantes, que em um processo de reterritorialização fundam um território e se tornam colonos, após passarem pelas mais variadas dificuldades em seus Estados de origem, as quais não tinham nenhum interesse em reviver. Ao receberem seus lotes de terra, foi entendido como “algo precioso”. Os colonos souberam imprimir neles sua forma e tudo o mais que sabiam e o que podiam realizar para transformá-los em um lugar próprio. Enfim, deram a este espaço a forma de todos os seus sonhos e desejos, de todas as suas angústias e tristezas. Assim, organizaram seu território da maneira como podiam e gostariam de viver.

O processo de apropriação espacial e de produção do território possui na sua origem importantes dimensões, como as: históricas, sociais, políticas, econômicas e culturais, que determinam os graus diferenciados de abordagens vistos pelos mais variados teóricos. Estes, de uma forma direta ou indireta, seguem direções que contemplam essas relações, mas que normalmente privilegiam ora uma dimensão ora outra, decorrente da adequação do conceito ao tema em estudo.

Desta maneira, na concepção de território e em seu entendimento, podem ser acrescentadas as idéias dos autores a seguir mencionados, que abordam o assunto utilizando a terminologia aspectos para o que se considera aqui, dimensão:

Um processo de conjugação de forças, de relações e produções interconectadas, de articulação dos aspectos econômicos, políticos e culturais, no tempo e no espaço. As relações entre esses diferentes elementos e aspectos da EPC variam para cada lugar e momento e/ou período histórico. Na produção de território, idéia (*superestrutura*) e matéria (*estrutura*) condicionam-se. (VALE; SAQUET; SANTOS, 2005, p. 13).

Para Vale; Saquet; Santos (2005) o conceito de território possui três noções familiares ao geógrafo:

(...) a de dominação ligada ao poder; a de uma área dominada por esse controle territorial; a de limites materializados pelas fronteiras, revelando uma outra filiação; a que provém diretamente da competência jurídica que se encontra na expressão de administração do território. (VALE; SAQUET; SANTOS, 2005, p. 13)

Estas três noções relacionam-se reciprocamente, ou seja, existe um mutualismo entre idéia e matéria, em que uma ou outra, em cada lugar ou em cada momento histórico, pode predominar frente às demais, como bem coloca Haesbaert (2002).

As idéias desenvolvidas por Rullani (1997 *apud* VALE; SAQUET; SANTOS, 2005, p. 15) sobre a importância da dimensão econômica no território afirmam que ela está centrada na dinâmica econômica em processo de expansão, ocupando-se de culturas nacionais, de especificidades territoriais e variantes locais ligadas à vida cotidiana. Desta forma, o entendimento de território é uma variável econômica significativa, na dimensão de ações gerais. Assim, no território se articulam os elementos que compõem a dimensão econômica, determinados por enraizamento, conexões e fluxos para além de recursos ambientais e infra-estruturais.

Os colonos elegeram suas atividades agrícolas baseadas na diversificação, para atenderem o que necessitavam, desde os alimentos e as ferramentas até suas próprias vestimentas. Entretanto, com o passar dos anos, foi se diversificando a produção do grupo social, cuja função era a alimentação e, em um processo contínuo, a geração de renda. A inserção de novas culturas teve origem na necessidade regional, uma vez que estes produtos eram imprescindíveis ao abastecimento. Além disso, destaca-se que algumas culturas já estavam sendo viabilizadas em outras colônias. Dentre elas pode-se citar o trigo, a cana-de-açúcar e o fumo.

Destaca-se o papel do Estado, Governo Imperial, na difusão das culturas, através da propaganda e concessão de prêmios aos colonos que produzissem determinada quantidade de hectares de alguns produtos, como o trigo. Juntamente com o aumento da produção na Colônia, houve o progresso, com o surgimento das vias de acesso, locais de armazenamento da produção, aquisição de máquinas, além do surgimento de novos moinhos.

Haesbaert (2004) coloca a concepção econômica do território como:

Menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital – trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho. (HAESBAERT, 2004, P. 40).

Na medida em que o Estado cercava-se de ações para garantir que seus objetivos fossem realizados, como o de assegurar a posse de terras disputadas nas fronteiras meridionais do Império, também estabelecia uma gama de relações e oportunidades e de coações aos indivíduos que por ele eram comandados. Desde o início da colonização, o Estado utilizou vários artifícios para organizar e comandar a vida nas colônias, fazendo uso de inúmeros decretos e leis. Cada colônia tinha seu diretor, ao qual era delegada a administração central, além de agir como tutor e conselheiro dos colonos. A Colônia Santo Ângelo não fugiu à regra, possuindo um total de quatro (4) administradores, até se emancipar e formar o município de Agudo.

Ao se analisar a dimensão cultural do território, deve-se levar em consideração as origens de cada grupo social, bem como a sua história ao longo dos tempos, a fim estabelecer seus valores, os quais se refletem no espaço em que vivem. A busca pela identidade e pelas características de um grupo social é de suma importância para se obter a essência das formas imprimidas e que caracterizam esse território. No caso dos colonos, observa-se uma valorização de sua cultura, que se mantém e que é transmitida através da língua, religião, danças, festas, costumes, culinária, etc. Um hábito comum entre os colonos era falar a sua língua - mãe em suas casas, pois muitos deles, especialmente os mais idosos, não sabiam falar o português, o que dificultava a comunicação fora da Colônia. Ainda hoje há descendentes de imigrantes no Município que não sabem falar português ou entende pouco, fazendo com que, especialmente, o comércio e repartições públicas possuam funcionários que falam e entendem o dialeto alemão mais difundido.

Neste contexto, a identidade território dos imigrantes germânicos é reconhecida, especialmente, pela sua língua e religião, pois através delas, eles se identificavam e se relacionavam. Uma das primeiras vontades manifestadas pelos imigrantes foi à construção de um local em que eles pudessem realizar seus cultos, dando início às manifestações culturais de seus costumes, materializando-os em sua espacialidade, de maneira própria, que se faz reconhecer entre os demais. Portanto, a cultura trazida é cultivada, pelos colonos, em um novo espaço e permitiu que as

manifestações ultrapassassem a abstração e formassem a identidade do território. Mas não se pode afirmar em que dimensão ocorreu a transcodificação no processo de reterritorialização daquela parcela de imigrantes provenientes de áreas urbanas e em que intensidade ela (transcodificação) ocorreu na reterritorialidade da parcela de imigrantes rurais, e também de seus Estados originais, pois pouco se conhece de seu passado.

Observa-se que a Colônia Santo Ângelo reuniu diferentes identidades, imagens e memórias pertencentes aos indivíduos que constituem seu grupo social, permitindo que as relações socioculturais e históricas fossem carregadas de múltiplas inter-relações e cristalizassem no território uma rica e complexa diversidade de dimensões, referidas por Vale; Saquet; Santos (2005).

No território dos colonos de Agudo deve ser reconhecida a presença de distintas temporalidades e suas diferenças, as desigualdades e as relações de poder que nele coexistem. Contemporaneamente, neste território estão presentes os “mais” e os “menos” desenvolvidos, os “avançados” ou “dinâmicos” e os “atrasados” ou “tardios”, permitindo que no seu entendimento esteja presente a ótica tridimensional sociedade-espaço-tempo. (Raffestin, 1993).

Há de se recordar que os territórios podem se organizar ou se dissolver de modo relativamente rápido ser antes instáveis do que estáveis, ou ter existência em alguns momentos. Os territórios também possuem capacidade diferenciada de oferecer competitividade aos investimentos, ocasionando distintas vantagens de localização produtiva, que podem variar de lugar para lugar ou no decorrer do tempo. Desta forma, se insere a capacidade de cada território em gerar ou absorver inovações, maior ou menor capacidade disponível de infra-estrutura e de mão-de-obra adequadas à localização dos segmentos econômicos intensivos em conhecimento.

Nesse sentido, tem-se que a territorialidade é transportável enquanto se considera que os indivíduos transportam os códigos de seu antigo território. Ela é também dinâmica, pois varia no lugar e no tempo, de sociedade para sociedade, que se apropria de novos espaços, cria e recria as relações socioculturais (o caso da imigração germânica), transformando o novo território em único, onde se inserem costumes, cultura e modos de vida dos indivíduos. A territorialidade, de modo geral, passa a ser resultado das relações humanas, por estar condicionada aos valores culturais e normas sociais de cada grupo de pessoas, contendo identidades

próprias. Assim, o território se apóia no espaço (visto como matéria-prima), sendo, portanto, uma produção a partir da tomada do espaço.

A territorialização realizada pelos imigrantes germânicos se constituiu por uma base de desterritorializados do tipo relativo e absoluto, conforme as concepções teóricas de Deleuze e Guattari (1996 *apud* HAESBAERT, 2004). Enquanto alguns traziam consigo os seus códigos (desterritorialidade relativa) referentes à imagem do seu território e às experiências de vida, com facilidade adotaram os seus códigos no novo território, desenvolvendo o modo de produção de vida familiar conhecido nos campos da Europa. Outros (desterritorialidade absoluta) adotaram outro plano, outro pensamento que levou à criação, que só pode ser possível pelo rompimento com o antigo território. Estes indivíduos, uma vez rompidos com seu território original, se encontravam livres, “nus” de imagens, lembranças e códigos. Tiveram facilidade de criar e adaptar-se aos novos códigos determinados no novo território. É questionável se não teriam sido eles os responsáveis por um comportamento diferenciado, iniciando o abastecimento do centro da Província e além dela. Talvez a reterritorialização tenha significado a sua obra criada, livre em seu pensar. O território para eles, agora, também passou a ser entendido como o “concreto”, isto é, a concretização de seu pensamento, de sua criação, o ser de seu devir a ser (aquilo que ele pensou e que criou).

Este tipo de desterritorializado, que em um primeiro momento parece ser o mais difícil de adaptar a uma nova situação, se mostra como o mais original e capaz de impulsionar a dinâmica que marcou as relações de produção no território. Nesta época, predominava a produção voltada para o abastecimento interno das famílias, em que tudo a ser produzido era em função do suprimento das necessidades pessoais. E isto aconteceu na Colônia nos primeiros anos, fazendo com que a produção para o consumo fosse a primeira necessidade suprida pelos colonos em seus lotes.

Neumann (2004) menciona que os dados da época demonstram que a maior parte das terras cultivadas na Colônia Santo Ângelo era ocupada, principalmente, pelo cultivo da batata, a qual até hoje faz parte dos hábitos alimentares da cultura germânica.

A importância da batata na colônia germânica é observada no primeiro relatório elaborado por Kahlden em 1858, no qual consta a descrição detalhada do plantio agrícola realizado nos primeiros lotes coloniais. A área era ocupada com

7,73%, para o cultivo do feijão, 14,9% com o do milho e 77,32% com o cultivo da batata. Esta última assumiu importância por ser um alimento básico da cultura germânica e também os colonos detinham conhecimento de seu cultivo e da existência de solos e clima propícios para o seu desenvolvimento. (*Ibid*, 2004).

No início das relações de produção, entre os colonos houve a possibilidade de se estabelecer a comercialização de algumas culturas como o feijão preto, que servia como mercadoria de troca nas pequenas casas de comércio e armazéns existentes na própria Colônia e em Cachoeira do Sul, o que facilitou a aquisição de outros suprimentos, incrementando a dieta alimentar diária.

Entretanto, a troca possibilitou o surgimento de relação de poder em sua forma pura, que se desenvolvia a partir de uma liderança (donos de armazéns) que imponham suas condições e vontades pela coação aos que dela dependiam (colonos). Estas lideranças se tornavam importantes frente aos demais, pois lhes abasteciam de suprimentos e vestuário, os quais eram, normalmente, comprados a prazo. Além disso, algumas famílias de colonos, que nem sempre conseguiam renda suficiente para garantir sua reprodução social, acabavam tomando empréstimos financeiros junto a estes líderes comerciantes, criando dependência financeira.

Como enfatiza Althusser (1992) estas relações de dependência permitiram que se estabelecesse um poder pela coação, pois os que estavam sujeitos aos líderes adquiriam suas mercadorias contraindo dívidas. Às vezes, devido à falta de dinheiro para saldá-las, entregavam partes de sua produção como pagamento.

Entre as principais culturas de alimentação dos colonos, destacam-se feijão preto, abóbora, mandioca, batata-doce assada na brasa, no forno ou cozida, espigas de milho cozidas ou assadas, além das pequenas caçadas ou pescarias, que promoviam a mudança no cardápio. (WERLANG, 1995).

Porém, segundo Furtado (1987), a produção agrícola nos anos de 1860 a 1867 já apresentava maior número de culturas, caracterizando a diversificação da produção para o sustento familiar e também para a comercialização através do excedente de produção. Os colonos, através da troca ou venda do excedente de produção, adquiriam o que lhes faltava, incluindo-se, aqui, a troca de produtos agrícolas por animais como: bovinos de leite e como força de trabalho. Os locais de troca e venda do excedente eram os centros urbanos de Porto Alegre e de Cachoeira do Sul, como também de outras localidades situadas entre a Colônia e a

localidade de São Gabriel, revelando que estas relações também ocorriam no meio rural.

Em 1862, a Colônia Santo Ângelo ocupava uma área de 19.878.000 braças quadradas²⁶, das quais 2.187.500 braças eram cultivadas, determinando a orientação econômica da Colônia de Santo Ângelo, que estava vinculada à propriedade da terra, à poupança, à introdução de tecnologia e à força de trabalho colonial, de acordo com Werlang (1995). O processo de colonização na Colônia não assumiu importância apenas material, mas também se apresentou como um campo de forças contendo uma gama de relações sociais, que se projetavam no espaço e construíam relações políticas, socioeconômicas e culturais, em escala local, regional e nacional, expondo a importância que o território vinha adquirindo e estabelecendo sua valorização.

Seguindo as idéias de Souza e Santos (1986) as práticas econômicas comuns a cada conjuntura histórica, na área colonial do sul do País, também ocorreriam e compreendiam o elenco de ações sociais, cuja finalidade era a produção, a distribuição e o consumo dos meios materiais (valores de uso e valores de troca). Sua realização implicava em utilizar, através dos meios materiais e tecnológicos, os objetos de trabalho e estabelecer as relações entre os homens que participavam coletivamente.

O colono, pouco a pouco deixava de ser essencialmente agricultor de gêneros alimentícios, embora continuasse a desenvolver atividades de subsistência, para se lançar em outras atividades, visando a geração de renda e o suprimento de necessidades que apareciam e eram consideradas essenciais, como o vestuário e equipamentos para reprodução do processo agrícola. Estas novas atividades foram se incorporando as já existentes e o colono ia se destacando nos mercados como produtor-vendedor direto, comerciante e atacadista.

Essas novas funções, incorporadas às antigas, contribuíram para que o território colonial fosse externalizado. O comércio dos produtos fez com que a Colônia recebesse destaque em outros lugares do Rio Grande do Sul, no comércio do fumo contribuindo para o crescimento, a aceitação e o prestígio junto ao mercado, tanto local como regional.

²⁶ Braça quadrada (brasileiro) - do latim brachia - plural de brachin (braço). Antiga unidade de medida de comprimento. Medida agrária que se usa em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e igual à tarefa, de Alagoas e Sergipe: 3.052m² (1 braça = 2,2 m; 30 braças = 66 ms; 30 x 30 braças = 4.356m² = braça quadrada). Uma Braça Quadrada = 0,000484 hectares.

Este novo estágio de relações de produção, estabelecido pela transformação quantitativa e determinando a reprodução social e econômica, permitiu que através do Decreto Nº 7199, de 31 de março de 1938, a sede da Colônia fosse elevada à categoria de Vila, marcando a transformação qualitativa da territorialidade.

Vinte e um anos após, emancipou-se de Cachoeira do Sul e Sobradinho, pela Lei Nº 3718 de 16 de fevereiro de 1959, dando origem ao atual município de Agudo. Este novo estágio motivou o rural, até então dependente da agricultura de base colonial familiar, a que se intensificasse e diversificasse, surgindo a policultura comercial. Estes fatos também sinalizam o completo e efetivo reconhecimento regional, tanto do território dos colonos de cultura germânica como também de seu pujante crescimento.

O estágio de desenvolvimento alcançado pelo município de Agudo permitiu que o grupo social nele estabelecido conseguisse se projetar frente às mudanças socioeconômicas e a diversidade física de seus recursos naturais predominantes nesta fase de desenvolvimento. As mais variadas escalas de dimensão que atingiram a sua espacialidade garantiram a continuidade e o aprofundamento das relações de produção e, decorrente dela, a continuidade dos demais indicadores do crescimento e desenvolvimento local.

3. DAS TRANSFORMAÇÕES DO MEIO RURAL NACIONAL ÀS DINÂMICAS ADOTADAS NAS ESPACIALIDADES RURAIS DE TERRITÓRIOS COLONIAIS

Procura-se contextualizar os rumos que o meio Rural nacional seguiu, a partir das políticas econômicas em nível mundial, e seus desdobramentos internos em áreas de domínio da agricultura familiar resultante de processos de Colonização no sul do Brasil.

3.1 Anexando territórios coloniais à proposta de reestruturação da economia capitalista

Durante a década da municipalização da antiga Colônia Santo Ângelo, em 1959, município de Agudo, ocorriam transformações importantes na agricultura mundial, as quais se refletiriam no cenário nacional e, conseqüentemente, na organização e direção das antigas áreas coloniais.

A reestruturação da economia capitalista ocidental, pós Segunda Guerra Mundial, se desenvolveu sobre um novo modelo, baseado no regime de acumulação denominado fordismo²⁷, que modificou as bases materiais do processo de produção capitalista, em nível mundial. Seguindo esta nova estrutura de produção que atendia ao modelo, países como os Estados Unidos (EUA) e a Comunidade Econômica Européia (CEE) colocaram em prática uma política altamente protecionista e subsidiária, para incentivar a produção agrícola e alcançar a suficiência alimentar dos países que estiveram envolvidos com a Segunda Guerra Mundial. As políticas de desenvolvimento decorrentes proporcionaram consideráveis estímulos estatais subsidiados e distribuíram significativo volume de recursos para investimentos científicos e tecnológicos nesta área do conhecimento.

Esse padrão tecnológico ficou conhecido por modernização da agricultura. Foram aperfeiçoados os meios de cultivo, visando obter ganhos de produtividade,

²⁷ O fordismo baseia-se no aumento expressivo da produtividade e na criação de novas formas de consumo uniforme de produtos banalizados em um consumo de massa, no qual a universalização do assalariado é fundamental. Para um conhecimento mais aprofundado ver Lipietz (1988).

aumentando o volume através de insumos como: adubos químicos, sementes melhoradas, agrotóxicos, máquinas agrícolas, etc. Os alvos desta política foram as áreas de agricultura do Planeta e o público, os agricultores. Tratava-se de uma política dirigida ao setor de produção agropecuário, objetivando a aproximação com o setor industrial, em nível global, tanto em na escala nacional como internacional.

Os países eram orientados a introduzir e usar novas técnicas de correção do solo, fertilizantes, maquinários e equipamentos modernos e, a combater às doenças e pragas, através do uso intensivo dos chamados “defensivos agrícolas”. Além, é claro, das transformações da base técnica de produção, exportação do padrão de produção e expansão do consumo norte-americano, que se constituiu na substituição da proteína animal pela vegetal, baseada na cultura da soja. (PESSOA, 1999).

O objetivo dos países ao adotarem e se inserirem neste novo modelo, era o da busca de uma nova forma para obter maior produtividade, com a substituição da mão-de-obra humana e animal pela máquina e com o uso intensivo de insumos produzidos no setor industrial. Assim, passava-se de uma produção natural para uma que utilizava insumos industrialmente produzidos, atendendo aos procedimentos de uma agricultura dita moderna.

O Brasil, como outros países, a exemplo da África do Sul e Colômbia, adotou um desenvolvimento agrícola e rural, que se caracterizou pela expulsão prematura do trabalho humano do campo. Suas políticas econômicas, a partir dos anos 60, passaram a promover a superação das relações de trabalho, o que condenou significativo número de agricultores à decadência, especialmente os que possuíam poucos recursos naturais e econômicos, promovendo o êxodo rural e, a conseqüente formação das periferias urbanas, elevando os índices de pobreza no campo, os níveis de violência, a destruição ambiental e as lutas sociais.

Hoje, a respeito da modernização do rural brasileiro, se aceita que ela se realizou através da racionalidade de um sistema temporal, cujo funcionamento ainda se encontra regulado pelas relações de produção e distribuição globalizadas e, cada vez menos, dedicada à subsistência, mas direcionada para atender o mercado interno urbano e o mercado externo. (ELIAS, 1996).

Desse modo, entende-se que as mudanças vivenciadas no meio rural brasileiro resultaram da política de modernização, iniciada nos anos 50, cuja principal medida adotada foi a mais estreita vinculação com a indústria, que obteve

larga expansão nos anos 70. A produção estava voltada ao atendimento do mercado externo, cuja dinâmica de crescimento se relacionava com as grandes unidades de produção, baseadas no lucro e na acumulação de capital, direcionando-se, exclusivamente, para o crescimento econômico.

No que tange as principais mudanças decorrentes da modernização da agricultura no campo brasileiro, destaca-se a substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, pela intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, bem como pela crescente especialização da produção agrícola, cujas novas formas de produção, distribuição e comercialização influenciaram as condições da prática da agricultura no País. O emprego amplo de insumos agrícolas alterou o processo produtivo como também a utilização dos métodos e dos procedimentos científicos, possibilitando o aumento da produtividade e a expansão da fronteira agrícola. (ELIAS, 1996).

Nesse processo de desenvolvimento, o Estado atuou favoravelmente para que as mudanças se efetivassem através de inúmeras políticas públicas, viabilizando a transformação da agricultura, criando políticas econômicas e estratégias como: crescimento agrícola (política econômica externa, monetária e de controle de preços agrícolas), políticas de fomento agrícola (política de financiamento rural, tecnológica e fundiária), e procurando ampliar suas políticas a todos os níveis envolvidos com a modernização da agricultura e sua aproximação das indústrias de transformação e de maquinaria, nacionais e internacionais. Estas políticas se ampliavam tanto na criação de secretarias como de ministérios, que administravam grande parte das mudanças econômicas e sociais no campo brasileiro. (*Ibid*, 1996).

Ao se fazer a releitura sobre o entendimento destas políticas, destaca-se que elas se direcionaram para as grandes unidades de produção, uma vez que a política, do Estado estava mais centrada no mercado externo do que interno e, conseqüentemente, no estímulo da monocultura geradora de matéria-prima em grande escala, a qual promoveu significativo volume de divisas para o País. A pequena produção oriunda de áreas agrícolas de origem colonial familiar foi responsável pela formação de um mercado interno, carente de capital e de terra, sem receber incentivos das políticas de crescimento resultou no baixo rendimento da terra a pesar da intensidade de aplicação de trabalho e de mão-de-obra.

Neste contexto, que compreende a municipalização de Agudo e sua inserção no processo seguinte (modernização da agricultura), os colonos também se alteraram em sua essência. Deixando de ser lentamente um colono para se tornar um agricultor. Este novo personagem passa a desenvolver um sistema agrícola intensificado, em busca da produtividade para ganhar mercados que demandavam seus produtos. A antiga fase baseada na subsistência e venda do excedente lentamente se alterou, ocorrendo o inverso da situação, uma produção voltada para o abastecimento do mercado e consumo de excedente, quando ele havia.

Estas transformações fizeram com que o Sistema Colonial Familiar, baseado na diversidade de produção (policultura), trabalho familiar e destinando ao comércio apenas do excedente, sofresse profundas mudanças de ordem estrutural e funcional. A dimensão destas mudanças no território colonial alcançou significativas transformações até mesmo na figura do colono²⁸, que se descaracteriza para dar lugar ao agricultor²⁹ e, na seqüência deste dinamismo, passa a ter maior identificação com os mercados absorventes de sua produção, caracterizando-se como produtor familiar moderno³⁰.

Nestes novos mercados que se abrem, ele atua como vendedor comerciante e atacadista de sua produção. Portanto, este momento pode ser considerado o marco em que a produção familiar passa de uma produção em moldes coloniais para uma produção voltada ao mercado.

As condições vivenciadas durante o período de municipalização de Agudo fizeram com que o agricultor pudesse se inserir no processo de modernização da agricultura. Com a inserção neste novo modelo de desenvolvimento, o estabelecimento familiar confunde-se com a unidade familiar, deixando de ter um caráter de sobrevivência para assumir outras características, como sendo uma “empresa familiar de produção rural”.

²⁸ Neste o “colono” é indivíduo emigrado e territorializado, sobrevivendo da produção advinda da sua força de trabalho e da família no interior do território colonial. O termo deriva da expressão agricultura colonial familiar, utilizada neste trabalho.

²⁹ O termo “agricultor” vem a ser uma derivação da expressão “colono”, cujo significado das palavras, assim colocadas, refere-se ao avanço das relações de produção e de reprodução do antigo colono, cuja figura vai se descaracterizando na medida em que se intensificam as relações de produção: produção para o mercado e consumo do excedente.

³⁰ O termo “produtor familiar moderno” indica uma produção nos moldes de pequeno estabelecimento, porém voltado à comercialização, em que o excedente, quando existe, abastece o interno, isto é, a família do produtor.

Portanto, esta é a fase em que há ascensão do agricultor familiar, quando ele inicia o processo de especialização, elegendo determinadas culturas, que mais tarde foram denominadas de “caro chefe”, para se inserir no mercado. Este momento marca a superação do modelo colonial por outro denominado de Sistema de Produção Integrado ao Mercado.

Os agricultores que se encontravam em áreas mais íngremes e com limitação do recurso terra, se especializaram no cultivo do fumo, enquanto que os agricultores localizados em áreas mais planas, ao longo do Rio Jacui, se especializaram no cultivo do arroz. Pode-se entender que a especialização se derivou de oportunidades de mercado e de condições oferecidas pelo recurso terra.

Sorj e Wilkinson (1983 *apud* TEIXEIRA, 1988, p. 23) associam o agricultor familiar ao processo de agroindustrialização nos países do capitalismo avançado no pós-guerra e à crescente subordinação ao capital comercial, financeiro e agroindustrial em alguns países em desenvolvimento, como o Brasil. Segundo os autores, esse processo eliminou e adaptou alguns elementos centrais que definem a especificidade do que eles chamam de camponês³¹, criando novos traços que se confrontam com esse novo personagem: “o produtor familiar moderno”, cujas características são apresentadas pelo autor:

- a) “compulsão a comercializar a totalidade da produção”, eliminando praticamente a alternatividade;
- b) “fim da permutabilidade entre terra, trabalho e capital”, no qual a tecnologia passa a determinar a utilização desses fatores;
- c) “seleção/exclusão/concentração” de produtores dentro da dinâmica dos novos patamares técnicos;
- d) “apropriação do conhecimento camponês”. [a que se compara com o colono]. O conhecimento tradicional do camponês é substituído pelo conhecimento dos técnicos da agroindústria, assim como o seu ritmo de trabalho passa a ser determinado pelas novas técnicas;
- e) “a integração econômico-ideológica”, a partir da crescente interiorização da racionalidade capitalista, voltada para os maiores níveis de produtividade, e a

³¹ O termo “camponês” se aproxima do modo de produção e de reprodução dos antigos colonos em suas colônias de origem européia. Assim, como denominamos campesinato, se pode denominar a expressão “colonato” cunhada por Augusto Saint-Hilaire em sua obra *Viagem ao Rio Grande do Sul entre 1820-1821*.

partir da penetração dos meios de comunicação de massa, alternando a cultura e o modo de viver.

Permitindo o entendimento da noção de agricultura familiar como uma ação contextualizada em uma sociedade capitalista, na qual o processo de urbanização, industrialização e modernização da agricultura perpassam pelo conjunto da sociedade, integrando-a. (WANDERLEY, 1996).

O que existe de novo para alguns autores é a crescente integração do agricultor à sociedade moderna e ao mercado. Este mercado possui dimensões maiores. Há o acesso a informações sobre preço, crédito, e às inovações tecnológicas, que elevam o agricultor familiar à condição de produtor e a realizar modificações significantes tanto na sua forma de produzir como na sua vida social. Mas, deve-se recordar que esta integração não significa, necessariamente, a perda da sociabilidade, do conhecimento adquirido entre os agricultores, como também não foi no passado, ao se considerar a evolução do modo de produção colonial, em que a condição dos indivíduos nas áreas coloniais sofreu alterações por força de novas inserções e integração de sua produção aos mercados. Assim, as relações de interconhecimento ainda são características marcantes, mas agora se encontram alicerçadas no conhecimento técnico.

Estas dinâmicas promoveram profundas alterações na espacialidade rural brasileira como um todo, transformando o agricultor familiar em produtor familiar moderno, comprometido com os mercados de circulação dos produtos.

Em escala nacional, as mudanças que se operaram no campo brasileiro alteraram a estrutura de produção, diminuindo o número de estabelecimentos, mesmo com a expansão da área ocupada. Conseqüentemente, os grandes produtores aumentaram o número de seus estabelecimentos e a porcentagem de área ocupada. Isto contribuiu para que a produção de alimentos destinados ao abastecimento interno fosse deslocada para as áreas marginais à mecanização, com alta declividade e a base de mão-de-obra familiar e tração animal. Além disso, o crédito rural foi destinado prioritariamente para as regiões mais desenvolvidas e aos produtos mais dinâmicos (nobres) destinados à exportação, e os produtores mais capitalizados (grandes proprietários) foram os únicos beneficiários do crédito rural, contribuindo para a descapitalização da grande maioria dos agricultores familiares.

As análises do processo de modernização do rural nacional permitem constatar, hoje, que esse modelo originou distorções com conseqüências sociais e

econômicas, como o êxodo rural, a fome no campo e na cidade. Estas conseqüências são decorrentes do crescimento desordenado das cidades que, sem estrutura para abrigar, dignamente, as populações, que nela chegavam durante o final da década de 1950, promoveu seu crescimento desordenado, cujos resultados vão ser sentidos nas décadas seguintes, bem como a geração de miséria, desemprego e violência. Neste contexto, é importante destacar que, na maioria das espacialidades dos municípios brasileiros (caso de Agudo), a base econômica está centrada em pequenos estabelecimentos que, sob processos intensivos de produção e utilização de tecnologias modernas capazes de compensar a pouca disponibilidade de terras e capital, usavam a mão-de-obra familiar, poupando despesas e se associando a grandes mercados e indústrias.

De acordo com o Departamento Sindical dos Estudos Rurais (DESER, 1997), a marginalização econômica e social das espacialidades em pequenos municípios em que a cidade representa seu mercado de colocação da produção em um primeiro momento, não foi tão acentuada e percebida, porque neles o processo de modernização do rural (utilização de novas tecnologias de produção e a expansão do complexo agroindustrial) conheceu seu ápice na década de 70 e gerou aumento de produção e de produtividade agrícola.

Assim, ao avaliar os resultados do processo de modernização da agricultura no meio rural, considerando as relações sócio-ambientais, constata-se que ele não levou em consideração as relações entre o homem e o seu meio e nem respeitou o modo de vida, que deve ser o sujeito e o objeto dos esforços do desenvolvimento. Como também não considerou o conjunto de ações para beneficiar agricultores pobres e produtores empobrecidos e excluídos do processo de produção. Muito menos, cuidou do meio ambiental, entendendo que ele era infinitamente possível de ser explorado.

Além disso, é importante destacar que o modelo de desenvolvimento adotado no meio rural brasileiro é desigual e contraditório, pois ao mesmo tempo em que, gerou relações de trabalho assalariado, outras formas de exploração e apropriação privada do trabalho se caracterizaram via descompasso entre crescimento econômico e progresso social. Destacam-se as contradições do sistema capitalista, possibilitando que o campo de forças se instale no mesmo espaço, sem impedir a reprodução ampliada do capital, cada vez mais excludente e desigual. (SAUER, 1998).

A partir da década de 80, o modelo de desenvolvimento estruturado na modernização da agricultura passou a ser questionado, pois na medida em que se obtinham os efeitos positivos esperados (ganho de produtividade, crescimento extraordinário da produção mundial, avanços tecnológicos, etc), eclodiram os efeitos negativos (desertificação, contaminação dos recursos naturais, degradação ambiental, etc) juntamente com os questionamentos sobre o alto custo social e ambiental a serem pagos por este modelo.

Assim, o modelo de desenvolvimento desencadeou nos países que o adotaram vários problemas, tais como: danos ambientais provenientes das altas taxas de agrotóxicos e fertilizantes empregados, o próprio sistema de monocultura ligado ao padrão técnico, o aumento dos estoques, endividamentos por parte dos agricultores que não foram bem sucedidos, diminuição da população rural e o conseqüente êxodo rural. Além do que, foram extintos muitos postos de trabalho com o aumento de tecnologias poupadoras de mão-de-obra no meio rural. (ABRAMOVAY, 1992).

Portanto, na década de 80 inicia-se a crise do modelo de desenvolvimento com base na agricultura, e discutem-se as condições de reprodução da maioria dos estabelecimentos pequenos, ainda que inseridos no processo de produção, no que se refere à viabilidade de continuidade no novo sistema, por depender do seu desenvolvimento a preservação dos recursos e a ocupação da mão-de-obra familiar, agora reduzida. Entre as características reconhecidas, destaca-se o potencial de desenvolvimento que oferece em termos de produção e abastecimento. E ao mesmo tempo em que garante alimentação, exige trabalho, preservação dos recursos naturais e renda para sobreviver. A valorização do local, a produção de alimentos mais saudáveis e os elementos naturais são vistos como positivo.

Quando este modelo entrou em crise, estas espacialidades rurais foram as primeiras a conhecerem uma situação de profundas incertezas. A crise desencadeou a miséria no meio rural, estimulando a concentração de renda e da propriedade da terra. Tentando compensar as perdas na produção ocorreu o incentivo a concentração agroindustrial.

A espacialidade rural de origem colonial do município de Agudo também sofreu estes impactos de modo acentuado, gerados pelo modelo de modernização, uma vez que se desenvolvia sobre pequenos estabelecimentos. Havia a escassez

do recurso terra e capital e o agricultor, não conseguindo mais se reproduzir satisfatoriamente no campo, buscou novas alternativas.

Assim, a espacialidade rural em estudo, determinada por pequenos estabelecimentos originários das antigas colônias, conheceu um novo processo de transformação, pelo menos centrado na figura de seu agricultor familiar moderno. Ele amplia e especializa sua produção, estabelecendo a comercialização direta com os Complexos Agroindústrias³² (CAIs) de caráter transformador e em expansão no País, operando em diversos ramos da transformação industrial. Esta parece ser uma alternativa para solucionar a crise que se abateu sobre as relações anteriores.

Analisando a formação dos Complexos Agroindustriais no Brasil, tem-se a presença de duas correntes teórico-filosóficas: aquela em que são vistos como parte de uma estrutura e formados pelos complexos industriais de toda a economia, ou seja, resultaria para fins de análise em um “macro” Complexo Agroindustrial composto por vários sistemas e cadeias agroindustriais, Machado Filho et al (1996); e aquela associada à proposta de vários Complexos Agroindustriais, Kageyama et al (1987), os denominados “micro” Complexos Agroindustriais, Silva (1991), o qual resultaria da passagem dos complexos rurais para os complexos agroindustriais.

Essas duas concepções banalizam as investigações sobre a industrialização da agricultura e a formação dos Complexos Agroindustriais no Brasil. A premissa inicial, que orienta esse processo, considera que ocorrem relações intersetoriais entre agricultura e indústria, cuja análise insere estas relações na perspectiva da absorção de inovações tecnológicas pela agricultura. Neste contexto, o setor agrícola estaria inserido em complexos agroindustriais balizados em seus dois extremos por setores industriais oligopolizados: a indústria para a agricultura - fornecedora de bens de capital e insumos para a agricultura (denominado setor a montante da agricultura) e, a indústria da agricultura – agroindústria – (denominado de setor a jusante da agricultura).

Nesse processo de relações e articulações entre agricultura e indústria considera-se, de acordo com Marafon (1998), que agricultura teria perdido o seu antigo caráter autônomo e também a capacidade de decisão dos grupos sociais

³² Entre os autores que dedicam suas análises ao Complexo Agroindustrial, destacam-se: Alberto Passos Guimarães (1979), Bernardi Sorj (1980), José Graziano da Silva (1981, 1988, 1991, 1996), Geraldo Muller (1981, 1982, 1989), Guilherme Delgado (1985), Ângela Kageyama et al (1987), Yolanda Ramalho et al (1988), Tomás Szmrecsányi (1990), Dvid Gooman et al (1990), Ney Araújo et al (1990), Fernandes (1996) e Marafon (1988).

rurais envolvidos no processo. Neste contexto, Kautsky (1980), ao analisar situações ocorridas em Estados europeus, explica como este envolvimento ocorre:

O camponês deixa de ser, pois o senhor na sua exploração agrícola. Esta se torna um apêndice da exploração industrial por cujas conveniências devem orientar-se (...). Frequentemente, também cai sob a dependência técnica da exploração industrial (...). Como nos demais setores da sociedade capitalista, a indústria acaba por vencer a agricultura (...). A indústria constitui a mola não apenas de sua evolução mas ainda da evolução agrícola. Vimos que foi a manufatura urbana que dissociou, no campo, a indústria e a agricultura, que fez do rural um lavrador puro, um produtor dependente dos caprichos do mercado, que criou a possibilidade de sua proletarização (...). Foram criadas assim as condições técnicas científicas da agricultura racional e moderna, a qual surgiu com o emprego de máquinas e deu-lhe, pois, superioridade da grande exploração camponesa. (KAUTSKY, 1980, p. 281-318):

Os grupos humanos que detêm bens essenciais à reprodução dos processos produtivos (circulação e mercado) são os que de certa forma detêm o poder, pois, normalmente, são eles que ditam as regras do mercado, pela sua influência, quanto à geração de divisas para áreas, regiões ou país. Através de sua influência político-econômica e social conseguem produzir condições cada vez mais vantajosas no interior de um sistema dominado e regido pelo mercado e pela acumulação de capital.

Entretanto, os grupos sociais que não possuem este tipo de domínio, detendo apenas os bens e meios de produção (terra e trabalho) foram paulatinamente se tornando marginalizados no sistema político-econômico centralizado pelas forças de produção, sob o comando dos grupos detentores daqueles bens essenciais à reprodução, por exemplo, as indústrias que já eram dominantes na economia nacional. Esta situação gerou desigualdades e acentuou o poder de mando de alguns. (Claval, 1979). Na verdade os Complexos Agroindustriais (CAIs) rapidamente ampliaram seu poder e estabeleceram suas relações de domínio ao integrarem o pequeno estabelecimento de produção aos seus interesses, principalmente aqueles em que as tecnologias estavam incorporadas e onde ocorreram incentivos e assistência técnica. As lavouras com demanda nos mercados eram justamente aquelas em que as unidades de produção já haviam desenvolvido técnicas e domínio de plantio.

Considerando os estabelecimentos rurais dos produtores familiares modernos de Agudo, a ampliação dos CAIs se fez por meio das culturas de fumo, arroz e morango, que envolvem a aplicação de investimento (capital), devido ao uso elevado de insumos, e a intensidade de trabalho determinada pela disponibilidade da força familiar direta e de técnicas. Esta realidade foi responsável pelas relações estabelecidas entre o produtor e os CAIs, que lhe garantia capital para a produção, mercado para o produto e preços satisfatórios.

Os CAIs garantiram a produção e a reprodução e, no momento em que se estabeleceu o conjunto de relações de poder com os produtores, se submetendo a determinadas condições de produção, ditadas pelos CAIs, criou-se a dependência, que não foi sentida pelos produtores em um primeiro momento, uma vez que eles atendiam à integração industrial, como forma de se reproduzirem, através do capital necessário para dar seqüência a novas safras. A integração com a indústria lhe garantia a aquisição de bens materiais necessário para si e sua produção. Porém, na medida em que o produtor familiar recorria ao financiamento, para realizar a produção, se subordinava ao capital, ou seja, processavam-se consideráveis mudanças de suas relações e, ele se transformou em um assalariado do capital industrial.

Com o passar do tempo, o sistema de produção adotado, dependente de insumos bioquímicos, do uso intensivo do recurso “terra”, e os sucessivos prejuízos, especialmente do produtor de fumo, cuja produção estava integrada à indústria fumageira, em sistema de integração fechado (integração máxima), contribuiu, para o esgotamento da fertilidade dos solos e criou um círculo vicioso entre necessidades e aumento de produção, para obter e manter a produtividade. A reprodução simples, que passou a dominar as relações de produção, ocasionou a desaceleração da dinâmica do processo de produção familiar moderna, terminando com a autonomia dos estabelecimentos familiares em um tempo de crescimento de mercados.

A seguir, se instalou uma situação de inércia socioeconômica, provocando a estagnação e determinando o endividamento, cuja conseqüência era a saída do meio rural, colocando em marcha o processo de desterritorialização daquela antiga espacialidade rural construída e evoluída de um processo de colonização. Entretanto, os que permanecem no território, suportando as transformações, se constituem nos resistentes e lutam para manter seu modo de produção familiar, cultivando seus produtos de subsistência, o que lhes garante autonomia e sustento

e, paralelamente, elegendo os produtos que lhes inserem no mercado, que os possibilita adquirir bens de consumo e de reprodução econômica. Aos que não conseguiram estabelecer esta relação, restou o endividamento e, conseqüentemente, o êxodo rural.

O maior número de estabelecimentos rurais, de acordo com os Censos do IBGE, refere-se aos com área inferior a 100 hectares. Os dados do INCRA, que avalia o número e as propriedades, indicam ser áreas pequenas (inferior a 100 hectares) que detêm o maior número. Ambas as Instituições indicam que nestas categorias rurais também se encontra o maior número de pessoas, ressaltando ainda que estas categorias (pequenos estabelecimentos/ pequena propriedade) produzem mais de 80% de gêneros que abastecem a mesa da população em geral. Desse modo, os pequenos estabelecimentos de produção familiar representam a base econômica da maioria dos municípios brasileiros, e o seu desenvolvimento socioeconômico representaria também o desenvolvimento destes municípios.

Além disso, a última década do Século XX foi palco de profundas mudanças na política econômica mundial, implicando em transformações nas relações de produção em nível externo e interno dos países que compõem o grande eixo econômico. Sauer (1998) entende que o meio rural teria conhecido transformações decorrentes deste novo patamar de internacionalização e de rearranjo na forma de acumulação do capital, que se materializava no processo de globalização, o qual tem por objetivo a mudança na natureza, a intensidade da revolução científica e tecnológica e a liberalização e integração dos mercados.

3.2 Globalização e valorização “das coisas existentes” nas espacialidades rurais

A estrutura globalizante não só interferiu no processo produtivo, alterando significativamente os padrões de concorrência e as condições de acumulação do capital e dos mercados, mas também acirrando a concorrência e a competição, provocando a valorização no mercado: vantagens comparativas referentes à qualidade, ao preço e à origem da oferta. Este novo processo em marcha deslocou o foco da abundância de matéria-prima barata e da disponibilidade de mão-de-obra

para o domínio das tecnologias e dos recursos humanos. Isto não só desarticulou as regiões tradicionalmente fornecedoras de matérias-primas e de mão-de-obra, como também aquelas que não estavam preparadas tecnicamente para novos desafios, como foi o caso de significativa parte das espacialidades rurais brasileiras. Desta forma, desequilibraram-se as relações nas espacialidades rurais brasileiras, afetando profundamente o setor da produção dirigido ao atendimento do consumo interno.

Entretanto, ao mesmo tempo em que a globalização abriu os mercados, ela gerou uma crise no setor agrícola produtivo brasileiro e determinou a busca por um novo paradigma para o desenvolvimento local, através da valorização das coisas existentes no lugar, em contraposição ao cenário internacional. O processo que globalizou a economia mundial, contraditoriamente valorizou as diferenças regionais, ao priorizar as mercadorias exóticas e a procedência do produto, determinando o valor em preço. Assim, criaram-se novos modos de vida, pautados em sistemas de produção, valorizando as individualidades e as especificidades do local, cujos produtos, antes de pouco valor, como aqueles oriundos da transformação no meio rural (pão caseiro, doces, conservas, bebidas, artesanatos, produtos hortigranjeiros) e vendido diretamente pelo produtor, passaram a ganhar espaço nos mercados e a identificar a valorização regional como sendo única.

A especialização profissional antes exigida pelo modelo fordista está sendo substituída por uma crescente combinação de atividades exercidas por um único indivíduo. É neste contexto, de ampliação de novas oportunidades de trabalho proporcionado pela industrialização difusa, e da crise de superprodutividade experimentada pelos países europeus e nos EUA, a partir da década de 80, que o debate sobre outras formas de organizações produtivas (pluriatividade) surge como alternativa sadia para solucionar vários problemas, tais como: reduzir a produção agrícola e conter a crise desencadeada pela superprodutividade, mantendo a renda do agricultor, sem pressionar excessivamente os cofres públicos; reter a população do campo; estimular a descentralização industrial, o desenvolvimento rural com a viabilização de novas atividades econômicas no campo (turismo, artesanato, agroindústria, etc); e diminuir a pressão das atividades agrícolas sobre os recursos naturais. (SCHNEIDER, 1994).

A seguir deste momento, Teixeira (1998) coloca que as outras formas de organização produtiva passaram a ser objeto de estudo de inúmeros trabalhos de pesquisadores que associam estas outras formas a diversos problemas sociais inter-

relacionados. Entre eles destaca-se: Rupena e Osolnik (1983) que ao explicar a sua presença utilizando o termo pluriatividade³³ a partir da modernização, especialmente a idéia de que a mecanização possibilitou a diminuição do tempo dedicado às tarefas produtivas. Porém, outros autores analisam a pluriatividade a partir da crise da modernização agrícola, juntamente com os novos processos de reestruturação das sociedades contemporâneas, baseadas na reconfiguração espacial da economia – descentralização industrial. Entre eles, destacam-se: Buttel (1982), Krasovec (1983), Fuller (1984, 1990), Barillet (1986), Mingione e Pugliese (1987), Pugliese (1991), Marsden (1990), Carneiro (1996), Schneider (1996).

Assim, a pluriatividade surge à luz das preocupações latentes da sociedade sobre a preservação ambiental, na qual é tida como uma prática capaz de preservar a paisagem rural, os recursos naturais que a constituem, proporcionando a ampliação de renda e emprego no meio rural, sem pressionar demasiadamente os recursos naturais. Possibilita a inserção de locais antes marginalizados pelo modelo de desenvolvimento vigente, fazendo com que o homem permaneça no campo, buscando novas formas de satisfazer suas necessidades.

Desta maneira, a pluriatividade é uma realidade nos países do capitalismo avançado e está sendo apontada como uma das soluções para o futuro da produção agrícola moderna, a qual vem sofrendo com os efeitos de seu modelo de desenvolvimento. A pluriatividade também está difundida em grande escala nos países periféricos ou em desenvolvimento, caso do Brasil, onde as atividades não-agrícolas representam uma importante fonte de renda e emprego para parcelas significativas da população rural.

Desta maneira, na espacialidade rural do município de Agudo, a busca por novas fontes de renda está sendo alcançada através da diversificação da produção agrícola e pelo surgimento de atividades não-agrícolas, determinando a pluriatividade, especialmente, junto aos pequenos estabelecimentos de produção familiar. As novas atividades inseridas no rural são realizadas para garantir a manutenção dos grupos sociais no campo, como também sua autonomia frente a um sistema de mercado competitivo e excludente. Também revela um novo processo de desterritorialização dos seus códigos (modo de produção) e reterritorializando-se, ao criar novos códigos de valor social, econômicos e culturais,

³³ Como tradução de terminologias empregadas para estas outras formas de organização da produção, entre os ingleses e os franceses.

promovendo o processo de sobrecodificação. Deleuze e Guattari (1996 *apud* HAESBAERT, 2004). Estas novas formas de produção e de reprodução socioeconômica têm alterado a dinâmica das relações de trabalho e de produção e, também, as relações homem e natureza e dos homens entre si.

Assim, as novas atividades desenvolvidas, ou seja, as mais recentes atividades, que se operam no meio rural do município de Agudo, indicam o início da promoção da reterritorialização do território, uma vez que ele passa de uma finalidade essencialmente agrícola para a diversificação de atividades produtivas, com o objetivo de gerar renda familiar, contribuindo para a formação de capital social, conseqüentemente, para a reprodução do produtor familiar e sua família.

Ao analisar-se a pluriatividade, deve-se levar em consideração o contexto social, econômico e cultural em que se insere esta prática. Assim, o Brasil, por ser um país de dimensão considerável, possuir ampla diversidade cultural e física considerando-se a variação climática e pedológica, apresenta diferentes formas de se conceber a prática da pluriatividade.

Schneider (1994) aponta que a consolidação da condição colono-operário³⁴ em Colônias Velhas do Rio Grande do Sul (RS), onde analisou a utilização de trabalho assalariado dos colonos na indústria de calçados, permitiu a sobrevivência da unidade familiar e a sua permanência no meio rural, conseguindo ampliar o horizonte das estratégias de reprodução dos colonos e manter a pequena agricultura na região.

Em um estudo mais recente, Schneider (1996) deixa de utilizar a expressão colono-operário para analisar a agricultura familiar no Rio Grande do Sul, e sugere que:

³⁴ O estudo sobre o colono-operário no Brasil teve início com Giralda Seyferth, ao analisar as mudanças ocorridas em áreas de colonização alemã no Vale do Itajaí (SC), em que mostra que a articulação da atividade agrícola com a indústria têxtil por parte dos colonos é uma prática recorrente, mas que só a partir de 1930 passa a se configurar como uma prática de agricultura em tempo parcial e os agricultores se constituem em uma categoria híbrida. A autora coloca que esta situação começa a delinear-se na região por escassez de terras que compromete a reprodução social do grupo familiar, no mesmo momento em as indústrias tiveram seu primeiro impulso (1930/40). Nesse sentido, Seyferth (1973) coloca que colonos com pouca terra se aproximam das fábricas. Assim, a renda proveniente passa a ser a alternativa do grupo familiar para garantir sua reprodução, ou seja, todo indivíduo ou grupo social, à medida que se sente "ameaçado" em sua conjuntura social, busca alternativas para poder se fortalecer frente às dificuldades enfrentadas. É nesse momento que se aventura em novas formas de reprodução, as quais, normalmente, são encontradas dentro do contexto local em que o indivíduo ou grupo social figuram.

(...) afasta-se toda e qualquer forma de exercício de atividades extra-agrícolas ou até mesmo não-agrícolas (como artesanato, as atividades de turismo e lazer, entre outras), baseadas na idéia de que estas são estratégias de pequenos produtores ou dos camponeses para retardar seu desaparecimento iminente, ou para torná-los funcionais no interior do capitalismo (...). (SCHNEIDER, 1996, p. 18).

Desta maneira, para Schneider a abordagem teórica pertinente ao fenômeno da pluriatividade que ocorre no sul do País seria a condição de reprodução do produtor familiar. Outro exemplo que vem ao encontro das concepções teórico-metodológicas de Schneider é o estudo realizado por Anjos (1994), que analisa a presença da pluriatividade entre os produtores familiares do município de Massaranduba (SC), recorrendo à noção de colono-operário, a fim de explicar a conciliação da atividade agrícola com a indústria, não o distinguindo da noção de colono-operário determinada por Seyferth, embora apresentando um ambiente socioeconômico igual ao de Schneider.

Neste contexto, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) de 1996, as ocupações não-agrícolas cresceram na década de 90 a uma taxa de 3,7% ao ano – mais que o dobro da taxa de crescimento do país. Enquanto que o emprego agrícola, devido à mecanização das atividades de colheita dos principais produtos, vem caindo cada vez mais e rapidamente, a uma taxa de -1,7% ao ano. Nesse sentido, como aborda Schneider (2003), o tema das atividades rurais não-agrícolas (uma forma de pluriatividade) vem ganhando projeção nacional, podendo-se afirmar como mérito da inclusão desse tema nas pesquisas sociais brasileiras por parte de esforços de autores e equipes.

Assim, verifica-se nos anos 90 uma intensificação de “novas”³⁵ atividades agrícolas e não-agrícolas no campo brasileiro, impulsionadas por demandas específicas das classes média e alta urbana. Essas “novas” atividades atuam em “nichos” específicos de mercado, diferenciando-se das tradicionais “commodities” direcionadas ao mercado nacional e internacional, respondendo, assim, por uma produção “pós-fordista”. Entre essas atividades pode-se citar: piscicultura; criação de animais de alto valor agregado, como rã, scargort; produção orgânica de ervas medicinal e de temperos e condimentos; produção orgânica de verduras e legumes;

³⁵ Graziano da Silva coloca “nova” entre aspas porque muitas dessas atividades são antigas no meio rural brasileiro, mas só recentemente passaram a assumir importância econômica, tornando-se assim, importantes fontes geradoras de emprego e renda para a população rural brasileira.

turismo rural; fazenda-hotel e revitalização crescente de atividades tradicionais como o artesanato e agroindústria artesanal rural. (SILVA, 1996).

A nova realidade rural do município de Agudo contém atividades não-agrícolas que vêm se desenvolvendo, especialmente, através da agroindústria familiar rural, cuja produção é vista como uma nova fonte de renda e de oportunidade para uma melhor condição de vida dos pequenos produtores familiares. Desta maneira, de acordo com Vieira (1997), a pequena agroindústria rural surge do aproveitamento de excedentes da diversificação da produção, na medida em que as conjunturas são desfavoráveis quanto ao preço de sua produção agrícola e o produtor percebe no agro industrial uma forma de como aumentar sua renda.

A agroindústria é, neste caso, um prolongamento das atividades agrícolas, representando a sobrevivência do estabelecimento familiar de produção. A integração da agroindústria e da unidade familiar representa uma estratégia de reprodução e sobrevivência do produtor e sua família, na ausência de linhas de crédito e de uma política agrícola específica voltada para sua produção. (*Ibid*, 1997).

Nas dinâmicas adotadas na espacialidade rural de Agudo, salienta-se o traço comum entre o novo e o velho rural, que também pode ser entendido como a ruptura de relações de produção, que procuram transformar a territorialidade da espacialidade rural e elevá-la a um novo nível marcado pela heterogeneidade que, esfumando situações locais específicas, impede a generalização. Visto de outro modo, pode-se entender que sob temporalidades distintas somam-se territorialidades definidas pela atuação do grupo social sobre a natureza.

4 APORTES METODOLÓGICOS, INDICADORES DO COMPORTAMENTO E CENÁRIOS PARA A ESPACIALIDADE RURAL FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE AGUDO

Neste capítulo com o apoio da abordagem sistêmica e de seus procedimentos metodológicos se realiza a análise do objeto de estudo, reconhecendo indicadores do comportamento da espacialidade rural de Agudo e confrontando o Sistema Colonial Família com o Sistema de Produção Integrado ao Mercado e propondo cenários futuros.

Para compreender o velho processo colonial construído sobre a reterritorialização de imigrantes germânicos, criando espacialidades rurais, e entender as transformações ambientais, sociais, econômicas e culturais que definem os territórios coloniais e as suas dinâmicas, as quais se submetem ao promoverem atividades de produção econômica e reprodução socioeconômica, fez-se necessário optar por abordagens metodológicas, cujos procedimentos permitem análises complexas, envolvendo relações múltiplas acerca do objeto de estudo.

A necessidade de estabelecer correlações tridimensionais, envolvendo estudos têmporo-espacial e reconhecendo, ao mesmo tempo, a intensidade dos processos contidos no objeto que permitirão estabelecer as suas dinâmicas de forma plena, levou à procura de um aporte teórico-metodológico que correspondesse a esta necessidade, apontando para uma abordagem sistêmica aliada à abordagem histórico-descritiva.

A Metodologia Sistêmica foi incorporada aos estudos geográficos, na fase denominada de Nova Geografia, a qual proclamava a necessidade de se introduzir análises quantitativas, objetivando a ciência geográfica e consolidando-a como ciência no corpo do Conhecimento.

A Metodologia Sistêmica se constituiu na Geografia como abordagem ideal para seus estudos que, normalmente, envolvem quantidade de informações e exigem a aplicação da classificação, divisão, aglutinação e organização por grupos de dados pertinentes, criando-se os subsistemas. Esta metodologia tem servido aos propósitos da Geografia, principalmente para as análises complexas, como é o caso dos estudos regionais e da organização espacial.

Em seus estudos sobre as correntes metodológicas mais adequadas, quando da investigação geográfica, Christofolletti (1978) explicitou as possibilidades apresentadas por esta metodologia para estruturar elementos do espaço, agrupá-los e/ou dividi-los, conforme o caso. Tudo depende dos interesses da pesquisa e do pesquisador, dos processos que se aplicam ao funcionamento de qualquer elemento da organização espacial, como é o caso dos estudos dos padrões espaciais, no qual o conhecimento de como o território está organizado e se modifica assume importância para a Ciência.

Esta abordagem classificatória, estrutural e pragmática permite o uso de modelos aplicáveis às análises geográficas, a partir de pressupostos teóricos advindos de teorias disponíveis no conhecimento científico. As ciências em geral se servem deles e a abordagem sistêmica permite seu uso para melhor normatizar e descrever a realidade do objeto em estudo. A sistematização, ao trabalhar com subsistemas e com categorias amplas de informações e necessitando de análises simples, também “lança mãos” de modelos e, muitas vezes, na falta destes, cria paradigmas.

A análise de fenômenos geográficos, partindo de uma abordagem sistêmica, torna-se fundamental, pois permite que se estabeleçam relações, conectividades, e se atinja o objeto em sua essência, complexidade, interações ou simplesmente ligações possíveis de serem estabelecidas de forma tridimensional. Isto é, aplicar a teoria sistêmica nos estudos geográficos equivale a poder tramitar de um subsistema a outro, completando o conhecimento por meio das estruturas, processos, funções e formas apresentados por ele. Cada sistema por si compreende um conjunto de elementos e de ligações (relações) entre os elementos e o seu conjunto a que está ligado e entre os demais conjuntos.

Nesta perspectiva, o estudo das relações espaciais sob a abordagem sistêmica permite análises a partir do conhecimento das diversas relações que se estabelecem no sistema ou em algum de seus subsistemas e, até mesmo, entre os subsistemas, pois a visão do todo não é a soma das partes. As relações podem ocorrer entre os elementos de um sistema e, também entre os atributos de um elemento. Tudo é uma questão de escala de análise, pois a abordagem sistêmica, para Montibeller – Filho (2001) permite alcançar o objeto de estudo e, ao mesmo tempo, compreender as relações e as inter-relações existentes.

Deve-se entender que o procedimento sistêmico permite a visão holística por ter suas bases na Teoria Geral dos Sistemas e, a partir desta consideração, o fenômeno geográfico não pode mais ser estudado como único e simples. Mas visto como complexo, e que hoje se chama a atenção para esta nova forma de entendimento dos estudos geográficos. Portanto, ver relações em Geografia como um sistema, no qual as variáveis se articulam, resultando na apreensão do fenômeno e de suas articulações no plano espacial. Uma mesma organização espacial pode ter distintos sistemas em seu interior. Contudo, eles serão abertos, dinâmicos e interativos. Assim, para Christofolletti:

A aplicação da Teoria dos Sistemas aos estudos geográficos tem servido para melhorar focalizar as pesquisas e para delinear com maior exatidão o setor de estudo desta ciência bem como proporcionar reconsiderações críticas de muitos de seus conceitos. (CHRISTOFOLETTI, 1978, p. 1).

Entre os autores, o entendimento sobre sistemas e suas partes é o mesmo. No entanto, as denominações podem variar de autor para autor. Por exemplo, entende-se por sistemas o “conjunto de elementos e das relações entre eles e entre seus atributos”, no pensamento de Hall e Fagen (1956 *apud* CHRISTOFOLETTI, 1979, p. 1). Os sistemas são compostos por elementos ou unidades, relações, atributos, entrada (*input*) e saída (*output*). Outra definição explicativa é estabelecida por Muller (1965 *apud* CHRISTOFOLETTI, 1979, p. 1) que considera “sistema um conjunto de unidades de relações entre si”. Nesta perspectiva, a palavra “conjunto” implica em entender que as unidades possuem propriedades comuns, ou seja, o estado de cada unidade é controlado, condicionado ou dependente do estado das outras unidades componentes do sistema: os elementos e seus atributos.

O conjunto de um sistema ou subsistema se encontra organizado em função das inter-relações entre suas unidades e o grau de organização do “todo” equivale a dizer que ele é maior do que a soma de suas partes. Assim, os sistemas devem conter elementos ou unidades (que são as suas partes componentes), relações (os elementos integrantes do sistema devem se encontrar inter-relacionados, um dependendo do outro, através de ligações que apontam fluxos), atributos (qualidades que se atribuem aos elementos ou ao sistema), entrada ou input (constituída por aquilo que o sistema recebe) e saída ou output (as entradas

recebidas pelo sistema sofrem transformações em seu interior antes de serem encaminhadas às saídas do sistema). (*Ibid*, 1979).

Esta abordagem e seu procedimento permitem alcançar a idéia de movimento e equilíbrio entre as partes componentes de um todo, o qual se denomina de sistema, pois sua existência determina e garante a funcionalidade das relações das partes (inter-relacionadas) e de suas funções. Portanto, alcançar a dinâmica das espacialidades rurais em territórios coloniais e perceber suas mutações no tempo, determinadas pela transformação do objeto. Seguindo a sistematização, na concepção das dimensões integrantes do todo (sistema), entendidas estas dimensões como sendo os subsistemas, serão tantas quanto se poderá identificar para atingir a compreensão da dinâmica dos processos em correlação tridimensional.

Além disso, ao fazer uso da Teoria Sistêmica, cabe salientar que a sua focalização pode ser realizada em escalas diversas. Porém, conforme a escala desejada para a análise deve-se ter em vista que cada sistema passa a ser um subsistema (ou elemento), quando se procura entender a categoria de fenômenos em outro nível de abordagem, estabelecendo interpenetração e alinhamento hierárquico. Concordando com Christofolletti (1979), quando se decide qual será o sistema a ser investigado, ou seja, definidos os seus elementos e as suas relações, torna-se mais fácil delimitá-lo no espaço e distinguir as suas unidades componentes, interligadas pelas relações internas e estabelecer os sistemas controlantes (meio rural visto como território colonial em um primeiro momento e que contém dupla-face: sociedade e natureza) e os sistemas sociais não controlados, que atuam sobre o sistema espacial em “organização”, através das relações externas, modificando o sistema controlante e, por terem uma estrutura flexível, empresta ao sistema toda a sua dinâmica. Aqui se anexa como sistema não-controlantes também os sistemas econômicos e políticos, que atuam ora juntos, ora separados.

Os sistemas controlantes, no objeto de estudo devido ao seu caráter, foram submetidos a constantes transformações, alterando-se sua espacialidade em escala temporal, cujos elementos de seus subsistemas foram responsáveis pela dinâmica formadora da espacialidade rural de Agudo.

Outro aspecto importante, que diz respeito à Teoria Sistêmica, é a noção de equilíbrio ou desequilíbrio. Em verdade, o equilíbrio e o desequilíbrio são frutos das

relações estabelecidas pelo sistema, que podem representar o ajustamento ou não de seus elementos internos às condições externas. Isto significa dizer que as formas e seus atributos apresentam valores dimensionais de acordo com as influências exercidas pelo sistema sociedade-natureza, que se empresta como controlador da qualidade e da quantidade de matéria a fluir pelo sistema.

Assim, a noção de “equilíbrio”, em Rosnay (1975), é usada ao se falar em sistemas, principalmente quando se mencionam os sistemas naturais. Porém, “equilíbrio” pode transmitir uma noção estática, o que não é verdade para os sistemas que possuem elementos de natureza instáveis, como é próprio dos estudos em Geografia Humana. O autor também usa o termo de “estabilidade dinâmica” (*steady state*), e diferencia um estado estacionário de um estado estático, em que o segundo transmite a idéia de imutabilidade, enquanto que o primeiro traz implícita a noção de homeostase (resistência à mudança).

Quando se observa a presença de um fluxo de forças, de acordo com Morin (1977), há constante reação do sistema às mudanças internas e externas e a conseqüente busca do ponto harmônico neste jogo de forças. Entretanto, o enfoque sistêmico não indica soluções, mas se caracteriza por ser uma forma de detectar problemas que de outra maneira não seriam vistos. Por estas razões, se propõem correlações tridimensionais.

Outra característica importante dos sistemas nos estudos de Rosnay (1975) é sua estrutura aberta, que permite uma relação permanente com seu entorno (troca de matéria, energia, informações), cuja interação é constante. Um modificando o outro e, por sua vez, sendo modificado e se apresenta em uma escala tempo-espacial.

Entretanto, cada sistema tem seu limite, muitas vezes, fisicamente determinado para caracterizar sua individualidade e garantir seu funcionamento, caracterizando, também, o mecanismo de homeostase, segundo Morin (1977), com resistência à entrada de agentes externos e efeitos do funcionamento de sistemas do seu entorno. Por outro lado, é totalmente aberto, permitindo trocas com o meio.

Assim, todo sistema físico está constituído de elementos sujeitos ao tempo, pois dele dependem as suas variações, demonstrando a importância da ação do tempo nas considerações dos sistemas. Além disso, torna-se necessário contextualizar historicamente cada realidade, pois o contexto cultural de cada época

determina as formas de relações predominantes, em se tratando da espécie humana em relações entre si e com o seu entorno. Pode-se, assim, reconhecer os estágios de transformação que ocorreram e marcaram estas mudanças, advindas de saltos qualitativos provocados pela saturação quantitativa no/do objeto, sistema ou subsistema que acumula elementos em quantidade e obedece a uma concepção sistêmica - dialética desenvolvida por Miorin (1989) e defendida por Santos (1985).

O aspecto cronológico deve ser considerado em função do tempo, das respostas de cada elemento de um sistema frente à determinada relação, seja com outro componente interno do sistema, ou com um agente externo, cuja ação humana também pode estar presente. (*Ibid*, 1977). A cronologia permite também o desenvolvimento da abordagem histórica - descritiva no conhecimento do objeto. Neste caso, ela pode ser considerada como outra abordagem e/ou servir à compreensão no interior do sistema.

Neste contexto, trabalhar a realidade agrícola em uma perspectiva sistêmica traz consigo a constatação efetiva da complexidade, considerando não apenas a diversidade ecológica que compõe o meio rural, mas também as interações dinâmicas que ocorrem entre os aspectos ambientais, socioculturais, econômicos e políticos institucionais.

Desta forma, para Gliessman (1992), o caráter analítico vigente até então falha ao ignorar as circunstâncias, a realidade e as necessidades da maioria dos pequenos agricultores, pois o reducionismo, a excessiva quantificação, a crença na verdade objetiva leva a ignorar as conseqüências sociais da atividade agrícola. Isto vem se caracterizando como um obstáculo à análise das atividades agrícolas como um todo, especialmente as desenvolvidas em estabelecimentos familiares, as quais dependem da integração de todos os elementos (social, ambiental e econômico) para tentar soluções de como produzir satisfatoriamente e competir de forma igualitária nos mercados.

Além disso, faz-se necessário considerar a dimensão temporal, citada anteriormente, uma vez que o sistema agrícola em análise é produto da história das relações de uma sociedade rural com seu meio. Ainda que na atualidade a dimensão temporal não se faça visível no estudo de sistemas agrícolas, é necessário o desenvolvimento de metodologias que permitam desvendá-la.

Definido o objeto de estudo do presente trabalho – Dinâmicas das espacialidades rurais em territórios coloniais – torna-se necessário expor que o sistema agrícola familiar e suas partes componentes (subsistemas) passaram por modificações, imprimindo lhes intensas dinâmicas em escala temporal. Os subsistemas considerados em suas particularidades e a existência de dinâmicas transformadoras, centradas em sistemas externos, influenciaram a espacialidade rural e imprimiram nela alterações e feições próprias e intrínsecas aos territórios coloniais. Portanto, cabe ressaltar que no período da colonização ocorreu um sistema de produção familiar de subsistência, próprio das áreas coloniais, o qual foi incorporando subsistemas devido à necessidade de estabelecer interações com o modelo de desenvolvimento vigente no País.

A Colônia Santo Ângelo (hoje município de Agudo) desenvolvia um sistema agrícola diferente do atual, o qual foi denominado de Sistema Colonial Familiar e, no decorrer de sua evolução, novos processos foram sendo agregados, até atingir o período da difusão do processo de modernização da agricultura. Observa-se que a mudança para uma nova dinâmica, ou seja, a passagem de um sistema de organização socioeconômico para outro, ocorre de forma gradual, em cuja temporalidade é anexada outras atividades, que levam à futura mudança de modelo. Assim, ocorreu com o modelo até então vigente na Colônia Santo Ângelo, por ocasião de sua transformação, que resultou no Sistema de Produção Familiar Moderno.

O Sistema Colonial Familiar revela as relações⁵⁴ de produção e o seu desenvolvimento no período da Colônia Santo Ângelo, o qual tinha como subsistemas: o *Subsistema Político (dimensão política)*, representado pelo Governo Provincial, cujo objetivo era a ocupação de espaços estratégicos nas fronteiras do Rio Grande do Sul; o *Subsistema Sociocultural (dimensão sociocultural)*, representado pelo grupo social germânico, que imprimiu no espaço seu modo de vida, formando o Território Colônia de origem germânica, na Colônia Santo Ângelo; o *Subsistema Ambiental (dimensão ambiental)*, representado pelos recursos naturais existentes na espacialidade de Colônia Santo Ângelo, permitindo a adaptação dos imigrantes germânicos a este meio; e o *Subsistema Econômico (dimensão*

⁵⁴ Considera-se aqui as relações de produção da Colônia Santo Ângelo com as demais formas de ocupação do seu entorno, italianos, descendentes de portugueses e nativos.

econômica), representando a produção e as relações de produção dos colonos que formavam a Colônia, definidas pela produção diversificada de subsistência, chegando ao abastecimento local e regional. (Figura 1).

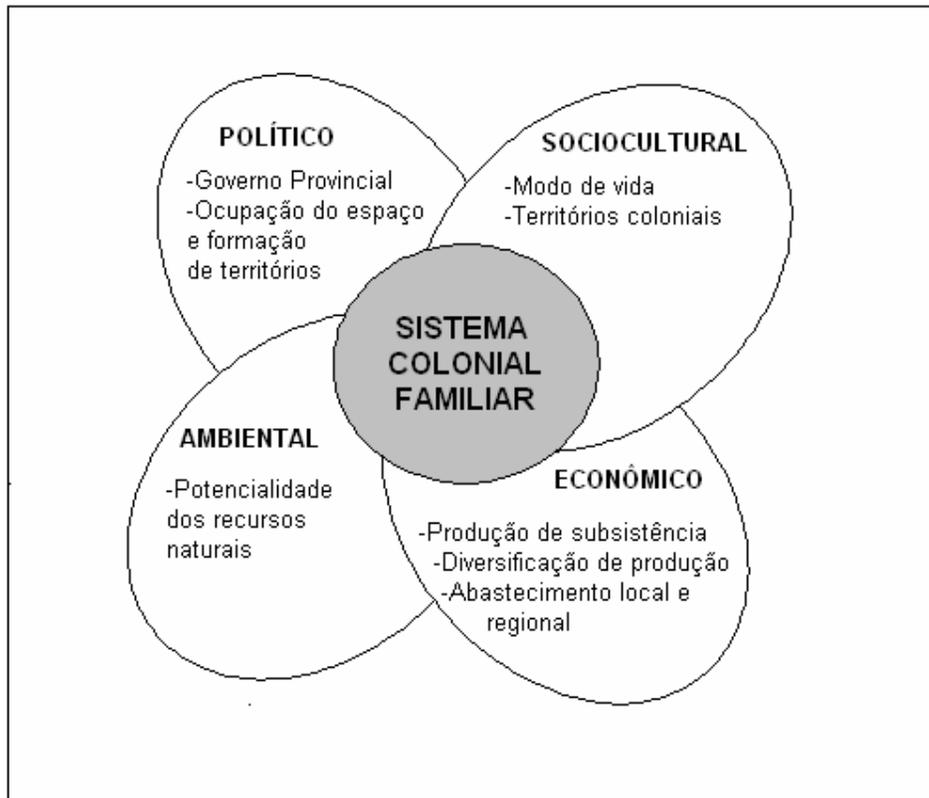


Figura 1– Modelo do Sistema Colonial Familiar na Colônia Santo Ângelo.

Org: Lisane Regina Vidal.

Portanto, cada subsistema influenciava significativamente na constituição e no crescimento da Colônia Santo Ângelo, resultando na formação e no reconhecimento do Território Colonial Germânico (atual município de Agudo). Assim, o processo de evolução da Colônia Santo Ângelo apresentou fases diferenciadas motivadas pela adaptação ao meio, às novas funções que o imigrante desenvolvia no conjunto colonial, agora denominado colono, nesta espacialidade rural, e pelas atividades que eram desenvolvidas, atendendo às necessidades que a sociedade colonial exigia.

Ao ser reconhecida a existência destas fases diferenciadas, que também podem ser denominadas de estágios do Modelo Colonial, entende-se que elas são oriundas de transformações que ocorreram na espacialidade rural do Sistema

Colonial Familiar, devido às necessidades do grupo social. Detectadas através do referencial teórico, foi possível periodizar os três tempos demarcados por datas que, por sua vez podem sofrer variações numéricas, para mais ou para menos. Portanto, as datas contidas nos estágios podem apresentar imprecisão, pois se trata de uma aproximação. Desse modo, identificaram-se três (3) estágios diferenciados, cuja causa passa a ser conseqüência de um novo estágio e assim, sucessivamente. É possível, portanto, deduzir que na base da seqüência temporal destes três estágios existe uma relação de causa e conseqüência, modificadora das relações na espacialidade rural. (Miorin, 1989).

O primeiro estágio identificado teria iniciado por ocasião da criação da Colônia Santo Ângelo em 1855, indo até 1860. Ele se caracterizou por relações iniciais entre sociedade e natureza e pela formação da espacialidade rural, com a criação do Território Colonial Germânico, cujas atividades produtivas procuravam atender às necessidades básicas de sobrevivência. Neste estágio, também se identifica a criação de novas formas de caráter humano (as casas, as picadas, o paiol, a lavoura, a cerca e outros), formando a espacialidade rural. (Figura 2).

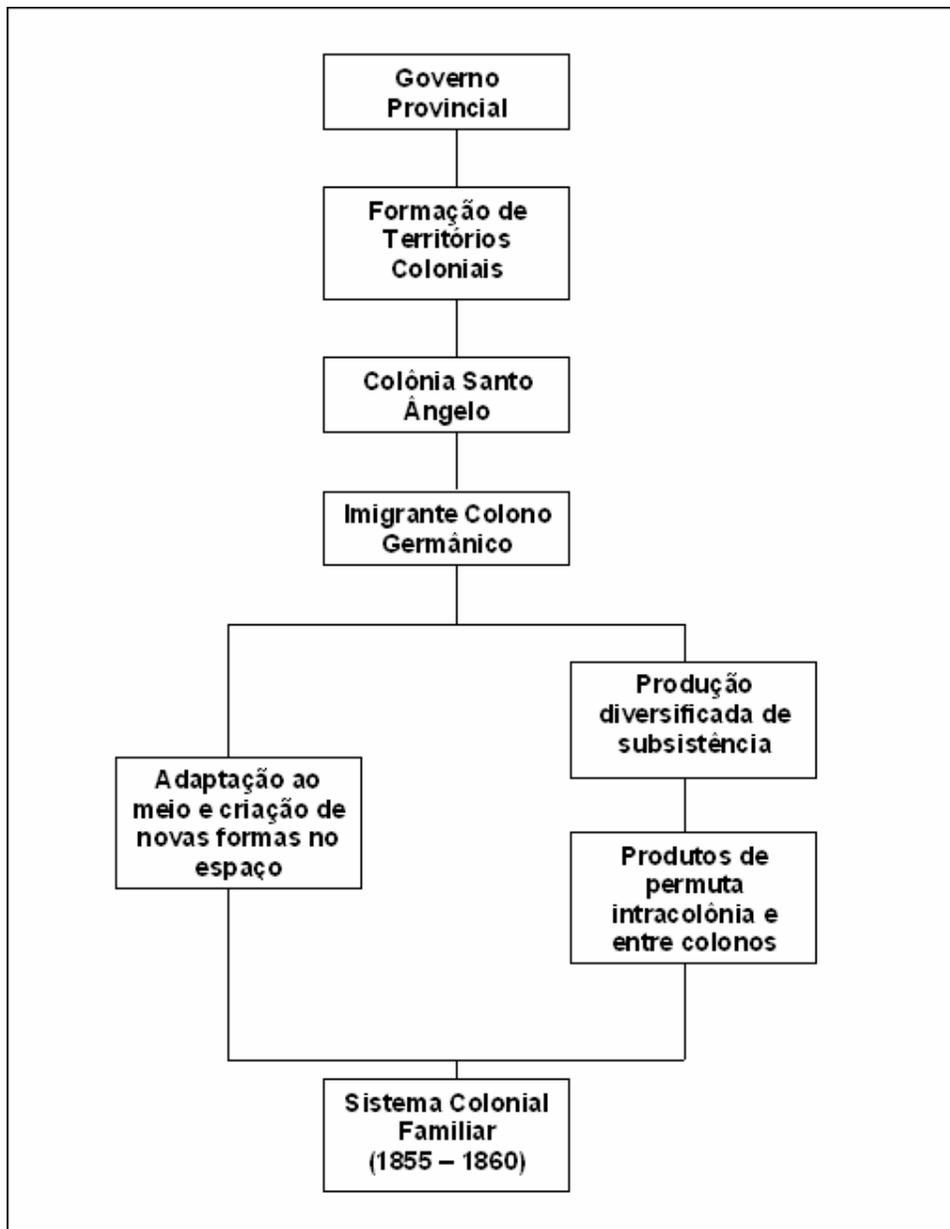


Figura 2– Organograma do Primeiro Estágio do Sistema Colonial Familiar na Colônia Santo Ângelo (1855-1860).

Org: Lisane Regina Vidal.

O segundo estágio da Colônia Santo Ângelo compreende o período de 1860 até a instalação da Vila, em 1938. Os colonos, que já produziam para a subsistência e utilizavam seu incipiente excedente para realizar o comércio de troca, viam no aumento do volume de produção a formação de excedente e na diversificação das atividades que se incorporavam, o caminho para conquistar o mercado local e

regional e alcançar centros urbanos como Porto Alegre. Este comércio permitiu que o colono atingisse uma reprodução social mais ampla, como aquisição de vestuários e equipamentos de produção, entre outros. Este período teve como características a anexação ao que já vinha sendo praticado (subsistência) de outros meios de produção (aquisição de maquinaria) e por se apresentar o grupo familiar com melhores condições sociais. (Figura 3).

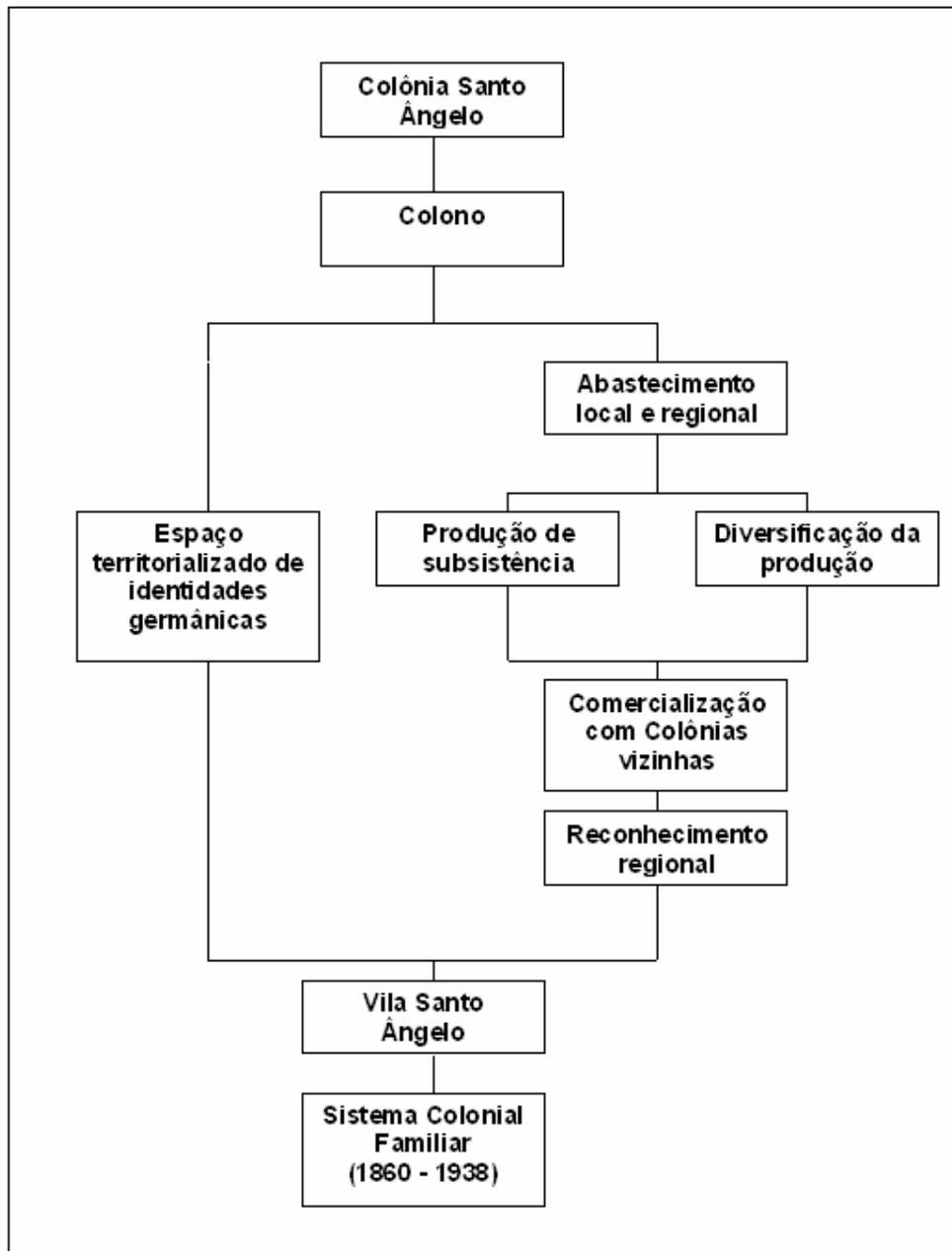


Figura 3 – Organograma do Segundo Estágio do Sistema Colonial Familiar na Colônia Santo Ângelo (1861-1938).

Org: Lisane Regina Vidal.

O terceiro estágio compreende o período de 1939, envolvendo a época da emancipação formando um novo município e alcançando a fase da modernização da agricultura (1960). É caracterizado pela intensificação das relações de produção e reprodução dos colonos. Esta intensificação se faz tanto em caráter social quanto de produção, pois o colono começou a produzir para o mercado, aumentando o volume vendido e diminuindo a extensão da lavoura de consumo, ou seja, ele reverte a antiga relação subsistência/mercado para mercado/subsistência.

Isto foi possível porque o município se projetou regionalmente e foi reconhecido como “forte” produtor. Desse modo, o colono passou a ser também um agricultor. Do ponto de vista do sistema de produção, acredita-se que este estágio esteja demarcado por sistemas de produção intensiva, cuja intensidade será maior ainda na fase em que se anuncia a modernização da agricultura no Brasil, com forte apoio político do Estado. (Figura 4).

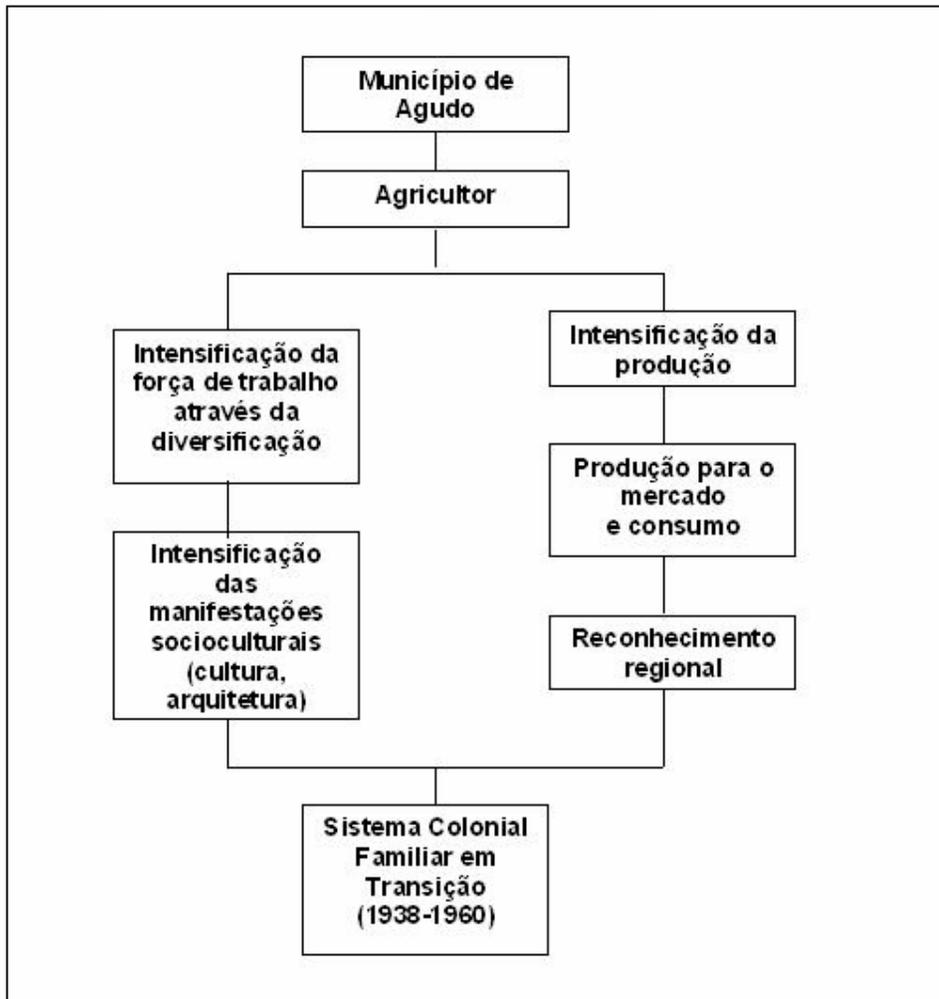


Figura 4 – Organograma do Terceiro Estágio do Sistema Colonial Familiar (1938-1960).

Org: Lisane Regina Vidal.

O Sistema Colonial Familiar na Colônia Santo Ângelo foi responsável pelos elementos, pelas relações e pela organização no interior de sua espacialidade rural, revelando o posicionamento de seus subsistemas e elementos existentes, que ocupam sua hierarquia. Além de expor suas correlações entre os sistemas, dando origem aos estágios de organização contidos no sistema.

O referencial teórico também permitiu reconhecer a presença de mudanças provocadas no velho sistema colonial, em decorrência de políticas econômicas provenientes de sistemas maiores, de caráter nacional e internacional, dos quais resultaram profundas inter-relações entre seus subsistemas, por ocasião da adoção

da modernização que ocorreu no rural brasileiro. O modelo entendido pode ser visualizado na Figura 5.

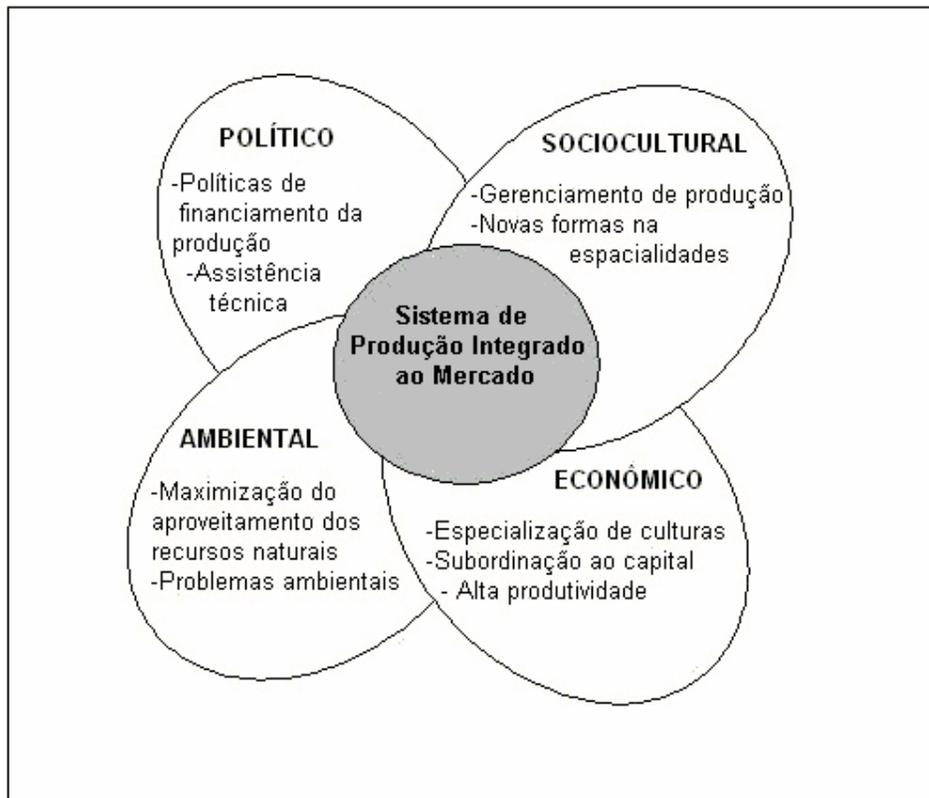


Figura 5- Modelo do Sistema de Produção Integrado ao Mercado vigente no setor econômico nacional.

Org: Lisane Regina Vidal.

Em outros momentos surgiram, no contexto da evolução deste modelo, novas orientações político-econômicas, como os complexos agroindustriais, devido à intensificação do setor industrial, que se impôs sobre os subsistemas, interferindo em suas relações e promovendo, na produção rural, novas dinâmicas que interferiram até mesmo no conceito de rural.

4.1 Procedimentos da pesquisa e técnicas

Os procedimentos utilizados na investigação podem ser organizados pelas seguintes fases:

Inicialmente, tem-se a revisão bibliográfica dos conceitos-chaves, que direcionam ao entendimento das concepções teóricas que envolvem o objeto de estudo. Neste momento, buscou-se abordar e analisar os conceitos-chave: território, territorialidade, desterritorialidade e reterritorialidade nas perspectivas econômicas, sociais e culturais do processo de imigração. Além disso, foram trabalhados os conceitos referentes à colonização, produção, comercialização, relações de poder, pluriatividade, atividades agrícolas e não-agrícolas na perspectiva do sistema econômico em que se inserem no desenvolvimento municipal (local).

No estudo do referencial teórico foi utilizado o procedimento da periodização histórica descritiva, visando alcançar as relações e inter-relações que envolvem o objeto de investigação, na tentativa de atingir os estágios de transformação decorrentes das dinâmicas que impõem mudanças nos elementos que constituem o sistema.

No tratamento da sistematização do referencial empírico, foi necessário coletar informações históricas e estatísticas a respeito do município de Agudo, junto ao IBGE, FEE, INCRA, EMATER, IRGA, AFUBRA, Secretária da Agricultura e Instituto Histórico Alemão de Agudo. Neste estudo foram abordadas as instâncias: natural (relevo, vegetação, solo, clima e água), social (grupos sociais) e econômica (atividades de produção e reprodução), caracterizando a espacialidade e revelando o objeto em análise, o município de Agudo.

Uma vez construídas as informações necessárias a respeito do referencial teórico e empírico exigidos pelos objetivos do trabalho, foi organizado o referencial técnico, de acordo com o método adotado, entendendo-o como o mais adequado aos objetivos gerais e específicos propostos no trabalho.

A seguir, foram traçadas as técnicas de investigação, que pudessem responder aos objetivos construídos no trabalho, que dizem respeito às atividades de produção e reprodução dos produtores familiares de Agudo. Desse modo, optou-se pela utilização de um “instrumento de investigação” junto a estes produtores familiares, a fim de coletar informações sobre os sistemas anteriormente referidos e

que compõem o objeto de estudo, suas características inerentes bem como dos produtores e de seus estabelecimentos por toda a espacialidade municipal. Teve-se como pretensão que estas características permitissem conhecer o modelo atual que define esta espacialidade rural. O instrumento também atendeu a uma seqüência de indagações, que alimentaram o conhecimento dos subsistemas componentes, facilitando entendimento da realidade e capaz de alimentar a construção de cenários.

Desta maneira, por se tratar de uma espacialidade de origem colonial, significando a presença de uma uniformização de hábitos, sistema de produção, cultura, religião e outros elementos próprios dos indivíduos, foi possível considerar um percentual de 2,4% do universo dos estabelecimentos familiares, que passaram a ser investigados em uma totalidade de 2279 estabelecimentos rurais familiares. Desse modo, foram aplicadas 55 entrevistas durante os meses de agosto, setembro e início de outubro de 2006, cujo universo de informações obedeceu às indagações contidas no instrumento, as quais constituíram as variáveis de estudo (Apêndice 1).

Para a aplicação do instrumento de investigação, se recebeu o apoio da Secretaria Municipal de Agricultura de Agudo, e orientações sobre a distribuição dos produtores familiares do município, de acordo com as localidades que melhor se apresentavam, por conter significativo número de produtores familiares a serem visitados, como: Várzea do Agudo, Porto Alves, Porto Agudo, Picado do Rio, Cerro Chato, Linha dos Pomeranos, Linha Teotônia, Rincão do Pinhal, Complexo da Serra, Linha São Pedro, Rincão do Mosquito, Novo São Paulo, Nova Boêmia, Linha Boêmia, Linha Morro Pelado e na cidade, devido à localização de uma agroindústria artesanal familiar. Além dessas orientações, a Secretaria Municipal de Agricultura cedeu um veículo, colocando uma equipe à disposição para assessorar e acompanhar o levantamento das informações.

4.2 Coleta de dados

O Instrumento de investigação foi estruturado em conjunto de variáveis, cuja divisão indica os interesses de conhecer através de seus indicadores o comportamento da espacialidade rural familiar. O instrumento de coleta em campo

foi dividido por grupos de variáveis a serem questionadas atendendo a interesses específicos sobre o sistema de produção que se acredita ocorrer, constituindo assim a tipologia das variáveis.

No primeiro conjunto de variáveis a qual se denomina de *Identificação do Estabelecimento*, buscou-se o entendimento sobre o estabelecimento que estava sendo investigado. Para tal, se indagou sobre a localização do estabelecimento familiar; quantas pessoas compõem o conjunto familiar e quantas compõem da força de trabalho do estabelecimento; se sempre morou no local e há quanto tempo; o grau de escolaridade do responsável pelo estabelecimento; a existência de aposentados e a renda média do estabelecimento; e, principalmente, se seus antepassados eram descendentes de imigrantes germânicos.

Esta etapa possibilitou caracterizar o estabelecimento familiar bem como saber se este público ainda cultua a descendência germânica.

No segundo conjunto de variáveis, denominada de *Estrutura do Estabelecimento*, buscava resposta sobre o estabelecimento, ou seja, suas características formais (colonial - modernizado), seu tamanho, arranjos produtivos, forma de ocupação e matriz produtiva.

Assim, indagou-se sobre: a situação do produtor; dimensão da terra e culturas; tamanho do estabelecimento e qual o comportamento da dimensão da terra nos últimos dez (10) anos; a topografia das lavouras e se continuam produzindo o mesmo que seus antepassados; tipo de eletrificação rural, água disponível e telefonia rural; formas de financiamentos e de assistência técnica; e as benfeitorias, máquinas e equipamentos existentes no estabelecimento.

No terceiro conjunto de variáveis, denominada de *Funcionalidade da Produção no Estabelecimento*, pretendeu-se coletar informações sobre como o produtor administra seu estabelecimento e sobre as práticas de conservação dos recursos naturais por ele adotadas. Desta maneira, questionou-se sobre: a utilização de mão-de-obra (função e tempo de contratação) no estabelecimento; as práticas de conservação e análise do solo; tipo de adubo utilizado e de quem recebe orientação para a aplicação; água disponível para irrigação (tipo e a que se destina); forças de trabalho usadas pelo estabelecimento; e a utilização de agrotóxicos (culturas, tempo de uso, tipos, formas de aplicação e mão-de-obra usada, equipamentos de proteção, orientação e destino das embalagens).

O quarto conjunto de variáveis, denominado de *Operacionalização e Transformação dos Produtos Agropecuários*, teve como preocupação a transformação da produção pela produção familiar e seu destino, ou seja, procurava-se identificar a pluriatividade na produção familiar. Assim, indagou-se sobre: quais os produtos que o estabelecimento produz e quais transformam.

No quinto conjunto de variáveis, denominada de *Armazenamento, Comercialização e Mercado da Produção*, desejava-se saber como o produtor familiar armazena os produtos transformados e, no caso, dos agricultores que vendem esta produção, como que ela acontece e como o mercado a recebe. Para tal, indagou-se sobre: local de armazenamento e comercialização dos produtos transformados; como se realiza a comercialização e quais os principais problemas ao realizá-la; fatores contabilizados na formulação de preços e os que favorecem a comercialização; sazonalidade da comercialização e benefícios trazidos por ela; além dos principais produtos comercializados e o tipo de orientação recebida para efetuar a comercialização.

O sexto conjunto de variáveis referia-se exclusivamente às *Atividades Não-agrícolas*. Desejava-se saber sobre os benefícios para o grupo familiar desta atividade, bem como o porquê da realização esta atividade. Assim, perguntou-se sobre: de quem foi a iniciativa; vantagens; renda bruta oriunda da atividade; e quem trabalha nela.

O último conjunto de variáveis do instrumento de investigação trata das preocupações com o futuro desejando, isto é, saber quais seriam as *Perspectivas do Estabelecimento*. Para tal, indagou-se sobre: aumentar ou diminuir o estabelecimento; vender o estabelecimento; pretensão de aumentar a transformação artesanal e o que será necessário crescer para tal.

Após a aplicação das técnicas, as informações foram analisadas de forma a responder as indagações e atingir aos objetivos propostos, de reconhecer a existência do sistema de produção integrado ao mercado (novo sistema) que identifica a dinâmica e onde ainda se faz presente o sistema colonial familiar (velho sistema) na espacialidade rural de um território colonial tendo como exemplo a espacialidade rural do município de Agudo.

Uma vez estabelecido o reconhecimento dos traços do velho e do novo sistema, pode-se construir os cenários integrados e, desta forma, usufruir de uma das principais ferramentas para o desenvolvimento local e regional.

4.3 Ferramentas de auxílio na investigação

Para o estudo das variáveis, fez-se uso da estatística na confecção de tabelas e gráficos, bem como do Software Sistema de Informações Geográficas (Spring) para confecção de mapas temáticos dos recursos naturais do município.

Também se fez uso de máquina digital fotográfica para retratar a espacialidade rural do município de Agudo.

Para o tratamento e a codificação de dados e de informações coletadas no instrumento de investigação, foram utilizadas como ferramentas as planilhas de Microsoft Excel, para posterior aplicação de técnicas adequadas, em que se fez uso do Programa Estatístico, *Statistica*, desenvolvido pela Microsoft em programação C/C++, USA, 1984-1995 e o Programa *Harvard Graphics* desenvolvido pela Que Corporation, 1989.

4.4 Análise dos resultados dos Indicadores do comportamento da espacialidade rural familiar: município de Agudo

Neste subtítulo se realiza a análise dos dados coletados, de acordo com o instrumento de investigação aplicado na área em estudo. Salienta-se que as questões abordadas foram organizadas em conjuntos de variáveis no instrumento de investigação em campo, para responder ao questionamento e as indagações formuladas sobre a dinâmica das espacialidades rurais em territórios coloniais, tendo como exemplo o município de Agudo.

Desta maneira, as questões abordadas procuram responder sobre os traços comuns entre o velho (Colônia Santo Ângelo) e o novo (atual) sistema de produção familiar rural, levando em consideração as rupturas das relações de produção que, sob temporalidades distintas, deram forma à espacialidade rural atual de Agudo. No tratamento dos dados coletados em campo (ver Apêndice 1), na análise das informações e em seu relacionamento, buscava-se estabelecer o reconhecimento dos traços do velho e do novo sistema, possibilitando a construção de cenários

integrados e, desta forma, usufruir de uma das principais ferramentas para o desenvolvimento local e regional.

4.4.1 Apresentação e análise dos resultados das variáveis sobre a identificação do estabelecimento

Trata-se do primeiro conjunto de variáveis, cujos dados foram alimentados por 55 entrevistas aplicadas no meio rural do município de Agudo e tendo por motivação a possibilidade de caracterizar os estabelecimentos familiares, de acordo com a dimensão de área, a diversificação da atividade agrícola e o tipo de trabalho. Saber se eles conservam os antigos hábitos de produção da cultura germânica, que impregnava o velho sistema, se estes hábitos foram transferidos e em que atividades eles podem ser reconhecidos.

Entre as respostas, pode-se considerar que 23 entrevistados tiveram como atividade principal em seu estabelecimento a produção de fumo. Para 22 seria a produção do arroz a atividade principal. A produção de morango está restrita a três entrevistados como atividade principal. Também aparece o cultivo de flores com duas entrevistas, enquanto que para cinco entrevistas destacam-se as agroindústrias artesanais familiares como principal atividade.

As análises também revelam que a produção nos estabelecimentos familiares do município de Agudo está intimamente relacionada com o comportamento do relevo. Os estabelecimentos que respondem pela produção do arroz e pela produção de morango encontram-se localizados em áreas de várzea (ao longo da margem do Rio Jacui, na parte sul e oeste do Município). Assim, das localidades entrevistadas, a produção de arroz é representativa em Porto Alves, Várzea do Agudo, Picada do Rio, Cerro Chato e Porto Agudo, e a produção de morangos em Rincão do Mosquito e Cerro Chato. (Fotografia 1).



Fotografia 1 – Lavoura de arroz em Agudo.

Fonte: Trabalho de campo realizado de agosto a outubro de 2006.

Com relação aos estabelecimentos que produzem fumo, eles se encontram em áreas mais íngremes ou inclinadas, identificando as antigas áreas de colonização, como no norte, nordeste e sudeste do Município, cujas localidades estão representadas por: Linha dos Pomeranos, Linha Teotônia, Rincão do Pinhal, Complexo da Serra, Novo São Paulo, Picado do Rio, Rincão do Mosquito, Linha São Pedro, Porto Agudo, Nova Boemia e Linha Boemia. (Fotografia 2).



Fotografia 2 – Lavoura de fumo em Agudo.

Fonte: Trabalho de campo realizado de agosto a outubro de 2006.

Porém, na atividade da agroindústria artesanal familiar e na produção de flores, as entrevistas foram aplicadas em todo o universo identificado por estas atividades, uma vez que o município possui apenas cinco agroindústrias e duas floriculturas rurais. Desta maneira, na atividade da agroindústria as entrevistas foram realizadas nas localidades de Linha Teotônia, Linha Morro Pelado, Rincão do Mosquito e na área urbana de Agudo e, na produção de flores as entrevistas foram realizadas nas localidades de Várzea do Agudo e Cerro Chato. Estas atividades são consideradas novas no meio rural e se encontram sintonizadas com os elementos do novo sistema. Ver Mapa 2 (página 25) e Mapa 9 (página 120, a seguir).

A atividade do fumo é encontrada na maioria das localidades, sendo que a maior parte dos estabelecimentos guarda uma distância entre 11 a 20 km da cidade e apresenta uma distribuição mais homogênea no Município. Enquanto que na produção de arroz, a maioria dos estabelecimentos se encontra entre 6 e 10 km do perímetro urbano, cujas localidades possuem características específicas e necessárias à produção, por exemplo, as condições de relevo e a presença de água.

Identifica-se a presença de novas atividades, que foram lentamente sendo incorporadas na evolução de um para outro cultivo, e de novas agregações, como se pode verificar em relação às agroindústrias, que estão situadas no entorno do perímetro urbano de Agudo (5 km no máximo). E devido a vias de acesso para o escoamento da produção, como também à maior abrangência da assistência técnica da EMATER, a qual possui maior atuação sobre pequenos estabelecimentos periféricos à zona urbana, beneficiando os produtores familiares situados nesta faixa de distância urbana. A produção de morango e flores, também se situa próxima ao perímetro urbano (máximo 5 km). Destaca-se que estas duas culturas estão fortemente vinculadas às vias de escoamento da produção, tendo seus pontos de venda ao longo das rodovias.

O número de pessoas que tomam parte nas atividades de produção nos estabelecimentos varia de uma a oito, que se distribuem conforme as atividades agrícolas. Entretanto, na produção de fumo, arroz e morango, há uma estabilidade de ocupação na classe de 2 a 4 pessoas envolvidas, determinando a média de membros familiares ocupados por estabelecimento familiar.

No que diz respeito ao número de pessoas que fazem parte do conjunto familiar observa-se que os estabelecimentos que possuem de 2 e 4 pessoas representam 86,36% dos que produzem arroz, 47,82% dos produtores de fumo e 67% dos estabelecimentos de morango. Já os estabelecimentos que contam com 4 a 6 pessoas representam 47,82% dos produtores de fumo, 100% dos produtores de flores e 60% dos que desenvolvem a agroindústria. O número de pessoas que fazem parte do conjunto familiar tem relação direta com a mão-de-obra utilizada no estabelecimento, pois se verifica na produção de fumo a maior variação (2 a 6 pessoas) trabalhando. Isso se deve por ser uma atividade que necessita muito da mão-de-obra braçal em todas as fases da produção (preparo da terra, preparação das mudas, plantio, capina, colheita, classificação do produto e prensagem para comercialização).

Na produção de arroz observa-se menor variação (1 a 4 pessoas) e a predominância de 2 pessoas (45%), por ser uma atividade caracterizada pela mecanização, em que grande parte do processo produtivo é feito por máquinas agrícolas. Em contrapartida, as demais atividades apresentam particularidades. Por exemplo, a produção de morango não tem significativas variações quanto à força de trabalho (2 a 3 pessoas), enquanto que na atividade da agroindústria se observa maior variação, podendo ser realizada por apenas 1 pessoa (caso da Agroindústria Mel Schiermer), variando de 2 a 4 pessoas nas demais (Agroindústria da cana-de-açúcar, Agrodoce, Agroindústria Produtos da Terra e Irmãos Prade). Já a produção de flores é realizada por 2 ou 6 pessoas, sendo que esta última faz uso da contratação de empregados para a viabilização de sua atividade.

No que se refere ao grau de instrução dos responsáveis pelo estabelecimento familiar, observa-se que 87,27% dos produtores entrevistados possuem o Ensino Fundamental Incompleto, sendo que a maioria destes cursou até a 4ª Série. Esta é a realidade do homem do campo em todo o país e o município de Agudo não foge à regra. Mas vislumbra-se uma mudança, pois a maioria de seus filhos está concluindo o Ensino Médio e muitos destes acabam cursando Ensino Superior. Por outro lado,

estes filhos de agricultores, que deixam o município para estudar dificilmente retornam.

Em relação ao tempo de residência dos produtores no município (Gráfico 1), verifica-se que tanto os produtores de fumo quanto os de arroz residem há mais de 20 anos. Isto se explica porque entre as famílias é passada de pai para filho a responsabilidade de cuidar da propriedade, ou seja, o valor que representa a terra para estes produtores como, também, a perpetuação da produção desses produtos ao longo dos anos. Nas demais atividades ocorrem maior diversidade quanto ao tempo de residência, que alicerçado ao acesso de novas informações, decorrentes da aproximação com a cidade, e a vivência de um passado remoto, com apenas uma atividade de produção destinada ao comércio (antigos produtores de fumo), possibilita a mudança ou até mesmo variar as formas de obtenção de renda, fazendo com que estes produtores busquem novas fontes. Por exemplo, o produtor de arroz, que resolveu produzir flores, e o antigo produtor de fumo, que após sua aposentadoria, resolveu buscar uma ocupação para sua família.

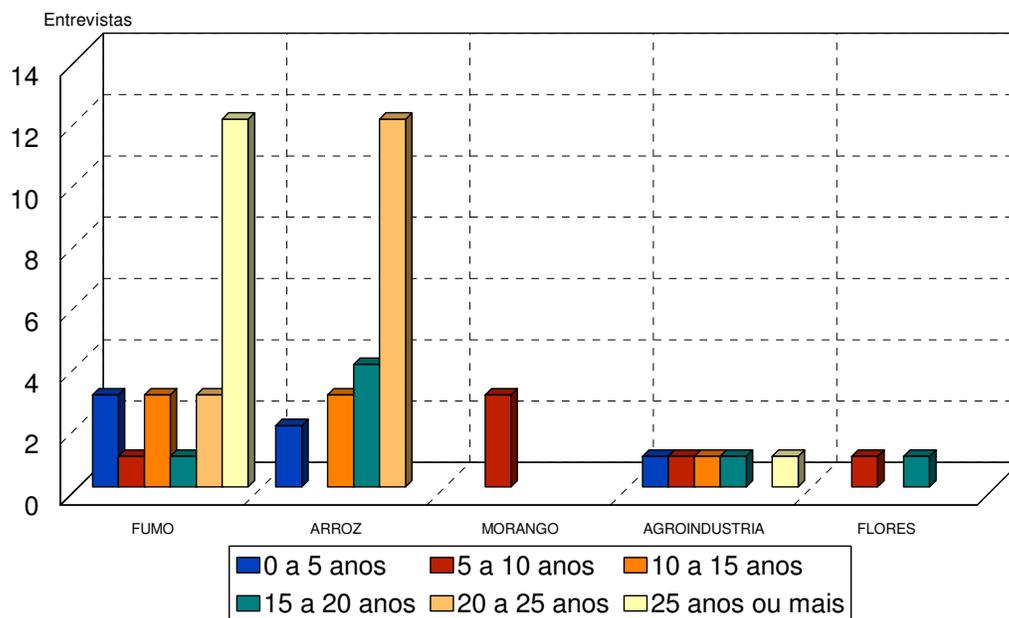


Gráfico 1 - Tempo de residência dos produtores familiares na espacialidade rural, município Agudo, RS.

Fonte: Trabalho de campo realizado de agosto a outubro de 2006.

Org: Lisane Regina Vidal.

No que diz respeito a origem dos produtores, observa-se que eles são descendentes de imigrantes podendo-se dizer que a maioria da população municipal possui entre seus antepassados pelo menos um de origem germânica. A presença desta herança cultural, transmitida por gerações, comprova que no processo de reterritorialização estão presentes “as marcas do passado” transportadas de um para outro espaço e que a cultura e os conhecimentos adquiridos perpassam tempo e espaço. E isto não tem sido diferente no município de Agudo que tem abrigado e absorvido suas transformações.

A respeito da existência de aposentados nos estabelecimentos familiares, verifica-se sua presença em 34,78% dos estabelecimentos produtores de fumo, 31,81% dos estabelecimentos produtores de arroz, 60% dos estabelecimentos que desenvolvem a agroindústria e 50% dos estabelecimentos que produzem flores. Nos estabelecimentos produtores de morango, não foram encontradas pessoas aposentadas.

De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Agudo, o município possuía em 2005, aproximadamente 2000 aposentados rurais, cujos recursos, muitas vezes, representam a manutenção, produção e reprodução dos produtores familiares, especialmente nos estabelecimentos mais desprovidos de recursos. O que se torna mais preocupante é que esta realidade não é vivenciada apenas no município de Agudo, mas sim em todo o País, uma vez que a pobreza no campo brasileiro passa, ao longo dos anos, por uma ascendência. E esta situação só tende a aumentar, uma vez que não há políticas públicas adequadas à realidade e à necessidade do pequeno produtor, responsável pelo abastecimento interno brasileiro. Assim, é interessante mencionar que agricultora familiar vive o dilema de: se alimentar ou garantir a próxima produção? E, por outro lado, a aposentadoria no meio rural sustenta a permanência de uma parcela considerável da população. (Gráfico 2).

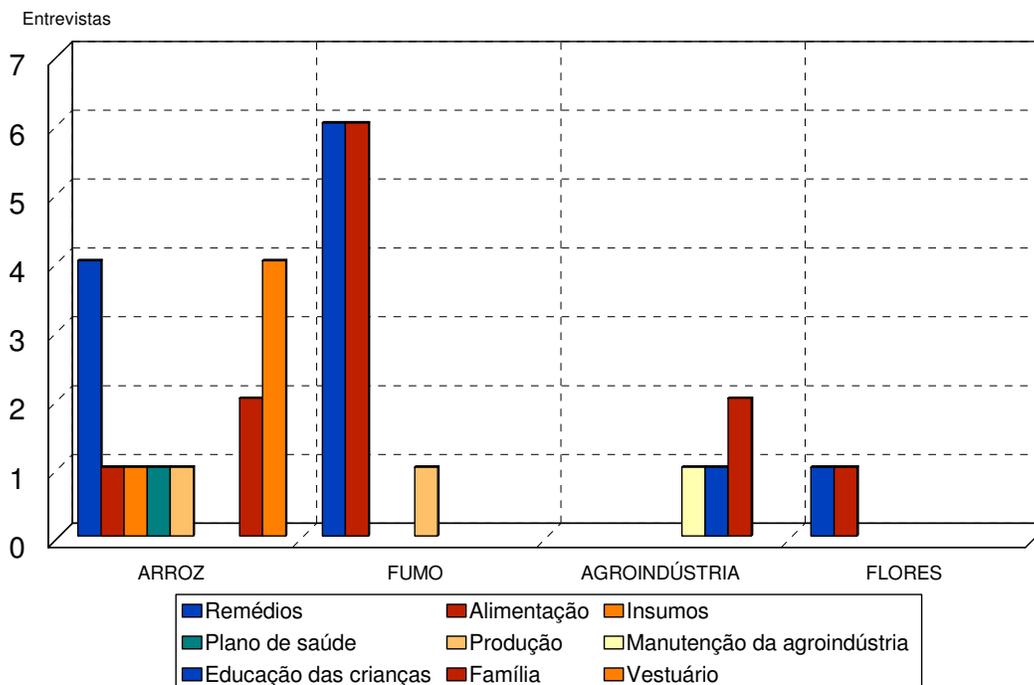


Gráfico 2 - Destino dos recursos da aposentadoria rural nos estabelecimentos familiares especializados, município de Agudo, RS.

Fonte: Trabalho de campo realizado de agosto a outubro de 2006.

Org: Lisane Regina Vidal.

A última informação coletada do primeiro conjunto de variáveis diz respeito à renda mensal familiar destes produtores. Observa-se que na produção de fumo 73,91% ganham até 3 salários mensais, na produção de arroz 90,9% ganham acima de 2 salários mensais, na produção de morango e na atividade da agroindústria 66,6% e 75% ganham entre 3 a 4 salários, respectivamente, e na produção de flores todos ganham entre 2 a 4 salários mensais. Assim, torna-se evidente que a atividade menos rentável é a produção do fumo, tanto economicamente quanto à mão-de-obra e à saúde do produtor rural. Em contra partida, a atividade da agroindústria mostra-se como a mais rentável e não menos importante toda a gama de autonomia e preservação do meio ambiente que ela proporciona ao produtor familiar.

As informações deste primeiro conjunto de variáveis mostram que o município de Agudo possui pequenos produtores familiares descendentes de imigrantes germânicos e que continuam preservando seus costumes e utilizando toda a mão-de-obra disponível para garantir sua reprodução socioeconômica.

4.4.2 Estrutura do estabelecimento

No tocante a forma de ocupação do estabelecimento familiar, verifica-se que em todas as culturas, 69,09% dos produtores são proprietários, merecendo destaque àqueles que arrendam a terra para plantio (produtores de fumo e arroz) aumentando o seu estabelecimento. Esta prática é utilizada pelos produtores de fumo por representar, às vezes, a única forma de conseguir produzir o volume necessário para se manter no meio rural. Entre os que arrendavam terra, significativa parte deles já conseguiu adquiri-la, através do Programa do Governo Federal Banco da Terra.

O cultivo do arroz se faz sobre terras próprias e arrendadas e tem por finalidade aumentar a área produzida de seu estabelecimento. As terras que são arrendadas pertencem a proprietários que não possuem maquinário necessário para este tipo de lavoura e acabam transformando a terra em “terra de negócio” aumentando sua renda.

Nas demais atividades produtivas (morango e flores) e da agroindústria, predomina a propriedade da terra e do estabelecimento. Entre as agroindústrias, quatro delas têm propriedade individual e uma é companhia limitada, sendo os proprietários donos da terra e dos negócios sobre ela.

As análises permitiram verificar que em 60 % dos entrevistados a propriedade da terra nem sempre pertenceu à família, pois a tradição de passar a responsabilidade do estabelecimento para os filhos e partilhar a terra por herança fez com que diminuísse a área a constituir novos estabelecimentos. Isto explica o porquê da diminuição do tamanho dos estabelecimentos familiares, desde a época da colonização. As famílias foram crescendo, dividindo a terra e, ao mesmo tempo, necessitando de mais terra para plantio. Tal situação estimulou o comércio de compra e venda de pequenos lotes entre parentes, bem como de outras famílias para anexação de área. Na maioria das vezes, vizinhos de divisa de terra, que não utilizavam totalmente sua propriedade ou aqueles que se obrigavam a vender parte destas para quitar dívidas adquiridas.

Destaca-se que tal prática não só permitiu o surgimento dos minifúndios como também descaracterizou o tamanho dos lotes coloniais do antigo sistema.

Independente do tipo de cultura a ser produzido, observa-se que a preservação das matas ocorre em sua totalidade em estabelecimentos que possuem menor área, ou seja, aqueles de até 20 hectares. Eles também são os que possuem o total de terras inaproveitáveis, ou seja, terras muito íngremes ou com algum impedimento para produzir. Também, são os que apresentam a totalidade das pastagens naturais. Igualmente chama-se a atenção para as razões que colocam a agricultura familiar como unidade ideal para se obter uma produção baseada na preservação do meio ambiente, ocupação de mão-de-obra e reprodução socioeconômica no meio rural.

As entrevistas permitiram o entendimento de que os produtores familiares continuam cultivando os mesmos produtos de seus antepassados, como é o caso do fumo, que é atividade agrícola principal entre 86,4% dos produtores. O arroz é a atividade principal em 91,3%, dos estabelecimentos. Estes percentuais identificam o fumo e o arroz como atividades importantes e que oferece condições de renda aos estabelecimentos sendo que, a significativa maioria deles se dedica as duas atividades.

O morango ocupa destaque entre 66,7% dos produtores, enquanto que as flores ocupam 50%. Porém, estas atividades são restritas a determinados grupos de estabelecimentos, isto é, àqueles de menor área disponível à produção e próximos da cidade. (Fotografia 3).



Fotografia 3 – Produção de morango em Agudo.

Fonte: Trabalho de campo realizado de agosto a outubro de 2006.

Observou-se que os produtores rurais de Agudo continuam desenvolvendo um sistema policultor característico do antigo sistema colonial familiar, mas inovaram no processo produtivo, adotando novas tecnologias e novas relações de produção comercial, advindas do processo de modernização que bem conheceram. Entretanto, continuam preservando maneiras de “como lidar com a terra”, ou seja, eles preservam os conhecimentos adquiridos das gerações passadas e os relacionam às novas tecnologias. Um exemplo é a cultura do fumo que apesar de novos equipamentos para produzir as mudas, o chamado “canteiro de bandejas”, não é raro entre os produtores fazer uso do antigo “canteiro de chão”.

No caso dos produtores que desenvolvem a agroindústria, essa realidade é totalmente diferente, ou seja, cerca de 80% deles não vive da mesma produção que seus antepassados. Isso se deve à mudança de relações sociais de produção e da matriz produtiva, uma vez que se dedicam à atividade agrícola e não-agrícola (agroindústria) sendo que alguns vivem apenas da atividade não-agrícola.

Estas novas relações revelam-se como a principal mudança que se operou no meio rural do município de Agudo.

Entretanto, estes produtores familiares também preservam a cultura germânica, pois apoiaram a sua reprodução não-agrícola nos conhecimentos de seus antepassados, sobre a transformação artesanal que era destinada ao abastecimento interno familiar. Agora, essa transformação tem por objetivo a comercialização, ou seja, passou-se do “consumo do excedente para, a venda do excedente”. Portanto, estes produtores se reproduzem socioeconomicamente através da atividade agroindústria e também mantém o seu estabelecimento industrial. (Fotografias 4 e 5).



Fotografia 4 – Instalações da Agroindústria de Cana-de-açúcar em Agudo.

Fonte: Trabalho de campo realizado de agosto a outubro de 2006.



Fotografia 5 – Instalações da Agroindústria Irmãos Prade em Agudo.

Fonte: Trabalho de campo realizado de agosto a outubro de 2006.

Observam-se alguns aspectos interessantes a respeito do que era produzido pelos imigrantes e seus descendentes que mantém as duas culturas principais no município - fumo e arroz – e que sempre foi a sua principal fonte de renda, bem como permanecem cultivando outros produtos (milho, mandioca, feijão, cana-de-açúcar, batata-doce e hortaliças) para o abastecimento interno do estabelecimento familiar.

Os produtores, que atualmente têm na atividade da agroindústria sua principal fonte de renda, eram, na sua maioria, produtores de fumo, que deram o salto qualitativo, possibilitando, além de uma produção mais saudável, também preservar os costumes de seus antepassados e, se não elevando a renda, pelo menos a mantendo com mais segurança, pois não se encontram sujeitos diretamente às intempéries da natureza. Deve-se considerar que estas atividades são geradoras de emprego, tanto para o conjunto familiar como desencadeando o emprego indiretamente em setores de prestação de serviços.

Os antepassados dos produtores de morango e de flores eram cultivadores de fumo e arroz respectivamente, que se constituíam em fonte de renda familiar. (Fotografia 6). Eles também se caracterizavam pela policultura de abastecimento interno familiar. Mas como os seus estabelecimentos se tornaram não-rentáveis devido à diminuição da dimensão da terra disponível, muitos trocaram sua matriz produtiva e outros anexaram nova matriz produtiva.



Fotografia 6 – Produção de flores em Agudo.

Fonte: Trabalho de campo realizado de agosto a outubro de 2006.

Entretanto, o fumo, arroz, milho, mandioca e hortaliças de modo geral ainda fazem parte da policultura de abastecimento interno em estabelecimentos de pequena área. (Tabela 5).

Tabela 5 – A diversidade de produção em estabelecimentos familiares especializados no município de Agudo, 2006.

Produtos	Produtor	Produtor	Produtor	Agroindústria	Produtor
	Arroz	Fumo	Morango		Flores
Trigo		1,6%			
Arroz	37%	6,3%	16,7%		42,9%
Milho	18,5%	23,4%	16,7%		14,3%
Mandioca	16,7%	7,8%	16,7%		14,3%
Hortaliças	9,3%	3,1%	16,7%		14,3%
Cana-de-açúcar	1,9%	4,7%			
Batata-doce	7,4%	6,3%			
Fumo	1,9%	31,3%	16,7%	75%	
Feijão	7,4%	12,5%		25%	
Batata		1,6%			14,3%
Amendoim		1,6%			
Morango			16,7%		
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Trabalho de campo realizado de agosto a outubro de 2006.

Org: Lisane Regina Vidal.

Os produtores continuam cultivando estes produtos por necessidade de geração de renda no âmbito familiar, seguido do solo propício e dos hábitos de vida em cultivar sempre estas culturas, como é o caso dos produtores de fumo. A permanência da cultura do fumo está relacionada à alta possibilidade de retornos financeiros e os produtores familiares do município de Agudo tendem a continuar com este cultivo, por ser uma atividade que possibilita o sustento familiar, mesmo com pouca área plantada. Por exemplo, lavouras com dimensão entre 0,5 a 1,5 hectares, independentes de sua fisionomia.

O fumo, por ser uma atividade integrada ao Capital Financeiro (Indústrias Fumageiras), garante ao produtor familiar os insumos para a produção e mercado de colocação da produção, não precisando que o ele tenha de investigar os mercados de colocação. A realidade atual identifica que o produtor não fica sem plantar e muito menos sem mercado para seu produto.

No caso dos produtores de arroz, a principal razão de continuarem com essa atividade é o solo propício, a experiência na atividade, o fato de que sempre viveram dessa cultura e, por último, a geração de renda. Estes motivos demonstram que tanto o produtor de fumo como o de arroz carregam, enraizado em seu modo de vida, a identidade de serem produtores especializados, em meio a uma área cujos valores históricos identificam o indivíduo pela cultura que ele desenvolve como produtor de fumo ou produtor de arroz.

Com relação ao tamanho dos estabelecimentos familiares no município de Agudo, as análises mostram que a maioria dos estabelecimentos possui até 30 hectares e que ocorre maior concentração das atividades produtivas (fumo, morango, flores e agroindústria) nos estabelecimentos que possuem até cinco hectares, permitindo entender que é nos pequenos estabelecimentos que está ocorrendo a mudança do modo de produção e da matriz produtiva do Município.

A produção de arroz se encontra distribuída homoganeamente e está presente em estabelecimentos que possuem de cinco hectares a mais de 50 hectares, por ser uma atividade que necessita de áreas mais extensas para a produção, como também planas. É em função desta capacidade que os pequenos estabelecimentos de base familiar têm de absorver novas formas de produção e novas formas de cultivos. Muitos concordam que a agricultura de base familiar é a unidade de produção capaz de garantir, permanência de famílias produtivas no campo e sustentabilidade sócio-ambiental, ao contribuir positivamente para o conjunto da economia municipal.

A respeito da área dos estabelecimentos, o que se observa nas análises é que vem sofrendo alteração em sua dimensão. Nos últimos dez anos, 65,45% da área dos estabelecimentos permaneceu inalterada e em 27,27% dos estabelecimentos, a área aumentou, especialmente devido à aquisição de terras vizinhas. Isto também serve para explicar o êxodo rural crescente, alicerçado na diminuição de área, que é calculada em 7,27% dos estabelecimentos para os últimos dez anos. Acredita-se que entre as causas da diminuição dos estabelecimentos se encontra o endividamento dos produtores familiares, principalmente as dívidas do processo produtivo com pouco retorno.

O tipo de topografia que as lavouras ocupam nos estabelecimentos familiares está relacionado com a forma como os agricultores vêem o relevo onde plantam suas culturas. Nota-se que os que cultivam arroz produzem, na maior parte, em

terras de várzea, seguido das encostas moderadas, onde cultivam outros produtos para o abastecimento interno do estabelecimento. Os produtores de fumo e os que desenvolvem a agroindústria cultivam seus produtos em áreas de encosta moderada, seguida das terras de várzea, que normalmente são pequenas áreas planas ao longo do Rio Jacuí. Já os produtores de morango têm a maior parte de suas lavouras em áreas de encosta moderada, seguido de áreas planas, enquanto que nos estabelecimentos dos produtores de flores ocorre o contrário. Assim, os tipos de cultivo realizados em diferentes topografias, no Município, não se alteraram com a modernização, pois dependendo do tipo de relevo e de solo, as culturas e o modo de fazer se diferencia, revelando um conhecimento que é transmitido de geração para geração. (Tabela 6).

Tabela 6 – Formas topográficas e localização das lavouras dos estabelecimentos familiares especializados no município de Agudo, RS.

Culturas/ Topografia	Arroz	Fumo	Morango	Agroindústria	Flores
Terras de várzea	61,1%	17,1%	33,3%	27,3%	66,7%
Terras de vale	2,8%	8,6%	—	18,2%	—
Encosta moderada	27,8%	54,3%	66,7%	27,3%	—
Encosta acentuada	5,5%	8,6%	—	9,1%	33,3%
Terras de morros	2,8%	11,4%	—	18,2%	—

Fonte: Trabalho de campo realizado de agosto a outubro de 2006.

Org: Lisane Regina Vidal

Com relação às técnicas de modernização adotadas nos estabelecimentos, existe mudança significativa, pois os estabelecimentos familiares possuem energia elétrica oriunda da rede pública de distribuição. Entretanto, no que diz respeito ao abastecimento de água interno do estabelecimento, existe uma assimetria entre o velho e o novo sistema. Observa-se que em estabelecimentos produtores de fumo e arroz, a principal origem da água é do poço comum. Já nos estabelecimentos que produzem morango e os que realizam a atividade da agroindústria, a principal origem da água é o poço artesiano. Nos estabelecimentos que cultivam flores, o abastecimento de água se dá somente através do poço comum. Nos

estabelecimentos que produzem arroz, encontramos a maior variedade de fontes abastecedoras, o que se explica por sua necessidade para produção. Por outro lado, cabe ao produtor familiar se garantir das mais diversas formas de obtenção de água para manter a sua produção.

Quanto aos meios de comunicação disponíveis nos estabelecimentos, as análises mostram que a maioria deles possui acesso ao celular, no total de 60%, e apenas 1% dos estabelecimentos entrevistados não possui nenhuma forma de comunicação.

A respeito das formas de financiamentos realizadas pelos produtores familiares no Município, verifica-se a presença do PRONAF como principal forma de financiamento entre os produtores de fumo e os que desenvolvem a agroindústria. Com relação ao PRONAF, especialmente nos pequenos e mais carentes estabelecimentos, é comum o uso deste recurso para o sustento familiar no decorrer do ano. Usa-se o PRONAF para suprir as carências do conjunto familiar até a safra. Mostrando que este recurso destinado ao desenvolvimento da agricultura familiar, às vezes, é aplicado em outras necessidades. Cabe ressaltar que esta prática não é restrita somente ao município de Agudo. Ela retrata uma realidade brasileira, especialmente nos municípios cuja base econômica está na pequena agricultura familiar carente de recursos e de políticas públicas adequadas. (Gráfico 3).

Desta forma, faz-se necessário o poder público repensar novas e adequadas políticas públicas para a agricultura familiar, afim de que estes recursos promovam o desenvolvimento das unidades de produção.

O uso do PRONAF aparece também em estabelecimentos que produzem arroz, sendo que nesta atividade a principal forma de financiamento provém de empréstimos bancários. Os produtores que têm o morango como sua principal fonte de renda não utilizam nenhuma forma de financiamento.

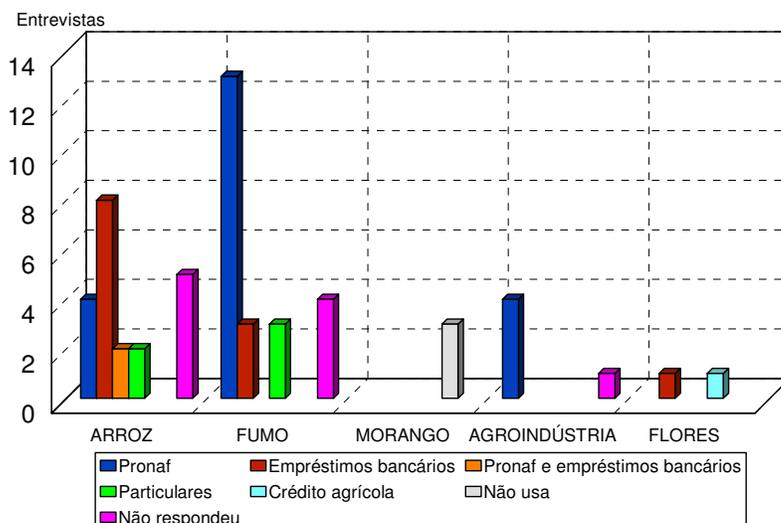


Gráfico 3 – Proveniência dos financiamentos nos estabelecimentos familiares especializados, município de Agudo, RS.

Fonte: Trabalho de campo realizado de agosto a outubro de 2006.

Org: Lisane Regina Vidal.

O recurso de financiamentos realizado pelos produtores familiares tem vários destinos. Na produção de arroz são utilizados para a aquisição de insumos, processos produtivos, gastos familiares, na propriedade, na compra de maquinários e de automóveis. Os produtores de fumo também o destinam para diversas finalidades, como a aquisição de insumos, a construção de benfeitorias, na compra de maquinários, gastos familiares e pagamento de empregados. Já na agroindústria, estes recursos são aplicados na própria, ou seja, eles são destinados à infraestrutura, produção, enfim, ao desenvolvimento da atividade de reprodução familiar.

Na produção de flores, estes recursos são destinados à aquisição de insumos e construção de estufas. O uso mais adequado das políticas de financiamento se verifica em novas atividades do meio rural, enquanto que na produção de fumo, os produtores, muitas vezes, utilizam para o sustento familiar, denotando que, nesta atividade, o produtor não está conseguindo se reproduzir no meio rural e na produção.

Quanto à assistência técnica no estabelecimento familiar, percebe-se que os produtores de fumo utilizam a da Empresa Fumageira à qual se encontram integrados, seguido da agrônômica e veterinária, que são contratadas para orientar nas demais culturas e na criação de animais no estabelecimento familiar. Na agroindústria, na produção de morango e na produção de flores, observa-se que a

assistência dos técnicos da EMATER é a principal e também determinante para o desenvolvimento das atividades. Além disso, a agroindústria se serve da assistência técnica do SEBRAE e agronômica.

A maioria dos estabelecimentos dos produtores de arroz recebe assistência técnica das cooperativas, da qual são sócios e entregam seus produtos, e também recebem assistência técnica da EMATER e assistência veterinária. Porém, existem alguns estabelecimentos que não recebem nenhum tipo de assistência técnica.

Ainda a respeito da assistência técnica nos estabelecimentos familiares, observa-se que ela acontece de forma esporádica em 43% a 63%. Permitindo entender que ela acontece quando o produtor vai ao seu encontro. Existem alguns estabelecimentos que são mais bem assistidos, como é o caso dos produtores de arroz e fumo, que recebem assistência técnica mensalmente, e os estabelecimentos das agroindústrias, que recebem assistência técnica anualmente. Entretanto, consideram-se de importância que a assistência técnica prestada aos estabelecimentos familiares fosse mais difundida, especialmente naqueles situados em áreas de difícil acesso e mais distantes da zona urbana do município.

Além disso, cabe ressaltar que a EMATER encontra-se mais presente nas áreas mais próximas à cidade e menos presente nos estabelecimentos produtores de fumo. Isto se deve, especialmente, à produção de fumo ser uma atividade integrada a um complexo agroindustrial e possuir técnicos que dão assistência aos produtores. Apesar disso, estes se encontram carentes de assistência nas outras culturas desenvolvidas no estabelecimento, pois se considera de extrema importância o acesso a diferentes opiniões e conhecimentos sobre os cultivares, sendo a presença da EMATER fundamental para o acompanhamento e desenvolvimento da produção das unidades familiares.

Com relação a benfeitorias, máquinas e equipamentos dos estabelecimentos familiares utilizados durante o processo de produção, pode-se constatar que todos os estabelecimentos têm benfeitorias adequadas a cada tipo de produção realizada e indicam que ocorreu modernização nos estabelecimentos familiares do município de Agudo, com a inserção desta no sistema de produção para os mercados.

Os pequenos estabelecimentos foram obrigados a se modernizarem para poder competir e se manter nos mercados, ocorrendo a inserção de novas formas de produção na especialidade rural em diferentes temporalidades, decorrentes das

novas relações de reprodução que o momento exigia, marcando a espacialidade e, em muitos momentos, definindo novas territorialidades. (Tabela 7 e 8).

Tabela 7 - Benfeitorias utilizadas pelas atividades dos estabelecimentos familiares especializados no município de Agudo, RS.

Culturas/ Benfeitorias	Arroz	Fumo	Morango	Agroindústria	Flores
Casa	22	23	3	5	2
Galpão	18	23	2	5	2
Silo	2	—	—	—	1
Forno de estufa	1	23	—	—	—
Agroindústria	—	—	—	5	—
Estufas	—	—	—	—	2
Total de estabelecimentos entrevistados	22	23	3	5	2

Fonte: Trabalho de campo realizado de agosto a outubro de 2006.

Org: Lisane Regina Vidal.

Tabela 8 - Máquinas e equipamentos utilizados pelas atividades dos estabelecimentos familiares especializados, no município de Agudo, RS.

Culturas/Máquinas e equipamentos	Arroz	Fumo	Morango	Agroindústria	Flores
Trator	22	23	—	5	2
Colheitadeiras	6	—	—	5	2
Arado	1	23	3	—	1
Carroça	1	23	—	—	—
Plantadora	7	—	—	—	—
Pulverizador	2	—	—	—	—
Reboque	15	—	—	—	—
Disco hidráulico	2	—	—	—	—
Capinadeira	1	—	—	—	—
Nivelador	1	—	—	—	2
Batedor	—	—	—	1	—
Tanques	—	—	—	1	—
Panelões	—	—	—	3	—
Lavador	—	—	—	1	—
Cilindro	—	—	—	1	—
Forno de assar	—	—	—	3	—
Maçadeira	1	—	—	1	—
Total de estabelecimentos entrevistados	22	23	3	5	2

Fonte: Trabalho de campo realizado de agosto a outubro de 2006.

Org: Lisane Regina Vidal.

As análises permitem responder as indagações a respeito da inserção dos estabelecimentos familiares no sistema de produção para o mercado e indicam a existência de um afastamento gradativo das características colonial, indo em direção de um sistema de produção integrado ao mercado. Isto vem ocorrendo desde a instalação do processo de modernização da agricultura, que desencadeou as transformações na espacialidade rural de Agudo, bem como provocou as mudanças na matriz produtiva, nos arranjos produtivos e na nova forma de ocupação dos estabelecimentos familiares.

Decorrente desta dinâmica evidencia-se a presença, ainda que pequena, do antigo sistema colonial familiar, principalmente na valorização da diversidade da produção. Atualmente se dá prioridade à produção para o mercado, deixando em segundo plano a subsistência. Hoje, é comum alguns produtores adquirirem fora o que antes cultivavam, pois o direcionamento da produção dos estabelecimentos é para atender às exigências do mercado.

4.4.3 Funcionalidade do estabelecimento

Quanto ao uso de mão-de-obra no estabelecimento familiar, as análises indicam que os que produzem fumo contratam esporadicamente 38,88% de mão-de-obra e os produtores de arroz contratam 42,85% de sua mão-de-obra. Por outro lado, na produção de morangos, todos os produtores entrevistados não utilizam mão-de-obra contratada, enquanto que na atividade da floricultura, todos possuem mão-de-obra contratada.

Na agroindústria, apenas um dos estabelecimentos faz uso de mão-de-obra contratada, pois as atividades desenvolvidas dependem da força de trabalho familiar disponível no estabelecimento e por ser uma atividade relativamente nova e de baixo volume de produção.

Pode-se entender que os estabelecimentos familiares pouco contribuem para a geração de emprego no meio rural, pois se trata de estabelecimentos pequenos, ainda que intensivos de produção.

A contratação de pessoas ocorre durante o período do plantio/colheita. Na atividade da produção de fumo existe o chamado “troca de dia”, ou seja, quando

uma ou mais famílias reúnem-se para realizar o trabalho em seus estabelecimentos ordenadamente. Por outro lado, ao contratarem mão-de-obra, eles se classificam como produtor integrado ao sistema de produção de mercado e, neste caso, trata-se de produtores familiares modernos, mantendo a característica de ajuda mútua herdada do sistema colonial familiar.

A quantidade de pessoas contratadas no estabelecimento familiar varia de uma a duas e este número ocorre em 70% dos estabelecimentos que contratam mão-de-obra. Há casos em que este número se eleva para mais pessoas, dependendo do tipo e volume de produção e, especialmente, do poder aquisitivo do produtor familiar.

Os estabelecimentos produtores de arroz costumam contratar mão-de-obra especializada no manuseio de equipamentos para a colheita. Esta contratação ocorre em 58,33% dos estabelecimentos. Enquanto que na produção de fumo, a contratação de mão-de-obra especializada é de 66,66% e ela é utilizada para o plantio e colheita da produção, por ser uma atividade que requer elevado número de mão-de-obra, por ser um trabalho totalmente manual.

Na produção de flores, o trabalho especializado divide-se entre o plantio e todo o tipo de serviço que necessite ser realizado. Na atividade de agroindústria, a contratação se restringe à especialidade de doceiras.

Além disso, observam-se diferentes formas de utilização desta mão-de-obra, prevalecendo na produção de fumo o safrista (durante a safra), enquanto que na produção de arroz ocorre a diversificação quanto ao tipo de mão-de-obra, por exemplo, tem-se o safrista, diarista, mensalista e o trabalhador durante todo o ano. Já na produção de flores, tem-se a diarista e o safrista e na atividade da agroindústria, utiliza-se apenas o tipo de emprego de diarista.

As práticas de conservação do solo nos estabelecimentos familiares mais utilizadas, por ordem de importância, são: plantio direto, curva de nível, forrageiras e rotação de culturas, sendo que o tipo e a intensividade da prática depende do tipo de cultura e das necessidades de cada estabelecimento. Entre os produtores familiares há a preocupação em amenizar os danos causados pelo processo produtivo, bem como em conservar os recursos disponíveis no estabelecimento, uma vez que os mesmos se encontram agredidos em função da ausência de práticas de conservação no decorrer do tempo.

Esta situação faz com que a realização da análise do solo nos estabelecimentos seja comum, cuja prática ocorre em 77,23% dos estabelecimentos de produção de arroz, 86,95% nos estabelecimentos de produção do fumo, em 60% nos de atividade agroindustrial e em 100% nos estabelecimentos de produção de flores. Entretanto, na produção de morangos acontece o contrário dessa realidade, ou seja, 66,66% dos produtores não costumam fazer a análise do solo, vindo a confirmar a preocupação quanto à conservação dos recursos, especialmente o solo, uma vez que essa prática há pouco tempo era relativamente rara e, atualmente, vem recebendo atenção e sendo até motivo de preocupação entre os produtores familiares. Isto se deve, também, pelo enfraquecimento do solo com o passar dos anos e pela necessidade de adubação adequada para manter sua produtividade. Hoje, os produtores têm a noção de que só terão uma produção rentável se praticarem a conservação e uma adubação adequadas ao tipo de solo de seus estabelecimentos.

O tempo entre uma análise e outra depende do tipo de cultura e do poder aquisitivo dos produtores, pois os recursos destinados a esta prática é oriundo das economias de cada produtor. De modo que na atividade do arroz, a maioria dos agricultores realiza a análise do solo todo o ano, e na produção do fumo e morango, a maior parte dos agricultores realiza a cada dois anos. Na agroindústria, estas análises ocorrem no máximo com três anos de intervalo, mas na produção de flores a ocorrência de intervalos é de cinco ou mais anos.

Isto remete à indagação de por que uns estabelecimentos realizam a cada ano e outros em maior intervalo de tempo. Destaca-se que para a produção de arroz, em média 72,72% dos produtores entrevistados recebem orientação para realizarem análises do solo; na produção de fumo 65,21%; na produção de morangos 66,66%, e na produção de flores 50%. Nas atividades das agroindústrias, verifica-se que 80% dos estabelecimentos não recebem nenhuma orientação quanto à adubação de suas terras.

A orientação de adubação é realizada pelos agrônomos das cooperativas e do IRGA, (Instituto Rio-grandense do Arroz), Secretaria da Agricultura do Município e pela EMATER para os estabelecimentos produtores de arroz; pelo instrutor (pessoa responsável pela interlocução entre produtor e indústria) nos estabelecimentos produtores de fumo; pela EMATER, nos estabelecimentos produtores de morango e nos que desenvolvem a agroindústria.

Outro aspecto importante é a interface Produtor – Universidade, que vem contribuindo com seus conhecimentos, principalmente na produção de flores, além de possuir convênios e projetos junto a EMATER e Secretaria da Agricultura do Município para a orientação dos produtores familiares de Agudo.

Quanto ao tipo de adubo utilizado pelos produtores familiares, as análises mostram que na produção de fumo e arroz a maioria dos produtores usa o adubo químico (71%) em suas atividades, e em menor quantidade, o adubo orgânico, o qual é usado para fertilizar as culturas de subsistência do estabelecimento familiar. Na atividade da agroindústria, todos os produtores entrevistados utilizam adubo orgânico em seus estabelecimentos, enquanto que na produção de morango e flores, utiliza-se tanto o adubo químico como o orgânico no processo produtivo.

Os produtores familiares que fazem uso do adubo orgânico durante o processo de produção utilizam diversos tipos de adubação, entre elas destacam-se: o composto vegetal na produção de arroz; a cama de aviário na produção de fumo; a adubação verde e o esterco suíno na produção de morangos; a adubação verde e cama de aviário na agroindústria; e o esterco bovino e a cama de aviário na produção de flores. Além disso, alguns produtores familiares fazem uso de outros tipos de adubação orgânica, como húmus de minhoca e o chorume.

A utilização de vários tipos de adubo orgânico, nos estabelecimentos familiares, além de contribuir para uma produção mais saudável de alimentos e produtos, também faz com que o produtor adquira consciência a respeito da conservação do meio ambiente e passe a aproveitar mais o que se produz no estabelecimento e aparentemente sem uso adequado.

Os produtores utilizam a adubação orgânica, destacando-se as culturas de abastecimento interno dos estabelecimentos, por exemplo, no milho, feijão, batata, mandioca, hortaliças, pomar, cana-de-açúcar e pepino. Além disso, os estabelecimentos que produzem fumo também utilizam o adubo orgânico no processo produtivo, o qual se dá, normalmente, quando os agricultores semeiam as mudas em bandejas, cuja terra é um composto orgânico produzido especialmente para a finalidade. Nos estabelecimentos que têm produção de morangos, flores e na atividade da agroindústria, o adubo orgânico é utilizado para fertilizar seu principal produto, ou seja, o responsável pela geração de renda no estabelecimento familiar, contribuindo assim, para uma produção de alimentos saudáveis. (Gráfico 4).

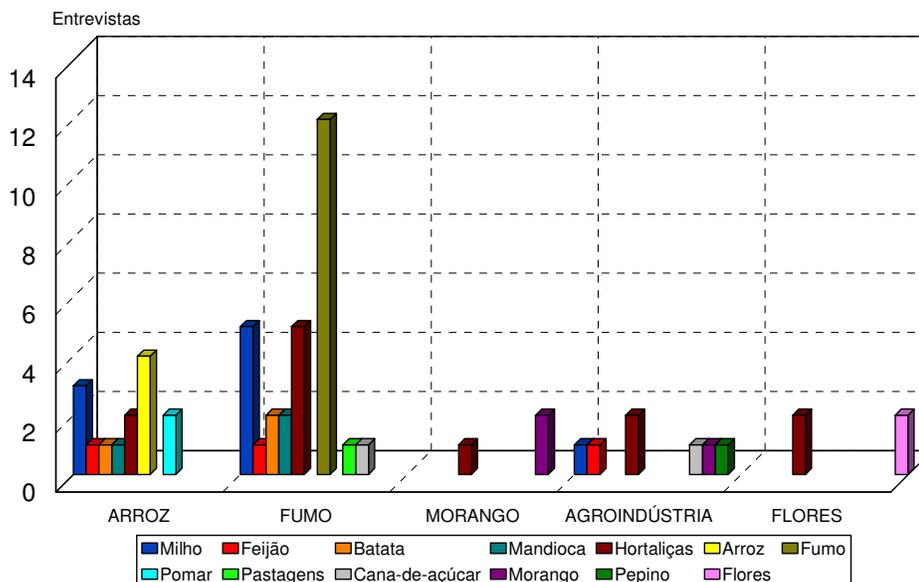


Gráfico 4 - Produtos que recebem adubação orgânica nos estabelecimentos familiares, município de Agudo, RS.

Fonte: Trabalho de campo realizado de agosto a outubro de 2006.

Org: Lisane Regina Vidal.

Com relação à disponibilidade de água para irrigação e sua origem nos estabelecimentos familiares do município, verifica-se que na produção de arroz 100% dos estabelecimentos tem água disponível para irrigação, os quais normalmente utilizam a do Rio Jacuí, seguido de açudes e de arroios. Já na produção de fumo, estes estabelecimentos representam cerca de 56,52%, uma vez que esta cultura é produzida nas áreas mais íngremes do município e distantes do rio, como também não necessita de muita água para uma produção satisfatória. Quando os produtores necessitam irrigar suas culturas, eles utilizam os açudes, o Rio Jacuí (caso dos produtores que moram próximos ao rio) e também os poços comuns, que em períodos de estiagem são também usados para abastecer a família do produtor.

Dos produtores que produzem morangos, apenas 33,33% possuem água disponível para a irrigação. Já os que produzem flores, 100% fazem uso da irrigação. As agroindústrias contam com 75% de disponibilidade de água para irrigação em suas atividades.

O destino da água utilizada para a irrigação nos estabelecimentos familiares varia, pois na produção de fumo e arroz essa água é usada para irrigar as lavouras,

seguida dos pomares e das hortas. Enquanto que nos demais estabelecimentos, os que produzem morangos, flores e os desenvolvem a agroindústria utilizam para irrigar suas culturas, ou seja, depende da produção, se é para comercialização, podendo ser lavouras, pomares, hortas e estufas de flores. (Gráfico 5).

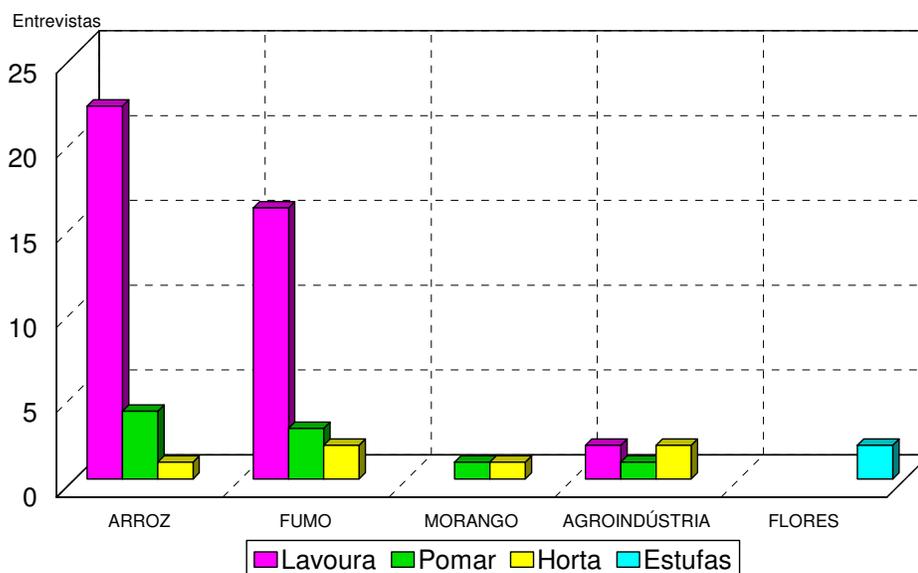


Gráfico 5 – Distribuição da irrigação nos estabelecimentos familiares, município de Agudo, RS.

Fonte: Trabalho de campo realizado de agosto a outubro de 2006.

Org: Lisane Regina Vidal.

A irrigação realizada pelos produtores familiares em seus estabelecimentos se dá, na maioria, por meio de processos mecanizados para a produção do arroz, fumo e agroindústria; enquanto que na produção de morangos e de flores ocorre manualmente. O tipo de irrigação nos estabelecimentos familiares depende principalmente do tipo de cultura produzida e do capital disponível pelo produtor para tal prática. Assim, por exemplo, há estabelecimentos que produzem arroz, utilizando-se de irrigação por canalização. Observa-se também a presença de tecnologias advindas da inserção no sistema de produção integrada ao mercado, bem como de resquícios do velho sistema colonial familiar, permitindo compreender a existência dos “mais” e dos “menos” inseridos no novo sistema de produção, pois, apesar de se

ter uma agricultura homogênea, os indivíduos reagem de forma própria a cada sistema.

Ressaltando o que já foi analisado, chama-se a atenção para a força de trabalho utilizada pelos produtores em seus estabelecimentos, pois ela varia de acordo com a cultura em produção, como é o caso da produção de arroz. Nela predomina a força mecanizada. Já na produção de fumo prevalece a força humana e animal. Na produção de morangos e de flores, a força que predomina é a humana. E na atividade da agroindústria, o produtor familiar usa todas as formas disponíveis, ou seja, a tração mecânica, animal e humana que o estabelecimento dispõe. Assim, torna-se interessante ressaltar que nos estabelecimentos familiares de Agudo ocorre a absorção de toda mão-de-obra disponível, fazendo com que a família participe do processo produtivo, contribuindo para a permanência do homem no campo.

Constata-se a utilização de agrotóxicos nos estabelecimentos familiares que produzem fumo, arroz e flores num total de 100%. Este uso ocorre durante o processo produtivo. Deve-se dar atenção especial aos estabelecimentos produtores de morangos e aos que desenvolvem atividades de agroindústria, pois 100% deles não fazem uso de agrotóxicos. Assim, pode-se dizer que as atividades agrícolas responsáveis pela base da economia do município de Agudo utilizam agrotóxicos na sua produção. A exceção fica com a produção de morangos e com as atividades não-agrícolas, representadas pela transformação artesanal da matéria-prima produzida nos estabelecimentos, a chamada agroindústria artesanal.

A atividade da agroindústria familiar, além de garantir uma autonomia e diversificação da produção, também está contribuindo para a mudança de mentalidade dos produtores familiares, tanto no processo de produção em relação com o meio ambiente, como também para sua própria saúde, enquanto produtores rurais.

Ainda, em se tratando da utilização de agrotóxicos nos estabelecimentos, verifica-se que os produtores que mais fazem uso deste insumo são os produtores de arroz na maior parte em suas lavouras, seguido das hortas e dos pomares. Os produtores de fumo utilizam somente nas lavouras, e os produtores de flores, nas estufas.

Salienta-se que a continuidade desta prática de uso de agrotóxicos, para acabar com as ervas daninhas nos pomares e hortas de alguns estabelecimentos, pode causar sérios problemas de saúde ao conjunto familiar, uma vez que os

alimentos provenientes dos pomares e hortas são para o consumo humano do próprio estabelecimento.

A respeito do tempo em que os agricultores familiares utilizam agrotóxicos, verifica-se que o uso vem ocorrendo há muitos anos, algo em torno de mais de 10 anos. Trata-se de uma prática que vem contribuindo tanto para a degradação dos recursos naturais (solo e água) como também da a saúde dos produtores e familiares.

Destaca-se que esta realidade é desanimadora. Progressivamente se utiliza maior quantidade de agrotóxico para fazer o mesmo efeito que antigamente e são adicionados insumos para que se obtenham os mesmos resultados de hoje. Este cenário é cada vez mais degradante ao meio ambiente, pois além da pouca quantidade de terras para cultivar, está havendo um processo cada vez maior de perda de fertilidade e lixiviação do solo com o passar dos anos, resultando em maior quantidade de adubação e diversidade de agrotóxicos para que o produtor familiar consiga uma produção rentável a sua reprodução. (Gráfico 6).

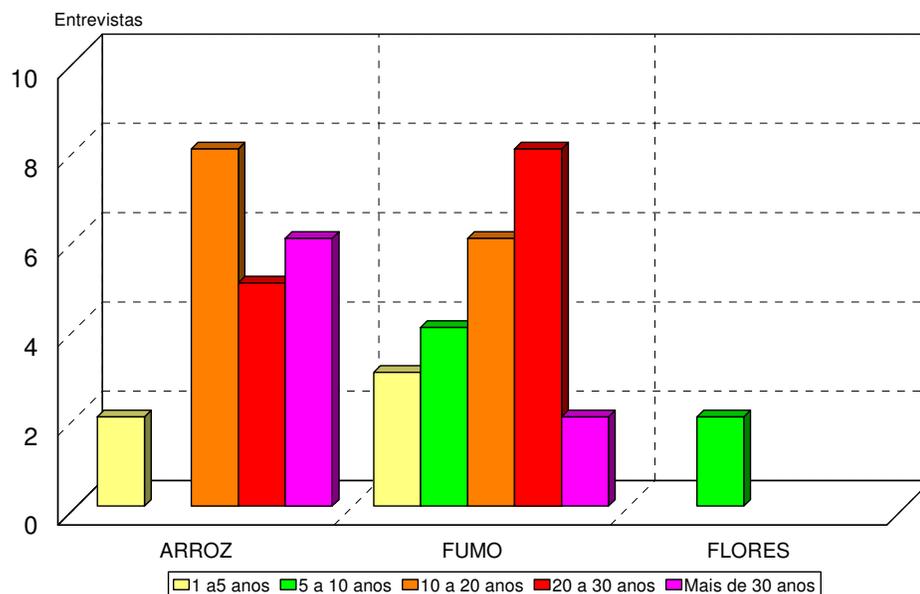


Gráfico 6 - Tempo de aplicação de agrotóxicos em estabelecimentos familiares com especialização de produção, município de Agudo, RS.

Fonte: Trabalho de campo realizado de agosto a outubro de 2006.

Org: Lisane Regina Vidal.

Entre os equipamentos usados pelos produtores familiares na aplicação dos agrotóxicos, destacam-se os de proteção. Na produção de fumo e flores, os produtores utilizam equipamentos manuais, permitindo que eles entrem, freqüentemente, em contato com o agrotóxico. Entretanto, a maioria deles faz uso de equipamentos de proteção ao aplicar o agente químico, a fim de amenizar a sua exposição ao produto. No caso da produção de arroz, a maior parte dos produtores aplica os agrotóxicos com equipamentos mecanizados, ou seja, eles entram menos em contato com o agrotóxico e também fazem uso dos equipamentos de proteção contra a exposição. Entretanto, as análises mostram que existem produtores que não utilizam nenhum tipo de equipamento de proteção ao aplicar o agrotóxico, caso de alguns produtores de fumo e arroz, justificando esta falta por sentirem calor com os equipamentos. Porém todos se consideram orientados sobre a importância em utilizar os equipamentos e que possuem, mas não os utilizam. (Tabela 9).

Tabela 9 – Uso e tipo de equipamentos de proteção utilizados na aplicação de agrotóxicos em culturas especializadas pelos produtores familiares, no município de Agudo, RS.

Culturas	Uso de equipamento de proteção na aplicação de agrotóxicos		Tipo de equipamentos usados na aplicação do agrotóxico	
	Sim	Não	Manual	Mecanizado
Arroz	72,72%	27,28%	18,19%	81,81%
Fumo	82,60%	17,40%	86,95%	13,05%
Flores	100%	—	100%	—

Fonte: Trabalho de campo realizado de agosto a outubro de 2006.

Org: Lisane Regina Vidal.

A orientação na aplicação dos agrotóxicos eles recebem da cooperativa com quem comercializam o seu produto (produtores de arroz), das empresas fumageiras (produtores de fumo) e, quanto aos produtores de flores, um recebe ajuda da cooperativa porque também produz arroz e o outro não recebe de ninguém. Acredita-se que deve haver algum tipo de auxílio aos produtores familiares, para orientá-los sobre a aplicação dos agrotóxicos e esclarecer a respeito da preservação dos recursos naturais e da própria saúde do produtor rural.

Outra questão que deve ser considerada trata-se dos cuidados com o armazenamento e a devolução das embalagens tóxicas. Isto resultaria em melhor participação dos produtores na devolução das embalagens, pois a EMATER e a Secretaria da Agricultura do Município desenvolvem projeto de arrecadação das embalagens no interior o que é desconhecido devido a insuficiente divulgação entre os produtores familiares.

Nos estabelecimentos familiares, verifica-se que a maioria dos produtores devolve as embalagens de agrotóxicos aos postos de coleta ou aos locais de compra do produto. Entretanto, existem agricultores que queimam ou depositam as embalagens a céu aberto, em algum local do estabelecimento, contaminando o solo, os animais e as pessoas que circulam.

Durante as entrevistas, pode-se perceber que os produtores têm conhecimento dos cuidados que devem ter ao lidarem com os produtos tóxicos, como também da importância da tríplice lavagem e devolução das embalagens. Entretanto, acabam por não pôr em prática este conhecimento, por pura falta de estímulo e de cobrança por parte das autoridades responsáveis. Deve-se priorizar a execução de um trabalho em conjunto entre produtores, poder público e empresas distribuidoras de agrotóxicos, para que se consiga garantir a preservação do meio ambiente e do próprio produtor.

De acordo com os produtores entrevistados no município de Agudo, a aplicação do agrotóxico se realiza pela mão-de-obra familiar e entre os produtores de arroz, cerca de 90,90% da mão-de-obra é familiar, nos fumicultores 86,95%, e na produção de flores 100% da mão-de-obra é familiar.

Este conjunto de variáveis possibilitou que se respondesse sobre o tipo de administração utilizada pelo produtor em seu estabelecimento, no que se refere às práticas de conservação dos recursos naturais adotadas. Por sua vez, as análises permitiram verificar que, ao mesmo tempo em que o produtor familiar administra seu estabelecimento, usando algumas práticas de conservação do meio ambiente, também utiliza práticas degradantes.

Desta maneira, acredita-se que eles têm como meta a produção para o mercado e a reprodução econômica do grupo social. E para que isto aconteça, o meio ambiente será sempre explorado sob qualquer sistema de produção que venha a se apresentar. Assim foi no velho sistema colonial e hoje, com mais intensidade, tem sido no sistema de produção integrada ao mercado.

4.4.4 Operacionalização e transformação dos produtos agropecuários

No tocante à transformação artesanal dos produtos agropecuários realizados nos estabelecimentos familiares, foram entrevistados os que têm na atividade agrícola sua principal fonte de renda, com o objetivo de saber se os descendentes de imigrantes germânicos preservam a transformação artesanal, passada de geração em geração, como também a possibilidade de uma diversificação de renda familiar através destas atividades, podendo ser a agroindústria.

Nos estabelecimentos familiares que têm nas atividades não-agrícolas sua principal fonte de renda, verificou-se que 50% dos produtores de arroz realizam algum tipo de transformação de matéria-prima em seus estabelecimentos. Em estabelecimentos que produzem fumo, essa percentagem é maior, cerca de 95,65% dos estabelecimentos familiares realizam algum tipo de transformação artesanal. Para o caso dos produtores de flores, ocorre o contrário. Os dois estabelecimentos não realizam nenhuma forma de transformação artesanal, cuja causa principal é a produção de flores necessitando de cuidados, dedicação, e conseqüentemente, o produtor não dispõe de tempo para se dedicar a outra atividade. Na atividade da agroindústria, todos transformam artesanalmente suas matérias-primas e entre os produtores de morango, em torno de 66,66% dos estabelecimentos realiza algum tipo de transformação artesanal.

Os produtores de arroz e fumo transformam em seus estabelecimentos a cana-de-açúcar, horticultura, fruticultura, mel, suinocultura e leite. Entretanto, é importante salientar que eles transformam produtos artesanalmente, ou seja, continuam fazendo a transformação como seus antepassados a faziam, o chamado “modo de fazer diferente”. A produção resultante desta transformação tem por objetivo o abastecimento interno do estabelecimento familiar, mas, caso exista excedente de produção, este é geralmente comercializado com vizinhos, parentes ou consumidores que se deslocam até o estabelecimento ou fazem encomendas destes produtos junto ao produtor familiar.

No cultivo de morangos e na atividade da agroindústria, a transformação é realizada com o objetivo da comercialização, pois toda a produção tem como destino à venda e, conseqüentemente, geração de renda no estabelecimento familiar. Desse

modo, o excedente de produção da transformação é destinado ao abastecimento interno do estabelecimento familiar.

Os produtores estão inseridos no sistema de produção destinados ao mercado e, assim, pode-se entender que eles se diferenciam pela transformação artesanal realizada nos estabelecimentos familiares do município de Agudo. Há uma infraestrutura organizada no estabelecimento familiar para a transformação das matérias-primas, quando for um estabelecimento de atividade não-agrícola. Em estabelecimentos de atividade agrícola, a transformação se destina à alimentação do conjunto familiar, enquanto que em estabelecimentos caracterizados pela atividade não-agrícola, destina-se à comercialização. (Tabela 10).

Tabela 10 – Número de estabelecimentos familiares e transformação artesanal de produtos, município de Agudo, RS.

CULTURAS/ PRODUTOS	ARROZ	FUMO	MORANGO	AGROINDÚSTRIA
Cana-de-açúcar	11	16		1
Horticultura	11	15	2	1
Fruticultura	10	14	1	2
Mel				1
Suinocultura	17	22		1
Leite	11	10		1
Total de estabelecimentos entrevistados	22	23	2	5

Fonte: Trabalho de campo realizado de agosto a outubro de 2006.

Org: Lisane Regina Vidal.

A análise permitiu verificar que os produtores de arroz, fumo e os que se dedicam à agroindústria também fazem o processamento da cana-de-açúcar, a qual vem a representar a variedade na produção. Assim, nestes estabelecimentos, o principal produto originário desta transformação é o melado, seguido do açúcar mascavo, rapadura, caldo de cana e mandolite. Os produtores que se destinam à agroindústria, principalmente a Agroindústria da Cana-de-açúcar, apresentam sua produção exclusivamente através da comercialização dos produtos oriundos da transformação artesanal da cana-de-açúcar. (Gráfico 7).

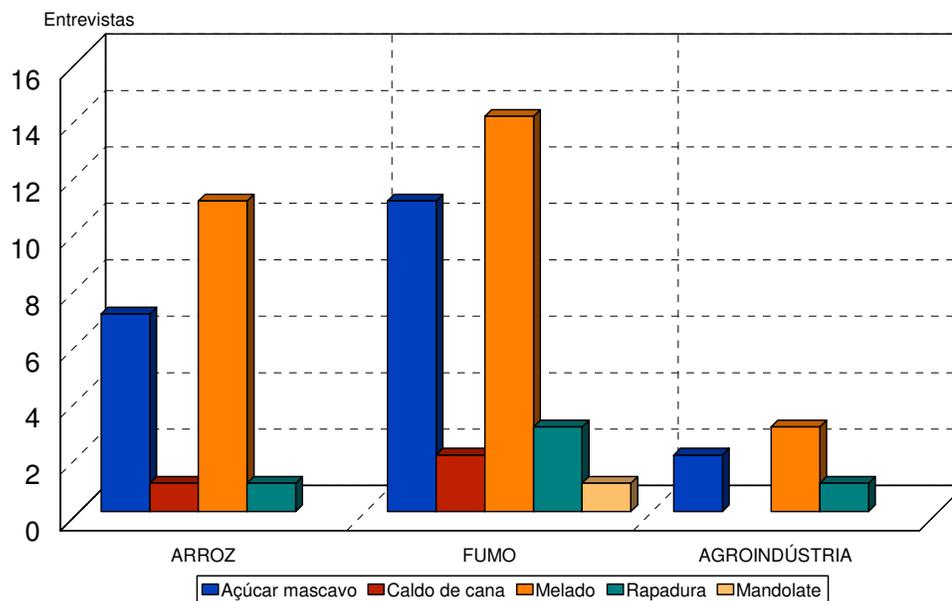


Gráfico 7 - Produtos derivados da transformação artesanal da cana-de-açúcar em estabelecimentos familiares, município de Agudo, RS.

Fonte: Trabalho de campo realizado de agosto a outubro de 2006.

Org: Lisane Regina Vidal.

No caso dos produtos derivados da transformação artesanal da horticultura, se destaca como principal derivado as hortaliças em conserva, seguidas de picles de hortaliças e de extrato de tomate, em todos os estabelecimentos familiares. É interessante salientar que os produtores de morango e os que desenvolvem a agroindústria também comercializam hortaliças *in natura*. (Gráfico 8).

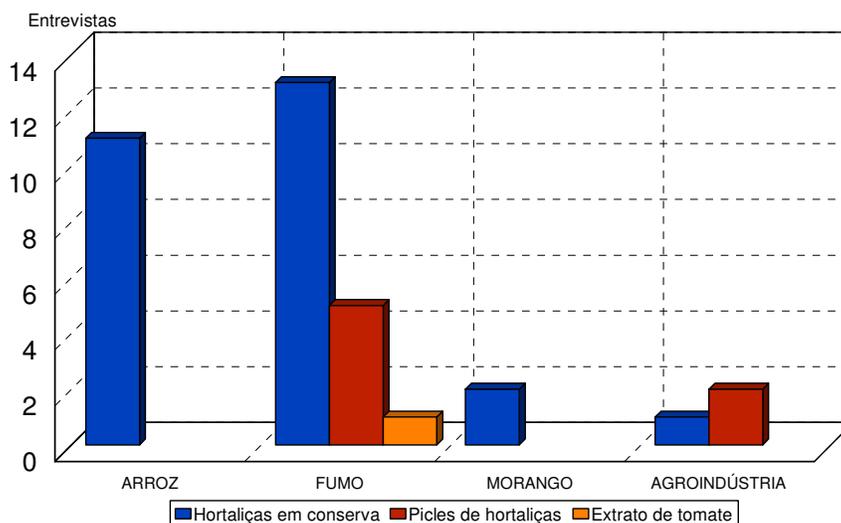


Gráfico 8 – Produtos derivados da transformação artesanal da horticultura nos estabelecimentos familiares, município de Agudo, RS.

Fonte: Trabalho de campo realizado de agosto a outubro de 2006.

Org: Lisane Regina Vidal.

Com relação aos produtos derivados da fruticultura, pode-se observar que a maioria dos estabelecimentos realiza a transformação artesanal, destacando-se a transformação de figo, laranja, uva, pêssgo, abóbora e morango. Entre os derivados do figo, tem-se como principal produto *schimier*, seguido da figada, compota e geléia.

No caso dos produtos derivados da transformação artesanal da laranja, destaca-se como principal subproduto o suco, seguido da geléia. Isto ocorre em todos os estabelecimentos familiares transformadores desta matéria-prima (produtores de arroz, fumo, morango e a agroindústria). Os produtores que comercializam as frutas (produtores de morango e da agroindústria), normalmente o fazem através do suco da laranja congelado, em copos durante feiras-livres ou em litros (2 litros), os quais devem ser consumidos em 24 horas, ou guardados em congeladores.

No que se refere aos produtos derivados da transformação da uva, observa-se que ocorre apenas em estabelecimentos familiares que desenvolvem atividades agrícolas. A prioridade é dada aos derivados como suco, seguido do vinho, geléia e vinagre. Entretanto, a produção destes derivados é destinada exclusivamente ao

abastecimento interno dos estabelecimentos, exceto quando ocorre excedente de produção e a procura por estes derivados diretamente nos estabelecimentos.

A produção dos derivados de pêssego é oriunda de estabelecimentos que têm na produção de fumo, arroz e morango sua principal renda. Entre os derivados desta transformação se destaca como principal subproduto a *schimier*, em estabelecimentos que produzem arroz e fumo, e a compota, em estabelecimentos que produzem morango. Além destes, também aparecem a pessegada e a geléia.

Para os produtos derivados da transformação da abóbora, têm-se como principais transformadores os estabelecimentos familiares cultivadores de arroz, fumo, morango e da agroindústria. Entre os derivados cita-se a *schimier*, seguida da compota e do doce de abóbora. Entretanto, normalmente, só a agroindústria comercializa a sua produção de *schimier*.

Na transformação da matéria-prima morango aparece o derivado *schimier*, geléia e suco, cujos produtos têm como destino à comercialização (na agroindústria) e abastecimento do grupo familiar (produtores de fumo e morango).

No que diz respeito à transformação da matéria-prima leite, as análises apontam que os estabelecimentos produtores de arroz se destacam como os principais transformadores, produzindo queijo, nata, doce de leite, coalhada/ricota e manteiga. No caso dos produtores de fumo, eles se destacam com os derivados: coalhada/ricota, doce de leite, manteiga e queijo, seguidos da produção de nata. A atividade da agroindústria destaca-se na produção de queijo, devido ao valor do produto no mercado. (Gráfico 9).

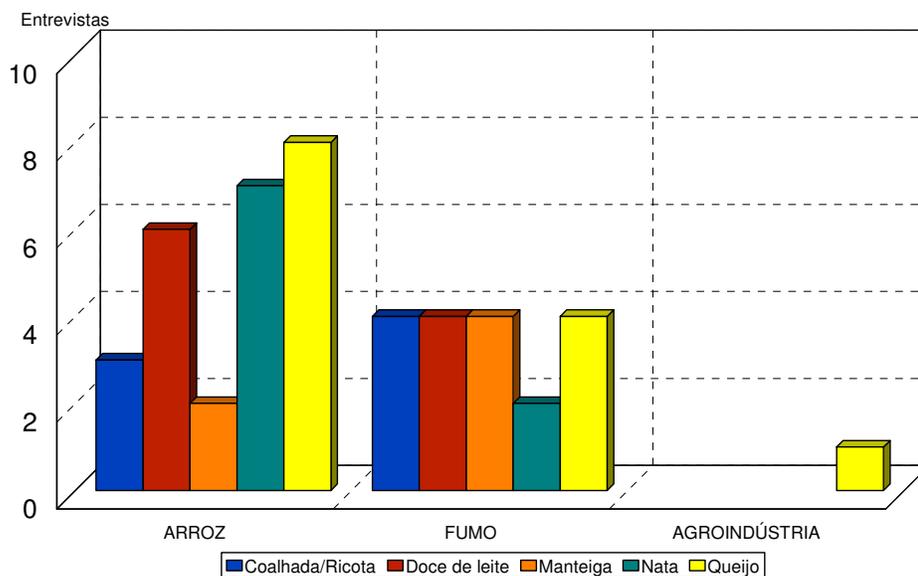


Gráfico 9 – Produtos derivados da transformação artesanal do leite nos estabelecimentos familiares, município de Agudo, RS.

Fonte: Trabalho de campo realizado de agosto a outubro de 2006.

Org: Lisane Regina Vidal.

Para a produção de derivados da suinocultura em estabelecimentos de agricultura familiar, no município de Agudo, aparece a produção de banha, torresmo, lingüiça e morcela. Os produtores familiares produzem em menor quantidade salame, queijo de porco e carnes defumadas. Entretanto, a comercialização desses produtos só se realiza em estabelecimentos que desenvolvem a agroindústria. Muitos estabelecimentos ainda não conseguiram entrar no mercado com este tipo de produção, a qual serve apenas para o consumo interno de seus estabelecimentos (Gráfico 10).

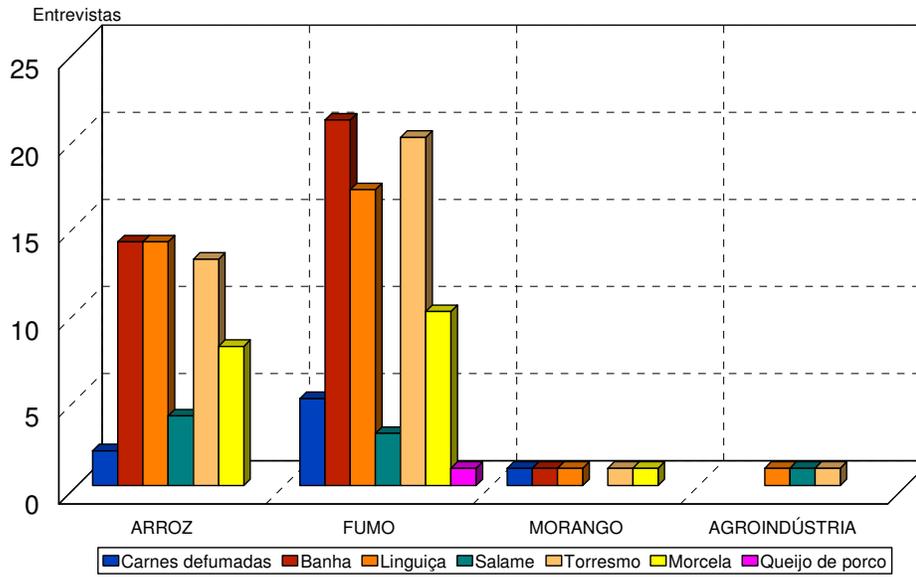


Gráfico 10 – Produtos derivados da transformação artesanal da suinocultura nos estabelecimentos familiares, município de Agudo, RS.

Fonte: Trabalho de campo realizado de agosto a outubro de 2006.

Org: Lisane Regina Vidal.

As análises colhidas nas entrevistas mostram que ocorre a pluriatividade nos estabelecimentos agrícolas e nos não-agrícolas, através da transformação artesanal. Entretanto, há uma importante diferença entre estes dois tipos de estabelecimentos. Nos estabelecimentos agrícolas, a transformação ocorre apenas para a subsistência do grupo familiar, representando a continuação entre estes produtores do modo de produção colonial familiar de viver. Já na atividade da agroindústria, ele também representa a continuação do modo de produção colonial familiar, mas com outro foco, outra roupagem, ou seja, representa uma pluriatividade, com o objetivo de permitir a reprodução do grupo familiar e, desse modo, se apresenta inserido no sistema de produção integrado ao mercado. Além de representar uma nova forma de reprodução, também representa uma ruptura das relações de produção, à medida que ocorre a passagem de atividades agrícolas para atividades não-agrícolas, em uma parcela de estabelecimentos familiares, bem como evidenciam as novas formas na espacialidade rural em territórios coloniais.

4.4.5 Armazenamento, comercialização e mercado da produção

As análises permitiram averiguar que a maioria dos estabelecimentos possui local adequado para o armazenamento de sua produção, sendo que nos estabelecimentos produtores de arroz representam cerca de 68,2%. Nos estabelecimentos produtores de fumo, cerca de 91,3%. Também os estabelecimentos que desenvolvem a agroindústria e os que produzem flores possuem locais adequados ao armazenamento da produção. Entretanto, entre os produtores de morango, apenas 33,3% do total possuem locais adequados para armazenagem do produto.

Na comercialização dos produtos agropecuários e transformados nos estabelecimentos familiares, verifica-se que os produtores de fumo e arroz comercializam seus produtos com as empresas fumageiras e cooperativas, respectivamente. Os produtores de flores e os que se dedicam à atividade da agroindústria possuem diversificadas formas de comercialização de seus produtos, como a venda ao consumidor no estabelecimento e na feira do produtor, respectivamente. Além disso, estes produtores comercializam seus produtos diretamente com o consumidor na cidade (agroindústria), comerciantes no estabelecimento (agroindústria e flores), comerciantes na cidade (agroindústria e flores), atravessador no estabelecimento (agroindústria e flores) e atravessador na cidade (flores). Esta variedade de formas de comercialização dos produtos possibilita ao produtor familiar maior autonomia quanto ao seu produto, como também se torna uma forma de estimular o desenvolvimento e o crescimento da atividade da agroindústria, uma vez que existe mercado consumidor para suprir a demanda da produção. (Gráfico 11).

No caso da comercialização dos produtos em feiras de produtor rural, observa-se que esta acontece nas feiras realizadas pela Secretária da Agricultura Municipal e EMATER de Agudo, como também nas feiras da região (Quarta colônia) e na feira livre em Santa Maria e no Projeto Esperança, o qual congrega produtores de Santa Maria e região. Os produtores de morango comercializam seu produto diretamente com o consumidor no estabelecimento, sendo esta a única forma de comercialização.

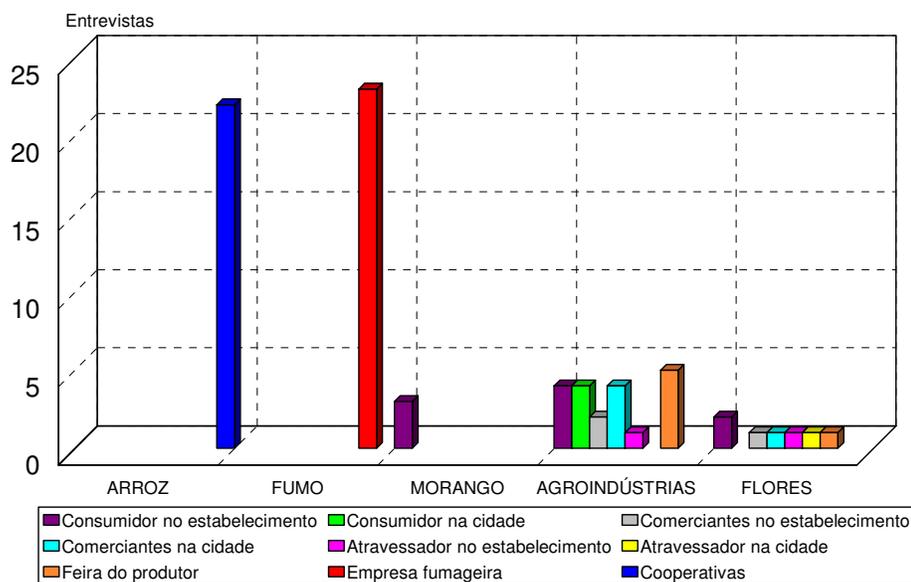


Gráfico 11 - Formas de comercialização dos produtos dos estabelecimentos familiares, município de Agudo, RS.

Fonte: Trabalho de campo realizado de agosto a outubro de 2006.

Org: Lisane Regina Vidal.

Com relação à satisfação dos produtores familiares quanto à comercialização de seus produtos, observa-se que entre os produtores de arroz a maioria classifica a venda de seu produto como ruim, representado 59% dos estabelecimentos, cujo principal motivo decorre do alto valor para produzir e baixo preço do produto no mercado. Esta diferença de preços vem contribuindo para o endividamento de muitos produtores, bem como para o desestímulo frente às perspectivas futuras. Quanto aos produtores de fumo, 69,56% classificam a comercialização como regular, pois o principal motivo de insatisfação diz respeito ao valor pago ao produto pelas empresas fumageiras, uma vez que elas fazem a avaliação e determinam o preço do produto. Caso o produtor não aceite o preço pago, resta trazer de volta para o estabelecimento e ficando dependente do aparecimento de novos compradores. Os produtores de morango (66,6%), flores (100%) e os que desenvolvem a agroindústria (75%) consideram a comercialização ótima.

Os gráficos e as tabelas a seguir referem-se exclusivamente à produção artesanal nas agroindústrias, por serem estes estabelecimentos os que realizam esta atividade como principal fonte de renda para o conjunto familiar. De acordo com os produtores familiares que desenvolvem a agroindústria, os produtos que têm

melhor aceitação são os hortigranjeiros e a fruticultura, seguidos dos derivados de cana, melado, conserva de pepino, açúcar mascavo e toda a linha de pães,ucas e bolachas. (Gráfico 12).

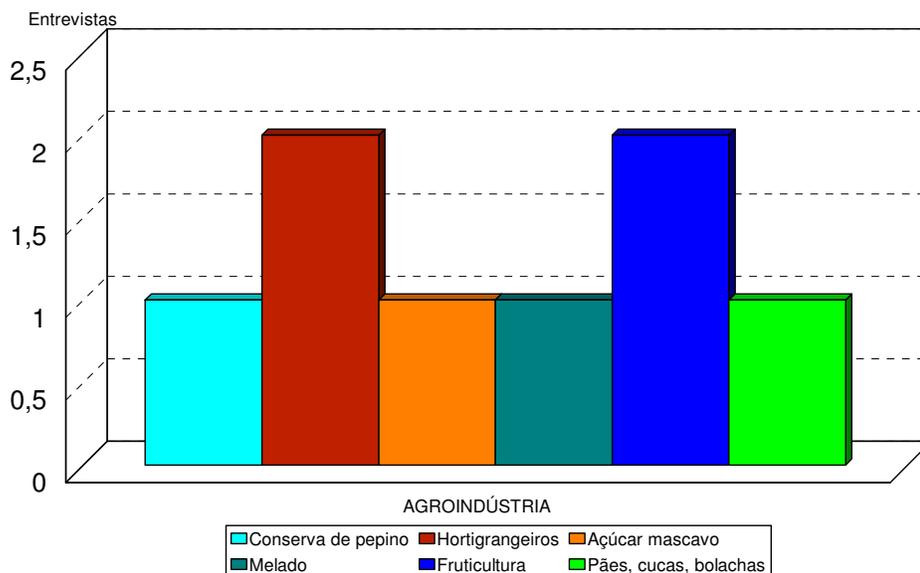


Gráfico 12 – Produtos e derivados dos estabelecimentos familiares com melhor aceitação no mercado, município de Agudo, RS.

Fonte: Trabalho de campo realizado de agosto a outubro de 2006.

Org: Lisane Regina Vidal.

No que se refere aos principais problemas enfrentados ao comercializar os produtos transformados, destacam-se o pequeno volume de produção e os preços pagos aos produtos. Além disso, eles enfrentam também problemas relacionados com o armazenamento da produção, a adequação à legislação e a regularidade do produto. Isto acontece devido, principalmente, às agroindústrias estarem no começo de suas atividades e, conseqüentemente, apresentarem pequeno volume de produção. (Gráfico 13).

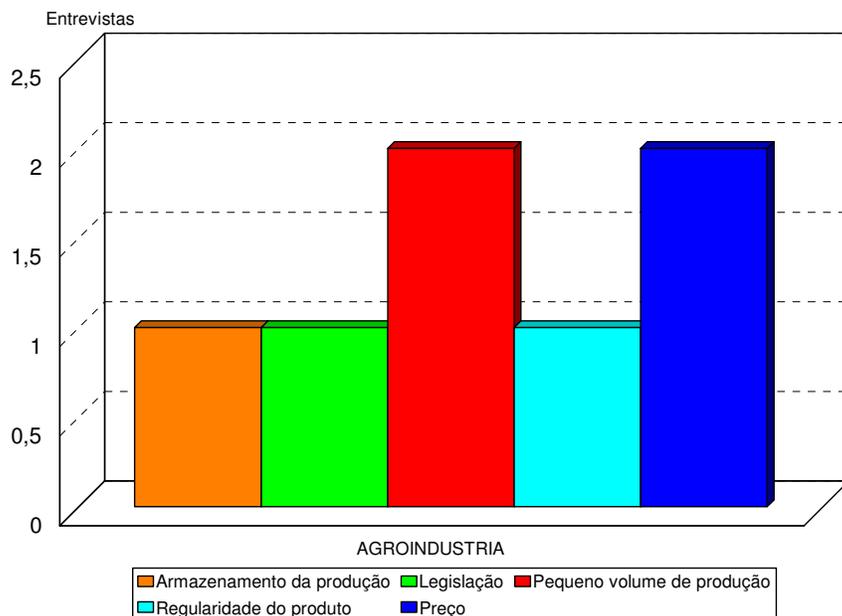


Gráfico 13 – Problemas enfrentados na comercialização nos estabelecimentos familiares com melhor aceitação no mercado, município de Agudo, RS.

Fonte: Trabalho de campo realizado de agosto a outubro de 2006.

Org: Lisane Regina Vidal.

Decorrente da implantação da agroindústria nos estabelecimentos familiares, destacam-se o benefício a geração de renda e o trabalho familiar, seguido de maior conforto e qualidade de vida e geração de trabalho local. Como se pôde observar, a implantação destas agroindústrias no município de Agudo vem contribuindo para a melhor qualidade de vida, a preservação do meio ambiente e para a diversificação da produção, conseqüentemente, para a manutenção do homem no campo. (Gráfico 14).

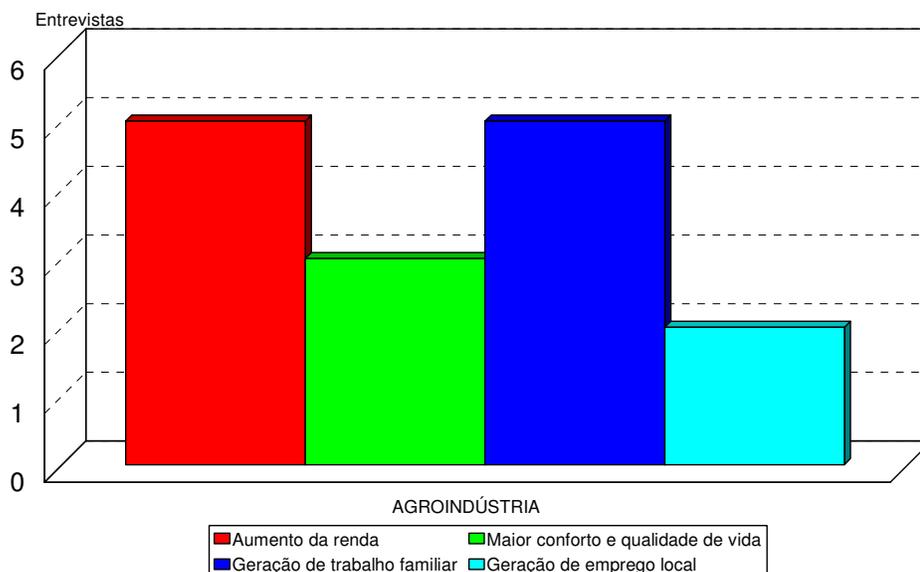


Gráfico 14 – Contribuição advinda das agroindústrias nos estabelecimentos familiares, município de Agudo, RS.

Fonte: Trabalho de campo realizado de agosto a outubro de 2006.

Org: Lisane Regina Vidal.

As entrevistas permitiram reconhecer a fragilidade de armazenamento da produção, principalmente entre os estabelecimentos familiares que produzem morangos e demais produtos perecíveis. As indagações realizadas também permitiram verificar que as atividades agrícolas têm mercado restrito, especialmente na produção de fumo e arroz, permitindo menor autonomia ao produtor, gerando também sua sujeição aos preços de mercado. Enquanto isso, nas atividades não-agrícolas, observou-se que os produtores familiares possuem diferentes formas de colocação de seu produto no mercado, dando mais autonomia ao produtor familiar rural.

4.4.6 As atividades não-agrícolas

A orientação dada pelos órgãos de apoio e assistência técnica para a comercialização dos produtos artesanalmente transformados é proveniente da EMATER e do SEBRAE junto às agroindústrias. A iniciativa do produtor familiar de

mudar para uma nova matriz de produção, saindo da atividade agrícola para a atividade não-agrícola, justifica-se pelo baixo lucro e os problemas de saúde adquiridos nas atividades agrícolas, bem como as intempéries climáticas que se está sujeito.

A presença e o crescimento das atividades não-agrícolas nos estabelecimentos familiares estão alicerçados nas vantagens destas. Através da agroindústria artesanal, do aumento de renda, da maior frequência do produto, de uma produção mais saudável, de trabalho para toda a família e não existindo diferenciação de sexo ou idade para a realização das tarefas na transformação artesanal e maior tempo disponível para o lazer do conjunto familiar.

4.4.7 Perspectivas futuras do estabelecimento

A perspectiva futura dos produtores familiares em seus estabelecimentos mostra que eles gostariam de adquirir mais terras para o estabelecimento familiar, exceto os produtores de fumo, que não têm pretensão de adquirir mais terras.

No caso da venda parcial ou total de suas terras, os produtores familiares não gostariam de comercializar o pouco que possuem, muito menos vender seu estabelecimento. Isto significa dizer que todos gostariam de permanecer no campo.

Quanto ao aumento da transformação artesanal nos estabelecimentos familiares que comercializam estes produtos derivados, verificou-se que os produtores gostariam de aumentar a produção, uma vez que as perspectivas para o crescimento da comercialização são ótimas. Entre os produtores de morango, apenas 33,34% deles gostariam de aumentar a produção, cujo fator limitante diz respeito à pouca disponibilidade de terras e de recursos para adquiri-las.

Os produtores familiares, ao se referirem à possibilidade de aumentar sua produção, mencionaram a necessidade de adequação à legislação, da assistência técnica, sistema de créditos, mercado e melhora da qualidade do produto.

4.5 Cenários para a espacialidade rural familiar do município de Agudo

A partir da análise dos dados obtidos através da revisão bibliográfica, consulta de órgãos públicos (EMATER, IBGE, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Secretaria de Agricultura do município de Agudo) bem como do Instrumento de investigação aplicado aos produtores familiares no município, optou-se pela realização de cenários integrados. O desenvolvimento de cenários integrado vem de encontro com a necessidade de visualizar claramente a realidade que se processa no município de Agudo, com a finalidade de visualizar e planejar o futuro que se aproxima da atual realidade vivenciada pelos produtores familiares.

Assim, o desenvolvimento de cenários é realizado com o intuito de mostrar qual será o futuro da agricultura familiar decorrente das ações que hoje se processam no município de Agudo. Desse modo, para o desenvolvimento de cenários necessita-se identificar a área e seu problema; definição do sistema (componentes e potencialidades).

4.5.1 Identificação da área e seu problema

O atual município de Agudo passou por profundas mudanças, desde a vinda dos imigrantes europeus (germânicos), quando se tinha uma agricultura de base familiar, cujo principal objetivo era o abastecimento do grupo familiar. Com o processo de modernização capitalista, que começou a operar a partir da década de 60, passou a desenvolver uma agricultura voltada para comercialização de seus produtos (fumo e arroz). Nos últimos anos, vem enfrentando o esgotamento das relações de produção, levando os produtores familiares a buscar novas alternativas e, assim, transformarem seu modo de produção, o qual não deve estar centrado apenas em atividades agrícolas consumidoras dos recursos naturais, mas em atividades que promovam a diversificação da produção.

4.5.2 Definição do sistema (componentes e potencialidades)

Nesse sentido, na tentativa de traçar futuros cenários, a fim de planejar o desenvolvimento do município de Agudo, faz-se necessário analisar o Sistema de Produção Integrado ao Mercado (componentes e as forças) adaptando-o à realidade em estudo e resultando no Sistema de Produção Integrado ao Mercado de Agudo.

Assim, no que se refere aos Subsistemas componentes do Sistema de Produção Integrado ao Mercado de Agudo, destacam-se: o Subsistema Social, representado pelos *produtores familiares* (população em estudo), caracterizados pelo uso intensivo de mão-de-obra e carentes de capital; o Subsistema Ambiental, representado pelos *recursos naturais* (solo, água, vegetação, clima, relevo) determinantes do tipo de culturas; o Subsistema Capital, representado pelas *empresas fumageiras e instituições bancárias*, detentoras dos meios de produção (tecnologias, sementes e aditivos químicos) bem como da comercialização e fornecedores de empréstimos, sendo assim, um dos principais credores dos produtores familiares, respectivamente; o Subsistema Político, representado pelo *Estado*, responsável por políticas públicas e pela regularização dos mercados e preços (local e/ou global); o Subsistema Econômico, representado pelas *atividades agrícolas e pela pluriatividade*; o Subsistema Cultural, representado pela *etnia germânica* e sua *identidade cultural*, a qual inseriu no espaço seu modo de vida; e o Subsistema Histórico, representado pela *imigração germânica* no Rio Grande do Sul e pela *estrutura fundiária*, caracterizando o tipo de colonização e ocupação do espaço. (Figura 6).

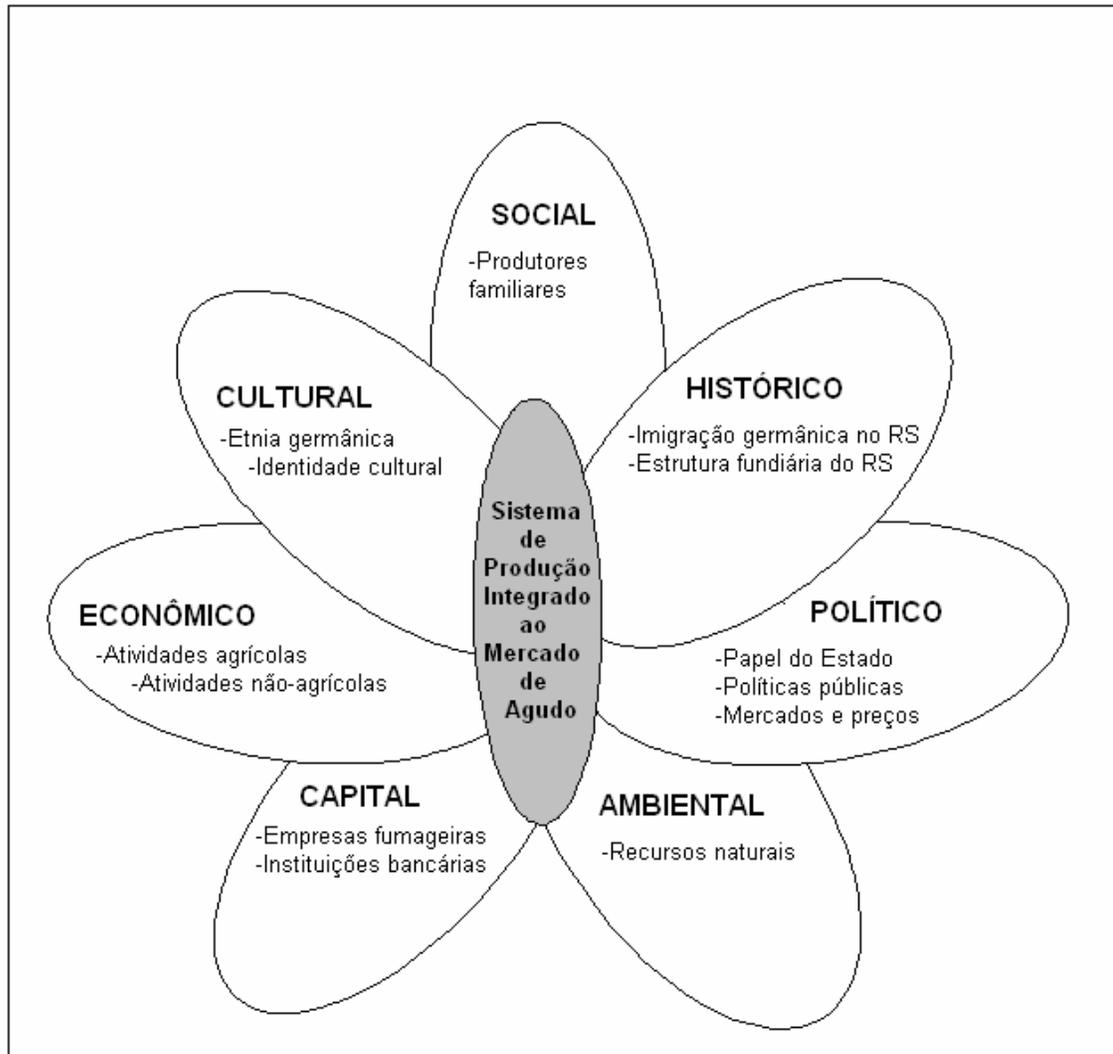


Figura 6 - Sistema de Produção Integrado ao Mercado de Agudo, RS.

Fonte: Trabalho de campo realizado de agosto a outubro de 2006.

Org: Lisane Regina Vidal.

Destaca-se que existem alguns elementos indicadores das possibilidades de constituição e de transformação do modelo de desenvolvimento pelo qual passa o campo brasileiro. Entre eles, é possível citar a valorização e o fortalecimento da agricultura familiar como unidade de produção ideal para o desenvolvimento local sustentável; a inserção da pluriatividade como modo de produção, que representa a valorização das potencialidades e diferenças locais, em suas diversas formas (pluriatividade agrícola, pluriatividade agrícola e não-agrícola e, pluriatividade não-agrícola), e a disseminação de práticas ambientalmente mais saudáveis.

Além disso, salienta-se a localização do município no centro do Estado, possibilitando acesso ao mercado regional, como também se colocando como uma região diferenciada ao deter uma parcela da cultura germânica presente no município e que muito contribui em conhecimento e técnicas para a diversidade da produção.

Assim, os cenários desenvolvidos têm como extensão espacial o município de Agudo (RS) e sua extensão temporal iniciam na atualidade (2007) até 2020, totalizando um período de 14 anos. Os cenários serão definidos dentro do sistema capitalista contraditório e excludente, caracterizado pela modernização e especialização da produção e entre os processos de globalização e regionalização como processos dinâmicos.

4.5.3 Definição dos indicadores do estágio do sistema

Entre os indicadores potenciais que mostram esgotamento das relações de produção dos produtores familiares no município de Agudo, destacam-se: *o endividamento dos produtores familiares*, resultante da necessidade de modernização do processo produtivo e a conseqüente integração às fumageiras e a aquisição de empréstimos bancários; *a degradação dos recursos naturais*, resultado da utilização máxima e da contaminação dos recursos naturais, como solo e a água (respectivamente), devido o uso intensivo de agrotóxicos no sistema de produção do fumo, e arroz; *o êxodo rural*, resultante da diferença entre a população rural e urbana com o passar dos anos; *a inserção da pluriatividade* como modo de produção mais sustentável e sustentação da agricultura familiar e diversificação da produção.

4.5.4 Cenários qualitativos

Para a realidade do município de Agudo foram definidos três cenários de referência para o ano de 2020. Assim, três tendências foram desenvolvidas: a

primeira, dentro do sistema capitalista contraditório e concentrador vigente e do processo de globalização, ou seja, a continuidade do sistema de desenvolvimento atual; a segunda, dentro do sistema de desenvolvimento sustentável com uma produção diversificada, pautada em práticas ecológicas; e a terceira com a coexistência entre a produção convencional e ecológica diversificada, ou seja, um cenário alternativo.

Cenário de referência A: Continuidade do sistema atual de desenvolvimento

- Alto grau de globalização
- Verticalização
- Crescimento industrial e concentração de capital
- Especialização e modernização da agricultura
- Crescimento da produção
- Aumento das exportações
- Mercado garantido
- Uso intensivo de agrotóxicos
- Destruição dos recursos naturais
- Crescimento da dependência do produtor
- Desenvolvimento da monocultura
- Êxodo rural
- Concentração da população na cidade
- Aumento da periferia urbana
- Desenvolvimento econômico das multinacionais
- Inserção no mercado local, regional e internacional
- Desenvolvimento de regiões centrais
- Aumento das relações de mercado e de produção entre municípios.

Cenário de referência B: Produção ecológica diversificada

- Horizontalidade
- Diversificação da produção
- Cultivos de culturas recomendadas à área
- Cultivo ecológico de todos os produtos
- Desenvolvimento do mercado local e regional
- Desenvolvimento de pequenas agroindústrias
- Desenvolvimento de pequenas cooperativas
- Independência do produtor
- Várias alternativas de renda
- Preservação dos recursos naturais
- Cooperação entre instituições em benefício dos produtores

- Desenvolvimento de uma nova política agrícola
- Formação de rede de mercado da produção voltada ao desenvolvimento rural.

Cenário de referência C: Alternativo

- Existência de agricultura convencional e ecológica
- Desenvolvimento de produção ecológica
- Diversificação da produção
- Preservação do meio ambiente
- Uso mínimo de insumos
- Uso intensivo de mão-de-obra
- Surgimento de associações de produtores
- Desenvolvimento de políticas públicas adequadas
- Chances de transição para uma agricultura ecológica
- Inserção no mercado local e regional
- Aumento qualitativo e quantitativo das relações de mercado e de circulação em redes

4.5.5 Quantificação dos cenários

A quantificação das principais forças esteve centrada, basicamente, na importância da agricultura familiar no município de Agudo. Além disso, destaca-se que todas as categorias de análise foram contabilizadas, desde o processo de colonização até os dados do instrumento de investigação, aplicado junto aos produtores familiares no município.

4.5.6 Avaliação dos cenários

Como se pode observar, foram desenvolvidos três cenários: o Cenário A seria o modelo atual do município; o Cenário B seria a mudança qualitativa e adequada à agricultura familiar e, o Cenário C que seria o alternativo, ou seja, a tentativa da mudança. Assim, torna-se necessário um aprofundamento de cada cenário desenvolvido.

Cenário de referência A: Continuidade do sistema atual de desenvolvimento

O cenário A que corresponde à continuidade do sistema atual de desenvolvimento do município de Agudo. Assim, corresponde ao cenário com mais chances de se efetuar, apesar de não ser o mais adequado à realidade observada. Desta forma, representa os interesses do sistema capitalista vigente, alicerçado no processo de modernização e da globalização, ao mesmo tempo em que, promete a inserção ao mercado, traz juntos os danos dessa inserção, uma vez que se depara com uma unidade de produção desprovida de recursos e capital.

Assim, a agricultura familiar para se adequar a este processo continuará a depender dos recursos do capital privado, ou seja, o agravamento da situação financeira, juntamente com a maximização cada vez mais crescente dos recursos naturais e da utilização de agrotóxicos para manter sua produtividade.

Negligência do Estado, deixando a agricultura familiar com falta de políticas públicas adequadas e de incentivo ao sistema de produção. Assim, contribui para o êxodo rural que se opera no município, aumento da periferia urbana e a conseqüente falta de emprego, uma vez que, o setor industrial no município é pouco expressivo. Além disso, o abandono dos jovens em busca de melhores condições de vida será cada vez mais evidente.

Com a perpetuação deste cenário, a agricultura familiar está condenada a desenvolver a monocultura e diminuindo, assim, a diversificação da produção. Portanto, a continuação deste cenário mostra que a tendência da situação da agricultura familiar tende ao pior, até mesmo, os estabelecimentos, que atualmente, desenvolvem a agroindústria sofrerão com a continuidade deste cenário.

Entretanto, em sua continuidade, este cenário trará a necessidade de mudança, ou seja, ele pode permanecer por alguns anos, mas contribuirá para o amadurecimento de percepções que levem em conta a reprodução socioeconômica dos grupos sociais e as práticas de conservação do meio ambiente.

Cenário de referência B: Produção ecológica diversificada

O cenário B seria o cenário ideal para a realidade em estudo. Por isso, corresponde ao cenário utópico, uma vez que, no contexto do sistema de desenvolvimento, em que se insere, dificilmente conseguirá se efetivar no futuro próximo.

O cenário B seria a efetivação de todas as necessidades evidenciadas pela agricultura familiar no município de Agudo, ou seja, a unidade de produção se efetivaria como unidade de produção promotora do desenvolvimento local. Desta forma, se evidenciariam profundas mudanças de ordem, econômica, social, cultural e ambiental. Desse modo, possibilitaria ao produtor familiar desenvolver a diversificação de sua produção, tendo várias fontes de renda, levando-o a autonomia frente às oscilações do mercado. Além disso, resultaria em uma produção baseada na preservação dos recursos naturais, possibilitando, o uso eqüitativo.

Juntamente com todas estas mudanças, também, haveria a cooperação de todas as instituições. a fim de preservar e manter o desenvolvimento da agricultura familiar.

Cenário de referência C: Alternativo

Ao se analisar as chances de efetivação dos cenários anteriores e a necessidade de mudança na realidade estudada criaram-se o cenário C, ou seja, o cenário alternativo. Este cenário tem por objetivo traçar alternativas de mudança da situação em que se encontram os produtores familiares, bem como mostrar que o comprometimento de todos os componentes do sistema poderá resultar em mudanças ou transformações, que gerem eqüidade, equilíbrio entre as partes, promovendo um desenvolvimento mais justo.

Portanto, este cenário seria a adequação do modo de produção com a preservação do meio ambiente, resultando em uma produção, que ao mesmo tempo fosse rentável e que fizesse uso equilibrado dos recursos. Assim, coexistiria a

agricultura convencional e a agroecológica, baseadas na preservação do meio ambiente, com pretensão da transição para uma agricultura ecológica.

Assim, desenvolver-se-ia uma produção diversificada, mínimo de insumos possíveis, absorção de toda a mão-de-obra existente, surgimento de associações que promovessem a inserção no mercado e o desenvolvimento de políticas públicas adequadas à agricultura familiar. Nesse sentido, atenderiam as necessidades da agricultura familiar, garantindo sua reprodução socioeconômica e mantendo o homem no campo.

CONCLUSÃO

O estudo desenvolvido na linha de investigação, referente à aceleração do tempo nas relações sociais e de produção nos espaços geográficos, revela a ocorrência de constantes mudanças estruturais nos objetos que compõem a categoria rural de análise na ciência geográfica.

Ao focar um referencial empírico que apresenta características homogêneas em sua formação social, econômica e histórico-cultural, era esperado que espacialidades rurais oferecessem resistência às influências e às mudanças, de maneira que a aceleração técnico-científica, se ocorresse, fosse lentamente. Isto porque, se tratava de grupos sociais que se reterritorializaram, que continham economias menos aceleradas e eram provenientes de territórios que, em um passado próximo, haviam refutado sistemas econômicos mais dinâmicos.

Entretanto, constatou-se que as dinâmicas provenientes da aceleração do tempo técnico-científico são de tal ordem intensa, considerando-se as escalas horizontal/vertical, ou seja, quantitativa e qualitativamente, que se impõem sobre os elementos das espacialidades rurais, modificando-os sem obstáculos, mesmo em territórios coloniais, marcados pela homogeneidade de sua estrutura e de processos responsáveis por aquelas relações antes uniformes.

A respeito das dinâmicas transformadoras, conclui-se que, no interior de um mesmo lugar, nem sempre as feições são uniformes e nem mudam uniformemente, pois o trabalho humano distribuído em uma espacialidade qualquer assume características distintas de um local para o outro, dependendo do labor exercido. Destaca-se como de fundamental importância o que se convencionou denominar de trabalho no campo e trabalho na cidade. Deve-se ter em mente que os grupos humanos se tornam os construtores do lugar geográfico e o fazem através de suas tarefas de produção e de reprodução da própria vida e, também, são os responsáveis pela dinâmica dos processos de transformação do lugar, mudando continuamente as feições que ele assume.

Considerando o Sistema Colonial Familiar (página 104), seus subsistemas e elementos eles apresentavam uma constituição simples, cujo grau de complexidade

em escala tridimensional das relações e inter-relações entre os subsistemas eram diferenciados em si e demarcados por seus indicadores.

A antiga figura do colono agricultor, como se ocorresse um processo de metamorfose, transforma-se no mesmo ritmo das mudanças ambientais e econômicas da espacialidade rural, em produtor familiar. Deste modo, é o todo que se transforma e uma nova fase de diversificação de produção, baseada na intensidade das atividades agrícolas e na inserção das atividades não-agrícolas, oferece novas alternativas de renda, ao permitir mais autonomia de produção e de comercialização.

Neste novo processo que se assume de forma concreta, modificando a espacialidade rural, encontra-se um novo sistema denominado de Sistema de Produção Integrado ao Mercado, adaptado à realidade de Agudo (página 157), mais amplo, contendo maior número de subsistemas e elementos.

A evolução do antigo Sistema Colonial Familiar não só conheceu como também foi acompanhada de uma evolução política econômica em continuidade ao contexto homogêneo de colonização de produção de subsistência/mercado. Não se pode negar a presença e até mesmo a imposição veladas das econômicas externas, apoiadas e conduzidas por um bem organizado aparato interno, que teria forçado a ruptura com o antigo Sistema Colonial Familiar e promovido um bem constituído modelo de relações de produção de caráter especializado e integrado ao mercado local e regional.

Na tentativa de melhor entender este modelo se organizou os antecedentes que lhe deram origem. (Figura 7)

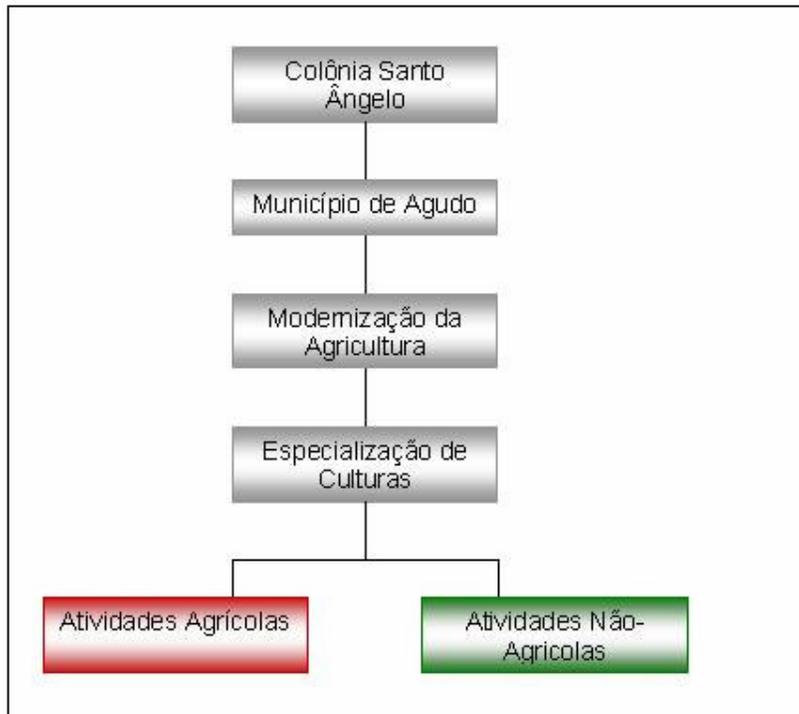


Figura 7 – Modelo do Sistema de Produção Integrado ao Mercado Local (município de Agudo).

Org: Lisane Regina Vidal.

Entende-se que a presença de duas formas de produção, atividades agrícolas e não-agrícolas, parece ser um desdobramento natural das relações que se iniciaram a partir de necessidades próprias. Porém, elas escamoteiam as influências do modelo de economia única dominando os mercados e procurando alcançar o novo por ser diferente. Quando chegam a espaços únicos e que guardam características culturais singulares, aí se revela o processo de globalização procurando as diferenças e dando-lhe singular importância, a ponto de se questionar a própria contradição do sistema que se tem revelado como de economia única e como ele se processa.

O entendimento e as implicações bem como as complexidades que se somaram e compõem o sistema no conjunto da economia da globalização, pode-se reconhecer ao final do trabalho o Sistema de Produção Integrado ao Mercado Local, permeado de uma produção de duplo sentido e acreditando em desenvolvimento a partir dos sistemas de produção, das matrizes produtivas e dos mercados de comercialização.

A organização das atividades agrícolas com referência as culturas de fumo, arroz, morango e flores e, de acordo com a organização realizada e mostrada na figura 8, permitindo questionar:

- o tipo de capital empregado (Empresas Integradoras e Sistema Bancário), que normalmente resulta em endividamento e dependência de capital por parte do agricultor familiar;

- a maximização dos recursos naturais e suas conseqüências, da qual resulta o empobrecimento do solo e na degradação ambiental irreversível;

- a diversificação da produção (produtos de subsistência e de comercialização) baixando preços e exigindo qualidade e quantidade de produção cada vez maior, enquanto que a área de produção permanece com limitação de tamanho;

- os mercados limitados para comercialização da produção, os quais são formados pelas Empresas Fumageiras (fumo), Cooperativas (arroz) e mercado Local e Regional (morango e flores), através de feiras-livres, supermercados, etc.

Em conclusão defende-se a tese de que na prática a organização destas atividades atende aos interesses das grandes indústrias de consumo de matéria-prima a ser transformada e ao grande mercado de circulação mundial.

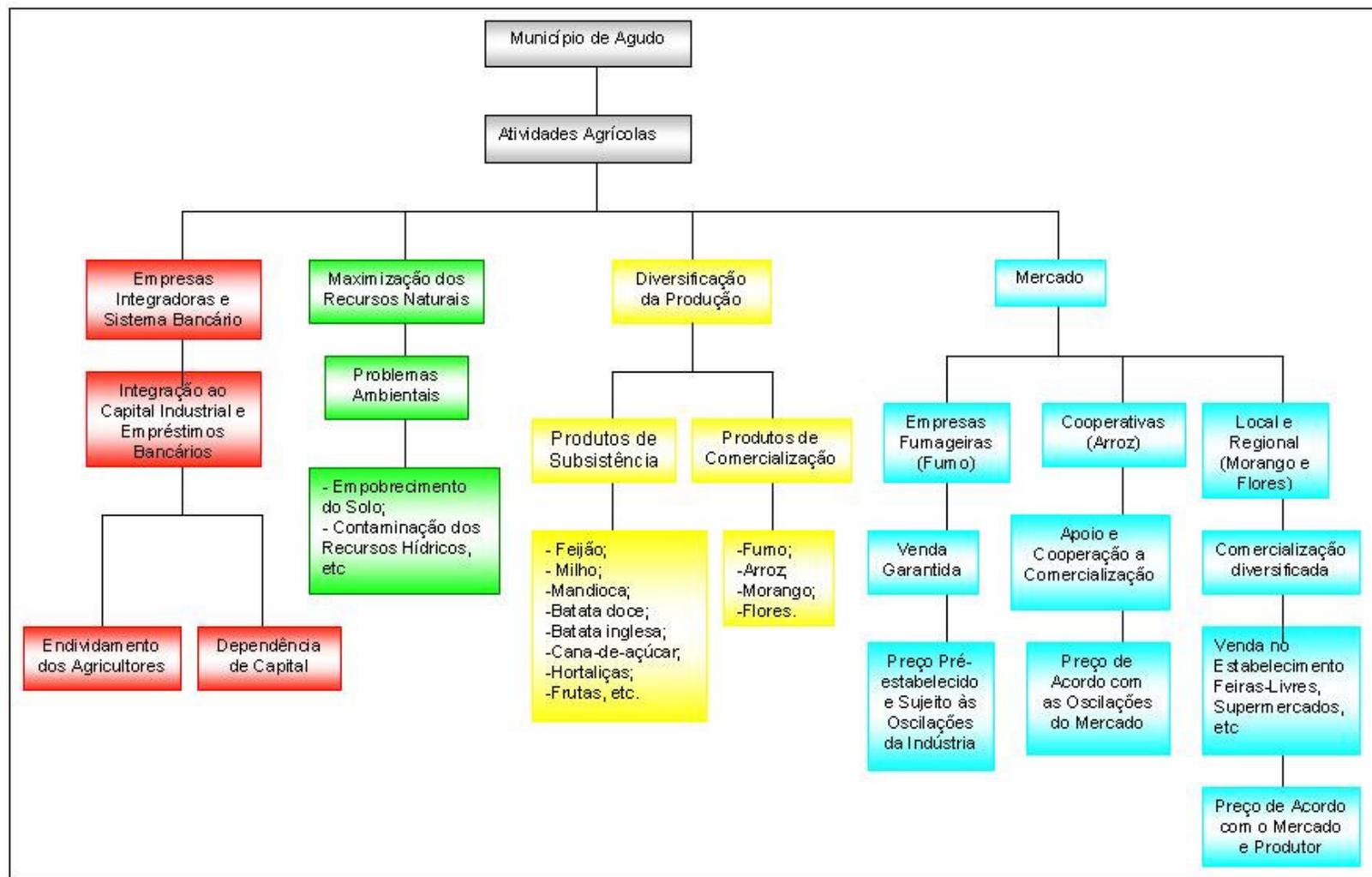


Figura 8: Organização das Atividades Agrícolas no Município de Agudo Integradas ao Mercado Local e Regional.

Org: Lisane Regina Vidal.

Aceitando que a presença das atividades Não-Agrícolas também é possuidora de duplo significado no contexto do modelo de desenvolvimento no município de Agudo. Isto foi possível concluir de acordo com o entendimento a partir dos estudos realizados, cujo raciocínio é esboçado na figura 9, permitindo questionar:

- a produção ecológica, que busca a preservação e conservação dos recursos naturais, utilizando-se de ferramentas, que na verdade continuam a poluir e a degradar o ambiente;

- a produção que valoriza o lugar, ou seja, uma produção baseada na cultura germânica, cujos produtos são típicos do seu modo de fazer, procurando vender o espaço e a cultura como mercadoria, explorando o todo;

- uma infra-estrutura adequada à produção, permitindo maior volume e qualidade do produto, que promoverá maiores ganhos à formação e manutenção do desenvolvimento local e regional, mas que virá em contrapartida do atendimento aos mercados;

- uma produção diversificada, que possibilita distintas formas de renda ao produtor familiar. A diversificação em si não promove maiores ganhos, mas oferece saídas em momentos de crise de produção ou de *azares* na natureza.

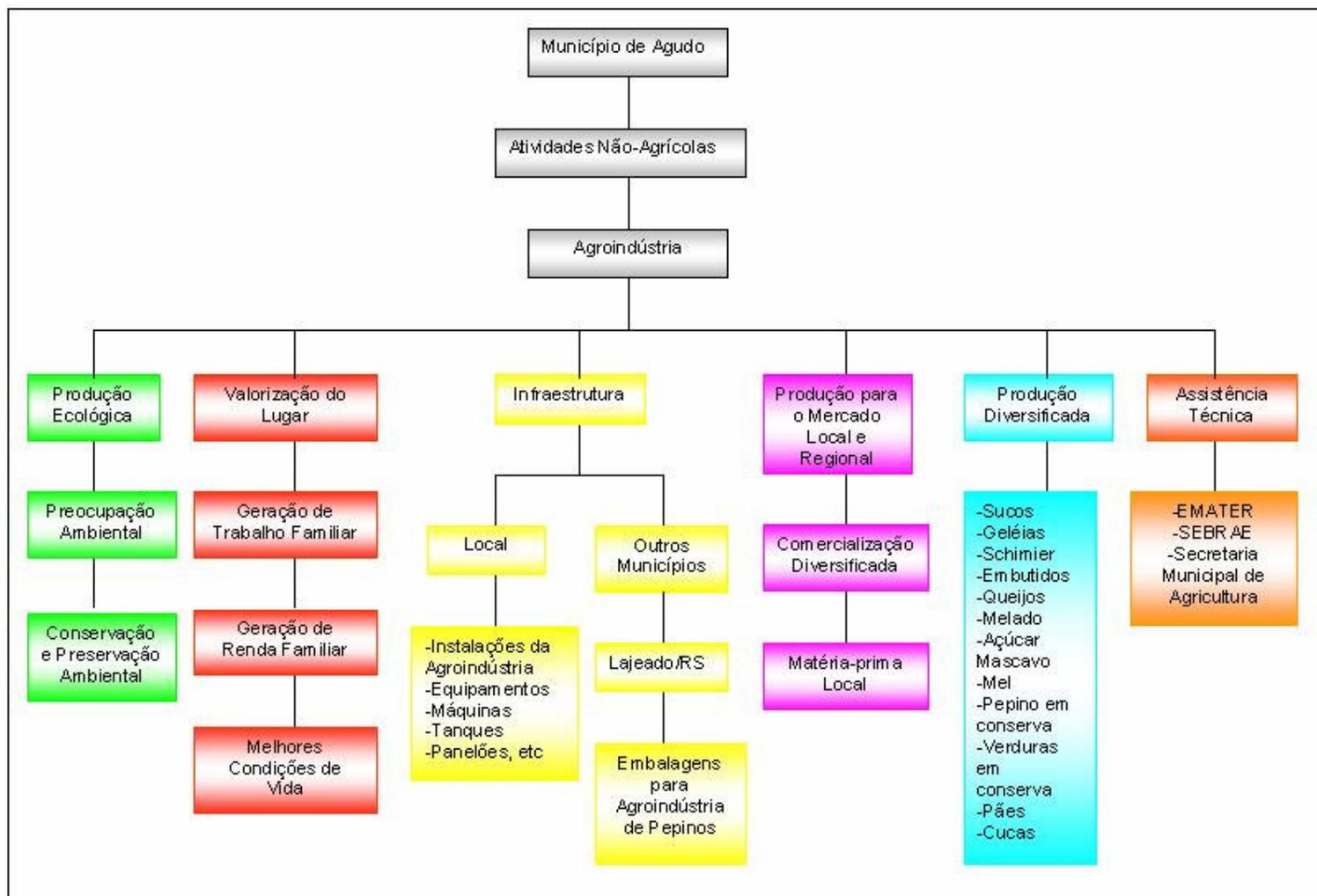


Figura 9 - Organização das Atividades Não-Agrícolas no Município de Agudo Integradas ao Mercado Local e Regional.

Org: Lisane Regina Vidal.

O Sistema de Produção Integrado ao Mercado Local do município de Agudo, sem dúvida, contém singularidade e complexidade que fazem parte das contradições da Economia Única. Igualmente, estas auxiliaram no reconhecimento crítico do modelo pluriativo em desenvolvimento da espacialidade rural, entendendo-se que quanto mais variado, maiores serão as opções de produção e mercado. Isto possibilita determinar as atividades de produção, o envolvimento das políticas espaciais e a sujeição do produtor às amplas formas de circulação de mercadorias.

Na composição da reprodução social e econômica que possa identificar a direção das mudanças que se operam na espacialidade do município de Agudo, podem ser elaboradas significativas conclusões a respeito do presente, o qual se apresenta carregado de incertezas para o futuro.

A realidade observada no município de Agudo mostra que os produtores familiares, especialmente os produtores de fumo, representam a maioria dos produtores familiares e continuam a realizar atividades agrícolas. Eles têm a possibilidade de adquirir todos os meios de produção das empresas fumageiras, desde a semente até os insumos, embora estejam, cada vez mais, integrados às empresas e vivendo um círculo vicioso de produção, pois em muitos momentos, no final da safra, não conseguem pagar as despesas da produção, ficando sujeito aos interesses industriais.

A permanência na atividade dos produtores de arroz ocorre, principalmente, por possuírem terras propícias, já terem adquirido um maquinário e por se identificarem com a cultura. Entretanto, a situação destes produtores não difere muito dos produtores de fumo. Apesar de não estarem integrados à indústria há a necessidade de empréstimos bancários para garantir o processo produtivo, o que por vezes representa o endividamento.

Assim, tanto os produtores de fumo e os de arroz estão sujeitos às intempéries climáticas, oscilações de preço e de mercado, podendo ocasionar a sua decadência. Mas estes produtores continuam se mantendo no campo, principalmente porque continuam realizando a diversificação de sua produção, com o objetivo da subsistência do grupo familiar, ou seja, continuam produzindo para se alimentar. Desta forma, se a safra não for promissora em um ano, eles esperam a próxima, na qual tentam recuperar os prejuízos.

Nesse contexto, evidenciam-se os elementos que vêm impulsionando a pluriatividade na espacialidade rural do município de Agudo. Entre eles, destacam-

se a queda da renda agrícola associada ao esgotamento dos recursos, devido às práticas inadequadas (maximização dos recursos), e o uso intenso de fertilizantes e agrotóxico. Isto significa dizer que o produtor familiar moderno vem enfrentando dificuldades em sua reprodução, ou seja, muitos deles não conseguem se reproduzir satisfatoriamente no meio onde vive. Assim, é forçado a buscar novas alternativas que gerem renda e, conseqüentemente, que contribuam para sua reprodução. É neste contexto que ocorre a diversificação de suas atividades, especialmente através das atividades não-agrícolas.

A pluriatividade baseada nas atividades não-agrícolas exibe uma diversidade de possíveis inserções no mercado. Por exemplo, comércio, prestação de serviços, turismo, manufaturas, artesanatos, transformação agroindustriais. Estas, por sua vez, normalmente se expressam pela trajetória cultural, econômica e social da família rural. Nesse sentido, cabe ressaltar, dentro da pluriatividade, o turismo rural, artesanato e agroindústria.

Na medida em que o produtor familiar do município de Agudo visualiza o seu excedente de produção e em um contexto de profundas incertezas quanto ao rumo das atividades agrícolas, ele encontra seu novo viés, a transformação artesanal que lhe é costumeira, a saída para os problemas socioeconômicos. Além disso, vivenciando uma conjuntura econômica, que ao mesmo tempo em que exclui também valoriza as peculiaridades e o lugar, ele decide resgatar essa prática, não mais como forma de subsistência, mas como forma de se inserir no mercado, garantindo sua reprodução socioeconômica e permanência no lugar.

A inserção da agroindústria familiar, no contexto da espacialidade rural no município de Agudo, possibilitou que os produtores familiares desenvolvessem uma produção mais saudável, a qual não era distinta das atividades agrícolas. Outro aspecto a ser considerado é que a agroindústria familiar contribuiu para a valorização da cultura germânica herdada dos imigrantes, uma vez que os produtores familiares passaram a comercializar produtos, cujas técnicas são resgatadas de seus antepassados, quando produziam para o sustento familiar.

Além disso, a agroindústria representa uma renda familiar com menor tempo de intervalo, pois essa renda ocorre em intervalos semanais, quinzenais ou mensais, ao contrário de outros produtos apurados no estabelecimento familiar que, normalmente, obedece a uma temporada que varia de 4 a 5 meses. Cabe ressaltar

também que a produção de qualquer cultura depende das condições climáticas, podendo ocorrer perdas se as mesmas não forem favoráveis, fazendo da atividade agrícola uma atividade com retorno viável.

Os atuais produtores familiares que desenvolvem a agroindústria são antigos produtores de fumo ou vieram de famílias que tinham na atividade da fumicultura sua principal fonte de renda. Isto permite considerar esta atividade como uma solução ou possibilidade de manter grupos sociais, ainda vivendo no espaço rural e ligado às atividades agrícolas e não-agrícolas.

Por fim, a compreensão da dinâmica da espacialidade rural através do emprego das abordagens histórico-descritiva, análise crítica e teoria sistêmica, além de permitir o alcance do conteúdo das relações, impulsionador das atividades no espaço rural, propiciou a análise espacial em seu conjunto, ao entendê-la como conseqüência de relações diretas (sociedade - natureza) ou primeira natureza (se considerado o grau qualitativo) e das relações indiretas (dos grupos sociais entre si e sobre o espaço rural) além da criação de modelos de desenvolvimento conclusivos sobre as relações de produção do município de Agudo.

A visão isolada que se pode ter a respeito do objeto estudado (território colonial) possibilitou o alcance preciso das causas que o originaram. As conseqüências não são simples decorrências do por que da existência do objeto. Elas são resultados anteriores ao objeto, que, estando no movimento no objeto, acompanham seu movimento, por serem fruto de relações que se processam de forma contínua e crescente, segundo uma escala tempo/espacial. Assim, deve-se considerar a desterritorialidade e a reterritorialidade que trouxeram grupos de germânicos na qualidade de imigrantes para o extremo sul do Império Brasileiro e que juntamente com os demais grupos sociais que aqui estavam e/ou vieram, a seguir criaram um território singular. Toma-se aqui emprestadas as palavras do saudoso Caio Prado Júnior quando se referia ao Sistema Colonial do Rio Grande do Sul e o denominava de "sui-generis".

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. **Território, territorialidade e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: UFRJ; SEBRAE, 2002.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.

ANJOS, F. S. dos. **A agricultura familiar em transformação**: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC). Pelotas: Editora da UFPEL, 1995.

ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Relatório Anual da Situação do Município. Agudo: EMATER, 1996.

_____. Relatório Anual da Situação do Município. Agudo: EMATER, 2005.

AZEVEDO, A. et al. **Brasil a terra e o homem**. São Paulo: Nacional, 1968.

BERNARDES, N. **Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

BLACHE, P.V. La. **Príncipes de Géographie Humaine**. Paris: Colin, 1921. 320 p.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad economica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

_____. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. Organizadores: José Graziano & Verena Stolcke. Tradução: Edgar A. Malagodi, Sandra Brizola & José B. de S. Amaral Filho. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981.

CHRISTOFOLETTI, A. Aspectos da Análise Sistêmica em Geografia. **Geografia**. Rio Claro/SP. Out, 1978.

_____. **Aspectos da Análise Sistêmica em Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1979.

CLAVAL, P. **O poder do espaço**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

COSTA, L.F. (Org.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. 352p.

DEPARTAMENTO SINDICAL DE ESTUDOS RURAIS. Agricultura familiar e desenvolvimento local: municipalização, diretrizes de desenvolvimento e propostas de políticas públicas. Curitiba: DESER, 1997.

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999. 157p.

ELIAS, D. **Meio-técnico-informacional e Urbanização na Região de Ribeirão Preto (SP)**. 1996. 293f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar**. Brasília: FAO/INCRA, 1994. (verão preliminar – projeto UTF/BRA/A3).

- FREITAS, S. M. R. de. **Estudos Rio-grandenses**. 2. ed. Porto Alegre: SAGRA, 1987.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE. **Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, 2001. v. 31
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: FIBGE, 1995/1996.
- _____. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: FIBGE, 2000.
- _____. **Geografia do Brasil: Região Sul**. Rio de Janeiro: FIBGE, 1990.
- _____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. **Rio de Janeiro: FIBGE, 1996**.
- _____. Paisagem do Brasil. **Rio de Janeiro: FIBGE, 1962**.
- FURTADO, C. **A Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1975.
- _____. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1987.
- GOERGE, P. Geografia Rural. **São Paulo: DIFEL, 1982**.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- _____. Agroecology in the Tropics: achieving a balance between land use and preservation. **Environmental Management**. New York. 1992. V.16, N.6, p. 681-689.
- GUIMARAES, A. P. A crise agrária. **Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção O Mundo, hoje, v. 29)**.
- _____. Quatro séculos de latifúndio. **3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, s/d, 255**.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: Santos, m. et al. **Território, Territórios**. Niterói: Programa de Pós-graduação em Geografia.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução; Adail Ubirajara Sobral & Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- IANNI, O. **Raças e classes sociais no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. INCRA. <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 14 fev. 2006.
- INSTITUTO RIOGRANDENSE DO ARROZ - IRGA. **Dados da safra**. Disponível em: <<http://www.iirga.rs.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2006.
- KAGEYAMA, A. (coord.). **O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais**. Campinas, 1987.
- KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.
- _____. **A questão Agrária**. 3 ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

- LANDO, A. M. (Org). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. 280p. (Série Documenta, 4).
- LANDO, A. M.; BARROS, E. C. Capitalismo e Colonização: Os Alemães no Rio Grande do Sul. In: LANDO, A. M. (Org). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1980. 280p. (Série Documenta, 4).
- LIMA, A. J.P. et al. **Administração da unidade de produção familiar**: modalidades de trabalho com agricultores. Ijuí: UNIJUÍ, 1995. 176p.
- LIPIETZ, A. **Miragens e milagres**: problemas da industrialização no terceiro mundo. Tradução: Catherine Marie Mathieu. São Paulo: Nobel, 1988.
- MACHADO FILHO, C. A. P. et al. **Agribusiness Europeu**. São Paulo: Pioneira, 1996.
- MARAFON, G. J. Industrialização da Agricultura e Formação do Complexo Agroindustrial no Brasil. **Geo UERJ – Revista do Departamento de Geografia**, n. 3, p. 7-21, 1998.
- MIORIM, V. M. F. **Modo de Produção e Organização do Espaço Agrário**: Uma Abordagem Teórico-Metodológica. 1989. 250f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, 1989.
- MONTEIRO, C. A. de F. **Geossistemas**. A história de uma procura. Florianópolis. ("edição piloto" do autor), 1995.
- MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2001.
- MORIN, E. **La méthode**: la nature de la nature. Paris: Seuil, 1977. V.1, 416p.
- MULLER, T. L. **Imigração Alemã**: sua presença no RS há 180 anos. Porto Alegre: Est Edições, 2005.
- NEUMANN, P. S.; DIESEL, V. Histórico de ocupação social do espaço agrário na região central do RS. In: FROEHLICH, J. M., DIESEL, V. (Org). **Desenvolvimento rural e desenvolvimento regional: estudos a partir da região central do RS**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004. 312p. (Coleção trabalhos acadêmico-científicos. Série relatos de pesquisa).
- NEUMANN, P. S. O processo de diferenciação econômico do espaço rural e dos agricultores da região Central do RS. In: FROEHLICH, J. M.; DIESEL, V. (Org). **Desenvolvimento rural e desenvolvimento regional: estudos a partir da região central do RS**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004. 312p. (Coleção trabalhos acadêmico-científicos. Série relatos de pesquisa).
- PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1985. 142 p. (Série Revisão, 1).
- PESSOA, V. L. S. Desenvolvimento rural sustentável: desafios na questão ecológica, econômica e social da grande empresa rural no Brasil. In: CASTRO, E. de. (Orgs). **Redescobrimo o Brasil**: 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

- PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 37. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- RAMBO, B. **A fisionomia do Rio Grande do Sul**: ensaio de monografia natural. 3 ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1994.
- RECLUS, E. **Geografia**. São Paulo: Ática, 1985.
- RIBAS, A. D. et al. Considerações sobre a Geografia e o conceito de Território em Friedrich Ratzel. **Faz Ciência – Sociedade, Espaço e Economia**, v. 5, n. 1, 159-174, 2003.
- ROCHE, J. **A colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Globo. 1969. 401 p.
- ROSNAY, J. **Le macroscope**: vers une vision globale. Paris: Seuil, 1975. 351p.
- ROSS, J. L. S. **Geografia do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SAUER, S. **Reforma agrária e geração de emprego no meio rural**. São Paulo: ABET, 1998.
- SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.
- _____. **A agricultura familiar e pluriatividade**. In: XVIII Encontro Nacional do Projeto de Intercambio de Pesquisa Social na Agricultura – PIPSA. Campina Grande: PIPSA, 1996. 23 p.
- _____. **Os colonos da indústria calçadista**: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. 1994. 363 f. Dissertação de Mestrado - UNICAMP, 1994.
- SCHNEIDER, S.; SCHMITT, C. T. O uso do método comparativo em Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, PPGS/UFRGS, Porto Alegre, v. 9, p. 49 – 87, 1998.
- SHANIN, T. Os desafios futuros para o campesinato. In: **III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, 2007. Londrina: Editora da UEL, 2007. 20 p.
- SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. **Zoneamento Agroecológico e Econômico**: Regiões Agroecológicas - Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Secretaria da Agricultura do RS, 1994.
- SEYFERTH, G. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim**: um estudo de desenvolvimento econômico. 1973. 159f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade
- SILVA, J. G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.

- _____. Complexos Agroindustriais e outros complexos. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 3, p. 5-34, 1991.
- _____. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia, 1999.
- _____. **O novo rural brasileiro**. Belo Horizonte: Nova Economia, 1997, v. 7, N. 1, p. 43-81.
- SILVA, J. G da.; CAMPANHOLA, C. **O novo rural brasileiro**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2000.
- SOUZA, M. A. A. de.; SANTOS, M. **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.
- SOUZA, M. J. L. **O território: sobre espaços e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C., CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- STRECK, E. V. et al. **Solos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EMATER/RS; UFRGS, 2002.
- TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar: Realidades e perspectivas**. 2 ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 406p.
- TEIXEIRA, V. L. **Pluriatividade e Agricultura Familiar na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro**. 1998. 183f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.
- VALE, A. L. F.; SAQUET, M. A.; R. A. dos. O Território: diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração. **Faz Ciência – Sociedade, Espaço e Economia**, v. 7, n. 1, p. 11-26, 2005.
- VEIGA, J. E. Nascimento de outra ruralidade. In: Faculdade de São Paulo – Departamento de Economia. <http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/>. Acesso em: 14 fev. 2006.
- VIEIRA, L. F. **Agricultura e Agroindústria Familiar, Seminário do Setor Agroindustrial do Nordeste**. Natal, RN: SENAI / DR/Nordeste, 1997. mar. 21p.
- _____. **Agricultura e agroindústria familiar**. EMBRAPA/CTAA – Março/ 97. 27p.
- WAIBEL, L. Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano XI, n. 2, p. 159-222, 1949.
- WANDERLEY, M. de B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, outubro, 1996. 32p.
- WERLANG, W. **História da Colônia Santo Ângelo**. Santa Maria: Pallotti, 1995.

APÊNDICE A
INSTRUMENTO DE INVESTIGAÇÃO

INSTRUMENTO DE INVESTIGAÇÃO - Estabelecimentos familiares em Agudo/RS (atividades agrícolas e não-agrícolas)

OBS: Questões em preto foram aplicadas nas **atividades agrícolas e não-agrícolas**

Questões em azul somente aplicadas em **atividades não-agrícolas**

I - IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

1.1. Localidade do estabelecimento: _____

1.2. Qual é a distância média do estabelecimento à sede do município?
 0 a 5 Km 6 a 10 Km 11 a 20 Km 21 a 30 Km acima de 30 Km

1.3. Quantas pessoas compõem o conjunto familiar do estabelecimento?
 1 a 2 2 a 4 4 a 6 6 a 8 8 ou +

1.4. Quantas pessoas compõem a força de trabalho no estabelecimento?
 duas pessoas três pessoas quatro pessoas 5 pessoas
 seis pessoas sete pessoas ou mais

1.5. Escolaridade dos responsáveis pelo estabelecimento familiar:
 Ensino Fundamental Incompleto Ensino Fundamental Completo
 Ensino Médio Incompleto Ensino Médio Completo
 Superior Não estudou

1.6. A quanto tempo reside no local?
 0 a 5 anos 5 a 10 anos 10 a 15 anos 15 a 20 anos
 20 a 25 anos 25 anos ou +

1.7. Sempre morou neste local? Sim Não

1.7.1. Se não, de que local é originário? _____

1.7.2. Seus antepassados eram descendentes de imigrantes que vieram a Colônia Santo Ângelo (Agudo)? Sim Não

1.7.2.1. Se não, de que origem e de que local vieram? _____

1.8. O estabelecimento possui aposentados? Sim Não

1.8.1. Se sim, quantos? _____

1.8.2. Que tipo de aposentadoria? _____

1.8.3. Os recursos da aposentadoria são investidos em que? _____

1.9. Qual a renda mensal do estabelecimento?
 até 1 salário 2 a 3 salários 3 a 4 salários 5 ou mais salários

II - ESTRUTURA DO ESTABELECIMENTO

2.1. Sobre a estrutura do estabelecimento, informe o que se pede abaixo, (**em ha**):

2.1.1 Situação do Produtor	2.1.2. Dimensão da terra (ha)	2.1.3 Culturas 1. Temporária 2. Permanente	2.1.4. Potreiro (ha)	2.1.5 Mata (ha)	2.1.6. Área Inaproveitável p/agropecuária (ha)
() Proprietário.	□□□□,□□	□□□□,□□ □□□□,□□	□□□,□□	□□□,□□	□□□,□□
() Arrendatário	□□□□,□□	□□□□,□□ □□□□,□□	□□□,□□	□□□,□□	□□□,□□
() Parceiro	□□□□,□□	□□□□,□□ □□□□,□□	□□□,□□	□□□,□□	□□□,□□
() Posseiro	□□□□,□□	□□□□,□□ □□□□,□□	□□□,□□	□□□,□□	□□□,□□

2.1.7. Se arrenda a terra, de quem? _____

2.1.8. A terra sempre pertenceu a família? () Sim () Não

2.1.9. Continua cultivando os mesmos produtos que seus antepassados? () Sim () Não

2.1.9.1. Se sim ou não, porque? _____

2.1.10. Quais os principais produtos que eram cultivados nesse estabelecimento? _____

2.2. Tamanho do estabelecimento familiar:

() 0 a 5 ha () 5 a 10 ha () 10 a 20 ha () 20 a 30 ha () 30 a 40 ha
() 40 a 50 ha () 40 a 50 ha () 50 ou + ha

2.3. A área do estabelecimento, nos últimos dez anos:

() Aumentou () Diminuiu () Permaneceu inalterada

2.4. Quanto a topografia das lavouras cultivadas no estabelecimento está composto de:

() Terras de várzea () Terras de vale () Encosta moderada () Encosta acentuada () Terras de Morro

2.5. Indique a principal atividade que contribui na formação da renda do estabelecimento:

() Agrícola () Não-Agrícolas

2.6. Eletrificação rural:

() Rede pública () Gerador () Sem eletrificação () Outro, qual? _____

2.7. Água disponível:

() Rede pública () Açude () Arroio () Rede comunitária () Poço comum () Poço artesiano

2.8. Telefonia rural:

() Sim () Não Se sim, qual? _____

2.9. Forma de financiamento:

() Crédito agrícola () Pronaf () Empréstimos bancários () RS rural () Particulares () Agropecuários

2.10. Em que aplica os recursos do financiamento, especialmente o pronaf? _____

2.11. Assistência técnica:

2.11.1. Tipo de instituições:

() Veterinária () Geral () Agrônômica () Outros, qual? _____

2.11.2. Frequência:

() anual () semestral () mensal () esporádica () sem assistência

2.12. Principais benfeitorias:

Benfeitoria	Tipo de material

2.13. Principais máquinas e equipamentos:

Tipo	Ano aquisição

III - FUNCIONALIDADE DA PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO

3.1. Possui mão-de-obra contratada? () Sim () Não

3.1.1. Se sim, responda:

Quantidade	Função na UP	Tempo

3.2. Indique, em primeira, em segunda, em terceira opção quais as práticas de conservação mais utilizadas no seu estabelecimento:

() forrageira/cobertura verde () Rotação de culturas () Curvas de nível
() Plantio direto () Outras, qual? _____

3.3. Faz análise do solo em alguma área do estabelecimento? () Sim () Não

3.3.1. Qual a frequência?

() anual () cada 2 anos () cada três anos () cada 4 anos () cinco anos ou +

3.4. Para a adubação das terras, segue orientação? () Sim () Não

3.4.1. Caso a resposta seja positiva, identifique o orientador:

() EMATER () Secretaria Municipal de Agricultura () Sindicato Rural

() Agropecuária () Cooperativa () 6. Outro/Qual? _____

3.5. Qual o tipo de adubo utilizado por ordem de preferência, no estabelecimento?
 Químico Orgânico

3.6.1 Caso utilize adubo orgânico, informe o(s) tipo(s):

Cama de aviário Esterco bovino Esterco suíno Húmus de minhoca
 Composto vegetal Adubação verde Chorume
 Outros, qual? _____

3.6.2. Cite as culturas que recebem adubação orgânica? _____

3.7. Existe água disponível no estabelecimento para irrigação? Sim Não

a) Em caso positivo, qual a origem desta água?

Rio Açude Fonte Outros, qual? _____

3.7.1. Caso utilize irrigação no estabelecimento, em quais as culturas?

Lavoura Horta Pomar Outros, qual? _____

3.8. Qual o tipo de irrigação utilizado? _____

3.9. As práticas culturais, em seu estabelecimento são:

Tração animal Tração mecânica Manual

3.10. Utiliza agrotóxico no estabelecimento? Sim Não

3.10.1 Caso afirmativo a resposta anterior, identifique em quais culturas são utilizados agrotóxicos?

Lavouras Hortas Pomares

3.10.2. A quanto tempo faz uso de agrotóxicos?

um ano dois anos três anos quatro anos cinco anos
 5 a 10 10 a 20 20 a 30 mais de 30 anos

3.10.3 Quais os tipos de agrotóxicos mais utilizados? _____

3.10.4. Qual o tipo de equipamento utilizado na aplicação de agrotóxicos:

Manual Mecanizado

3.10.5. Quem aplica os agrotóxicos, utiliza algum equipamento de proteção?

Sim Não

3.10.6. Quem orienta a aplicação e/ou uso de agrotóxicos?

EMATER Secretaria Municipal de Agricultura Agropecuária
 Cooperativa Ninguém Outro, quem? _____

3.10.7. A aplicação de agrotóxicos é feita por mão-de-obra: Familiar contratada

3.10.8. Qual o destino das embalagens dos agrotóxicos? _____

() Sim () Não Se não, tem pretensão de construir um lugar apropriado para o armazenamento? _____

5.2. Os produtos in natura e transformados artesanalmente como são comercializados:

() Empresas fumageiras, qual? _____

() Cooperativas, qual? _____

() diretamente com o consumidor no estabelecimento

() Diretamente com o consumidor na cidade

() comerciantes no estabelecimento

() Comerciantes na cidade

() Atravessador no estabelecimento

() Atravessador na cidade

() Feiras do produtor, qual? _____

() Outros, qual? _____

5.3. Como tem sido a comercialização?

() Boa () Regular () Ruim

5.3.1. Porque? _____

5.4. Quais os produtos in natura e/ou transformados artesanalmente que têm melhor oportunidade de mercado? _____

5.5. Qual(is) o(s) principal(is) problema(s) enfrentados ao comercializar os produtos in natura e/ou transformados artesanalmente?

() Controle de qualidade do produto

() Regularidade do produto

() Inspeção sanitária

() Pequeno volume de produção

() Apresentação dos produtos

() Preços

() Outros, qual? _____

5.6. Quais os fatores avaliados para a formulação do preço dos produtos (respostas múltiplas)?

() Custo da matéria prima

() Custo dos insumos

() Custo da mão-de-obra

() Custos administrativos

() Custo de manutenção (instalações, equipamentos, veículo)

() Margem de lucro

() Outro

5.7. Quanto a sazonalidade na venda dos produtos transformados:

- Vendidos regularmente o ano todo
- Vendem-se em maior quantidade no verão
- Vendem-se em maior quantidade no outono
- Vendem-se em maior quantidade no inverno
- Vendem-se em maior quantidade na primavera

5.8. Quais dos fatores abaixo favorecem a venda do produto transformado?

- Ter preço baixo
- Ser produto ecológico
- Ser produzido pela agricultura familiar;
- Ter a marca conhecida;
- Ser registrado/inspecionado

5.9. Quanto aos benefícios trazidos com a implantação da transformação artesanal:

- Aumento da renda da família
- Unidade familiar
- Maior conforto e qualidade de vida para a família
- Geração de trabalho para os membros da família
- Geração de trabalho para pessoas da localidade
- Outro, qual? _____

5.10. Para comercializar o produtor recebe algum tipo de orientação?

- Sim Não

Se sim, de quem? _____

VI - ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS

6.1. Porque o senhor (a) teve a iniciativa de praticar a ARNA?

6.2. Quais as vantagens das ARNA?

6.3. Em termos de renda bruta e líquida do estabelecimento, o senhor saberia informar quanto % oriundo das ARNAs?

6.4. Quem mais trabalha na ARNA ?

- Homens da família
- Mulheres da família
- Os mais jovens
- Sem diferenciação

VII - PERSPECTIVAS FUTURAS DO ESTABELECIMENTO

7.1. Possui planos de:

7.1.1. Comprar terras aumentando o estabelecimento: Sim Não

7.1.2. Vender terras diminuindo o estabelecimento: Sim Não

7.1.3. Vender a terra e o estabelecimento: Sim Não

7.2. Pretende aumentar a transformação artesanal no estabelecimento? Sim
 Não

7.2.1. Em caso afirmativo o que será necessário aumentar?

assistência técnica Adequação a legislação

Capacitação/gerenciamento

Crédito Outros, qual? _____

Observações:

APÊNCICE B
FOTOGRAFIAS DA COLÔNIA SANTO ÂNGELO E DO
MUNICÍPIO DE AGUDO



Fotografia 7 - Moinho do Sr^o Luiz Becker na Colônia Santo Ângelo.



Fotografia 8 - Residência da Família Johannes Heinrich Kaspar Gerdau, na Colônia Santo Ângelo.



Fotografia 9 – Fotografia de descendentes de imigrantes Germânicos, na década de 60.



Fotografia 10 – Fotografia de uma máquina dos produtores familiares de Agudo, década de 60.



Fotografia 11 – Instalações da produção de fumo, em Agudo.



Fotografia 12 – Instalações da produção de arroz, em Agudo.



Fotografia 13 - Estante da Agroindústria de Produtos Coloniais da Terra. Volksfet de Agudo, RS.



Fotografia 14 – Instituto Cultural Brasileiro - Alemão em Agudo, RS.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)